

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
CAMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SÓCIOECONÔMICAS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM TERRITÓRIOS E  
EXPRESSÕES CULTURAIS NO CERRADO

LUCAS PEDRO DO NASCIMENTO

**“ELE DESCEU LÁ DO CÉU, NA BANDEIRA ASSENTOU”:**  
CATOLICISMO POPULAR E DEVOÇÃO A SÃO SEBASTIÃO EM LEOPOLDO DE  
BULHÕES E SILVÂNIA, GOIÁS

ANÁPOLIS

2019

LUCAS PEDRO DO NASCIMENTO

**“ELE DESCEU LÁ DO CÉU, NA BANDEIRA ASSENTOU”:  
CATOLICISMO POPULAR E DEVOÇÃO A SÃO SEBASTIÃO EM LEOPOLDO DE  
BULHÕES E SILVÂNIA, GOIÁS**

Relatório de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades.

Linha de Pesquisa: Saberes e Expressões Culturais no Cerrado

Orientadora: Profa. Dra. Maria Idelma Vieira D’Abadia

ANÁPOLIS

2019

### ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, a partir das quatorze horas, na sala 201 do bloco II do Câmpus de Ciências Sócioeconômicas e Humanas/UEG, realizou-se a sessão de julgamento da dissertação do discente **LUCAS PEDRO DO NASCIMENTO**, intitulada “**ELE DESCEU DO CÉU, NA BANDEIRA ASSENTOU: CATOLICISMO POPULAR E DEVOÇÃO A SÃO SEBASTIÃO EM LEOPOLDO DE BULHÕES E SILVÂNIA, GOIÁS**”. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores: Dra. Maria Idelma Vieira D’Abadia (Orientadora), Dr. Clóvis Carvalho Britto (Examinador Externo-UNB), Dra. Tereza Caroline Lôbo (Examinadora Externa-SEDUCE), Dra. Maria de Fátima Oliveira (Examinadora Interna-TECCER), Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira (Suplente interno-TECCER). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo discente e sua orientadora. Em seguida a Banca Examinadora reuniu-se, em sessão secreta, atribuindo ao discente os seguintes resultados.

Dra. Maria Idelma Vieira D’Abadia (Orientadora)

aprovado(a) ( ) reprovado(a).

Assinatura Maria Idelma Vieira D'Abadia

Dr. Clóvis Carvalho Britto (Examinador Externo-UNB)

aprovado(a) ( ) reprovado(a).

Assinatura Clóvis Carvalho Britto

Dra. Tereza Caroline Lôbo (Examinadora Externa-SEDUCE)

aprovado(a) ( ) reprovado(a).

Assinatura Tereza Caroline Lôbo

Dra. Maria de Fátima Oliveira (Examinadora Interna-TECCER)

aprovado(a) ( ) reprovado(a).

Assinatura M. Fátima Oliveira

Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira (Suplente interno-TECCER)

( ) aprovado(a) ( ) reprovado(a).

Assinatura \_\_\_\_\_

**MESTRADO**  
Territórios e Expressões  
Culturais no Cerrado

Câmpus  
Anápolis de Ciências  
Socioeconômicas  
e Humanas



Universidade  
Estadual de Goiás



ESTADO  
DE GOIÁS

Resultado Final: (X) aprovado(a) ( ) reprovado(a).

Observações:

*Aprovado com louvor e indicação de publicação*

Reaberta a sessão pública, a Orientadora proclamou o resultado e encerrou a sessão às 16:10 horas, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por mim secretária, discente e pelos membros da banca examinadora supracitada.

Secretária

*[Assinatura]*

Discente

*[Assinatura]*

Ficha catalográfica

N244e	<p>Nascimento, Lucas Pedro do. Ficha catalográfica Ele desceu lá do céu, na bandeira assentou [manuscrito] : catolicismo popular e devoção a São Sebastião em Leopoldo de Bulhões e Silvânia, Goiás / Lucas Pedro do Nascimento – 2019. 123f. : il.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Maria Idelma Vieira D'Abadia. Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado). Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2019.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Religião – São Sebastião - Goiás(Estado). 2. Catolicismo popular – Festas religiosas – Leopoldo de Bulhões e Silvânia. 3. Festas religiosas – Capelinha do Mato Grande - Goiás(Estado). 4.Dissertações –TECCER - UEG/UnuCSEH. I.D'Abadia, Maria Idelma Vieira. II.Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 398.33 (817.3)(043)</p>
-------	---

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes  
Bibliotecária/UEG/UnuCSEH  
CRB1/2385

## AGRADECIMENTOS

Vovó Maria, esta pesquisa é toda sua. Nos meus tempos de menino, ouvindo suas histórias sobre a capela do Mato Grande, vó Luiza, vó Sunga e tantos atores sociais desse meio, interessei-me desde já por toda essa linda história oral, poética, inclusive, passada pela senhora a nossa família. Admiro-a pela fortaleza, bravura e singeleza, simultânea e indissociável. Sou orgulhoso de tê-la como minha avó e madrinha. Sou orgulhoso de tudo que diz, faz e ensina. A senhora é minha inspiração maior. Agradeço-lhe por ter me criado desde os doze anos, aí no Mato Grande, e ter me inserido nesse maravilhoso universo do catolicismo popular. Sua bênção!

Vovô Nego Barroso, nos doze anos que convivemos juntos, aprendi contigo tanta coisa! Sua memória me traz saudade, mas também felicidade. Esta pesquisa também lhe é dedicada, grande devoto do valoroso santo guerreiro. Contigo, aprendi a venerá-lo e amá-lo também. Hoje, todas as vezes que participo de alguma reza de São Sebastião escuto tua risada, sinto os barulhos de tuas esporas roçando o chão e o vejo retirando o chapéu da cabeça, fazendo o sinal da cruz em começo de oração. Obrigado por ter me feito o homem que sou. O senhor é meu referencial. Que esta passagem na terra me permita encontrá-lo nos céus. Sua bênção!

Papai, obrigado por tanto amor dedicado a mim e sua preocupação constante. Agradeço a Deus pelo dom da vida concedido a mim por seu intermédio. São Sebastião o mantenha esse homem tão humilde!

Mamãe, amada, linda, querida e simples. Você é marca de superação e afeto. Obrigado por me amar tanto e me ter como o filho preferido (embora meus irmãos discordem). Nossa cumplicidade é maravilhosa. São Sebastião a mantenha firme comigo!

Padrinho Pedro Luiz, obrigado pelo carinho e o amor de pai. O senhor me ensina e ensinou muita coisa. Devoto valoroso do santo guerreiro, obrigado por contribuir com minha pesquisa. O senhor é um homem nobre!

Maria Idelma, você foi uma orientadora mãe. Obrigado pelas conversas calorosas, as risadas gostosas, as partilhas, os acolhimentos. Você esteve comigo em momentos de transição, alegria, dificuldade. Mostrou-se humana e extremamente amorosa. Levo-a comigo por toda a vida. Seu legado me inspira.

Gabriel Neto, meu irmão amado, como é bom ter você ao meu lado. Obrigado pelas palavras de encorajamento, acolhida... Agradeço os puxões de orelha, necessários,

inclusive, e a presença suave, firme e fraterna na minha vida. Você é uma bênção do Senhor! Que sua vida seja abençoada com a graça abundante!

Abelinho, querido amigo folião, obrigado por abrir sua casa a este jovem rapaz e acolhê-lo. A poesia de sua vida, sua risada e seu carinho me inspiram. Desejo que São Sebastião o mantenha firme e o permita girar comigo por este mundão a procura de folias. Considero-o muito. Você é um dos presentes que esta pesquisa me concedeu.

Seu Tiãozinho, nobre regente da folia do Mato Grande, obrigado pela paciência do jovem iniciante, perguntador e falante. O senhor me acolheu como um filho e por horas sem fio já conversamos sobre a vida, Deus, os santos e a folia. Que São Sebastião o guarde!

Neném, meu amigo folião, que São Sebastião conserve sua voz vibrante e firme. Agradeço os versos compostos a meu pedido em todas as circunstâncias, agradeço sua atenção e seu carinho, sempre me chamando de “Luquinha”. Te tenho em alta conta, meu “grande” amigo.

Deusa, sua risada não tem preço, né? Obrigado por contribuir com essa pesquisa e tirar minhas dúvidas que não foram poucas. Agradeço sua acolhida, amizade e constante preocupação. São Sebastião conceda todos os seus pedidos.

Maria Cristina, amiga professora, colega, petista, militante, companheira de barracos, buscas por amora e rinchas políticas na Cabeceira do Rio dos Bois, agradeço seu apoio tão importante para esta pesquisa. Você foi e é uma das maiores incentivadoras deste trabalho. Obrigado por todo o apoio, carinho, consideração, respeito e divulgação. Que São Sebastião dobre seus sorrisos!

Tereza Caroline (Carol), amada professora do ensino fundamental, é um orgulho tê-la em minha banca. Lembro-me que em meu tempo de menino você estudava na Pós-Graduação. Isso me enchia de orgulho. Seu nome não saia da minha boca... Afinal, você era a professora meiga, de voz cantada e doce. O menino mudou, cresceu e continua seu fã, mas em uma proporção bem maior. Obrigado por ter avaliado este trabalho e mais que isso contribuindo com meu crescimento. São Sebastião conserve esse senso de humor único!

Prof. Eliézer, obrigado pelo apoio durante toda a pesquisa, desde o primeiro seminário até a banca de qualificação. Seu legado me inspira! São Sebastião conserve sua inteligência e a potencialize sempre mais!

Prof. Clóvis, amigo das redes virtuais, a quem admiro e desejo tanto bem, obrigado por ter caminhado comigo nestes dois anos de pesquisa e ter feito o papel de “cobrador de impostos”, sempre mandando aquelas mensagens carinhosas “e o texto?”, “oremos”. São Sebastião conserve sua ironia!

Prof<sup>a</sup> Maria de Fátima, você tem o sorriso contagiante, energizante e sereno! Admiro sua sabedoria, gentileza e especialmente humildade. Agradeço sua presença na banca de defesa. São Sebastião conserve sua alegria!

Eliane, obrigado por ter aberto as portas da secretaria paroquial para mim. Você me acolheu como um filho e nossa paixão foi logo de primeiro sorriso. Você é uma amiga, fruto deste trabalho. São Sebastião te conserve tão serena, sempre!

Tia Vany, amada tia, obrigado por dialogar tanto comigo, inserir-me em seu universo, partilhar comigo suas cosmovisões. A senhora é um exemplo de força, superação, resistência e integridade. Admiro-a! Seu abraço é o melhor do mundo! São Sebastião lhe dê muita força nos braços para continuar me abraçando!

Ana das Graças, minha mãe do coração, obrigado por estar sempre ao meu lado, em toda e qualquer situação. Você tem grande mérito nesta pesquisa, pois sempre me deu todo suporte necessário. Obrigado pelas caronas a Anápolis, pelas risadas, pelos encorajamentos. O amor que tenho por você é de um verdadeiro filho. Gratidão! Gratidão! Gratidão! Tenho orgulho de você, melhor professora alfabetizadora do mundo!

Família, sem nominar, compadres, afilhados, primos, tios, tias, irmãos, sobrinhos, sobrinhas, cunhados, cunhadas, obrigado pelo apoio e pela compreensão. Quantas festas de família eu faltei... Quantas vezes fiquei no quarto escrevendo, enquanto vocês clamavam por minha presença. Obrigado pelas vezes que invadiram meu quarto, sentaram na minha cama e me tiraram do estresse da vida acadêmica. Eu me sinto tão amado e acolhido com vocês. Ao lado de cada um, com o apoio de cada, não temo o mundo, a vida. Sei que se precisar, poderei contar com vocês.

Amigos, amados amigos, vocês abençoados: Marcos, Nikolli, Brenda, Isadora, Alexandre, Fabiana, Letícia, Lorrany, Jannifer, Aline e tantos outros que fica difícil nominar, obrigado por todas as palavras de carinho, apoio e encorajamento. Amo todos vocês!

Agradeço a Fundação de Amparo a Pesquisa em Goiás pelo apoio financeiro na realização desta pesquisa!

## RESUMO

Esta pesquisa procura entender a estrutura, composição e dimensão de manifestações religiosas católicas dedicadas a São Sebastião nos municípios de Leopoldo de Bulhões e Silvânia, Goiás. Para tanto, fez-se um recorte territorial mais específico, delimitando como campos de pesquisa a comunidade da Capelinha do Mato Grande (Leopoldo de Bulhões – GO), e a região da Posse (Silvânia – GO), estabelecendo como critério de escolha o fato de serem duas regiões com grandes indícios, registros e festejos dedicados ao orago. Foi-se a campo, em pesquisa de observação participante para coleta de dados nos anos de 2017 a 2019, ininterruptamente, e endossou-se a pesquisa com revisão de literatura e análise documental dos livros de casamento, batismo e tombo da Paróquia Nosso Senhor do Bonfim (Silvânia – GO). A partir da triangulação dos dados compreendeu-se que, embora a romanização tenha tentado regular o culto litúrgico ao orago no recorte territorial delimitado, isso não aconteceu, devido à resistência dos camponeses que ainda hoje mantêm suas tradições e gestos rituais vinculados ao catolicismo popular. Na mesma proporção, entendeu-se que a devoção a São Sebastião é assegurada e mantida por conta de laços afetivos, memória, tradição familiar, mas deve seu endosso ao temor dos goianos de guerras (Guerra do Paraguai, Primeira e Segunda Guerra Mundial) e de pestilências que afetam a vida humana.

**Palavras-chave:** São Sebastião. Catolicismo popular. Capelinha do Mato Grande. Festa.

## ABSTRACT

This research tries to understand the structure, composition and dimension of Catholic religious manifestations dedicated to São Sebastião in the bordering municipalities, Leopoldo de Bulhões and Silvânia, both located in the state of Goiás. Within this territory a more specific territorial cut was made, delimiting the Capelinha do Mato Grande community (Leopoldo de Bulhões - GO) and the Posse region (Silvânia - GO) as research fields; a participatory observation survey for the collection of data from 2017 to 2019 was carried out on a continuous basis, and the research was endorsed with literature review and documentary analysis of the marriage, baptism and fall books of Our Lord's Bonfim (Silvânia – GO). From the triangulation of the data it was understood that, although Romanization tried to regulate the liturgical worship to the oracle in the delimited territorial cut, this did not happen, due to the resistance of the peasants who still today maintain their traditions and ritual gestures tied to popular Catholicism. In the same proportion, it was understood that devotion to São Sebastião is ensured and maintained because of affective ties, memory, family tradition, but owes its endorsement to the fear of the Goiás of war (Paraguayan War, First and Second World War) and pestilences that affect human life.

**Keywords:** São Sebastião. Popular religiosity. Capelinha do Mato Grande. Party.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Ilustração 01:</b> Mosaico - Antigo ícone do mártir Sebastião	26
<b>Ilustração 02:</b> Pintura - Santo Antônio e São Sebastião	26
<b>Ilustração 03:</b> Pintura - São Sebastião em trajes nobres	27
<b>Ilustração 04:</b> Pintura – São João Batista, São Fabiano e São Sebastião	27
<b>Ilustração 05:</b> Pintura – São Sebastião e outros santos	28
<b>Ilustração 06:</b> Pintura – São Sebastião intercedendo por seus devotos	28
<b>Ilustração 07:</b> Pintura – São Sebastião e outros santos	29
<b>Ilustração 08:</b> Pintura – São Sebastião vestido como nobre	29
<b>Ilustração 09:</b> Pintura – São Sebastião, Andrea Mantegna	30
<b>Ilustração 10:</b> Pintura – São Sebastião atado à coluna	31
<b>Ilustração 11:</b> Pintura – São Sebastião representado como um homem e não um jovem	31
<b>Ilustração 12:</b> Pintura – São Sebastião coroado pelo anjo	32
<b>Ilustração 13:</b> Pintura – O jovem São Sebastião	32
<b>Ilustração 14:</b> Pintura – São Sebastião jovem	33
<b>Ilustração 15:</b> Pintura – São Sebastião com os santos João Batista e Floriano	33
<b>Ilustração 16:</b> Pintura – São Sebastião na companhia de Maria, Jesus e São Boaventura	34
<b>Ilustração 17:</b> Pintura – Maria com o Menino Jesus, ladeada por Sebastião e Catarina	34
<b>Ilustração 18:</b> Pintura – O verdadeiro martírio de Sebastião	35
<b>Ilustração 19:</b> Pintura – Iconografia popular de São Roque	38
<b>Ilustração 20:</b> Pintura – São Sebastião com os santos Fabiano e Roque	39
<b>Ilustração 21:</b> Pintura - São Sebastião na companhia de São Roque	40
<b>Ilustração 22:</b> Pintura – São Sebastião e São Roque adoram Jesus	40
<b>Ilustração 23:</b> Gráfico – Padroeiros dos principais arraiais goianos	43
<b>Ilustração 24:</b> Gráfico - Padroeiros dos municípios goianos em 1870	51
<b>Ilustração 25:</b> Mapa: A espacialidade da devoção a São Sebastião em Goiás	52
<b>Ilustração 26:</b> Imagem de satélite – Projeção em 3D, via satélite, da comunidade da Capelinha do Mato Grande	65
<b>Ilustração 27:</b> Forografia – Capela São Sebastião do Mato Grande em período de festa	77
<b>Ilustração 28:</b> Fotografia – Capela São Sebastião alguns anos após sua construção (década de 1990)	79
<b>Ilustração 29:</b> Fotografia – Capela São Sebastião sem o nicho central do padroeiro	80

<b>Ilustração 30:</b> Fotografia – Capela São Sebastião no dia 20 de janeiro - Troca das coroas	81
<b>Ilustração 31:</b> Fotografia – Membro da família do anfitrião preparando clavinote	92
<b>Ilustração 32:</b> Fotografia – Foliões de São Sebastião com os clavinotes preparados	93
<b>Ilustração 33:</b> Fotografia: Entrega das bandeiras de São Sebastião no encerramento da festa	94
<b>Ilustração 34:</b> Fotografia – Encontro de gerações em catira na folia de São Sebastião de Silvânia	97
<b>Ilustração 35:</b> Fotografia - Entrega da folia de São Sebastião em Silvânia – GO	100
<b>Ilustração 36:</b> Fotografia – Entrega da folia de São Sebastião na Igreja de Silvânia	101
<b>Ilustração 37:</b> Quadro - Cantoria de chegada e entrega da bandeira na Capelinha do Mato Grande	103
<b>Ilustração 38:</b> Fotografia - Pesquisador suplica pela alma de seu avô	106
<b>Ilustração 39:</b> Quadro – Saudação a memória do falecido na Capelinha do Mato Grande <sup>1</sup>	107
<b>Ilustração 40:</b> Quadro – Histórias de Dona Maria de Paula Nascimento	115

---

<sup>1</sup> Cantoria da folia de São Sebastião na Capelinha do Mato Grande, casa de Maria de Paula Nascimento, em 20/01/2017.

## SUMÁRIO

**RESUMO**

**ABSTRACT**

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1. MEU SÃO SEBASTIÃO É MEU GUERREIRO FORTE</b>	<b>18</b>
1.1 SÃO SEBASTIÃO, O SOLDADO SANTO: UMA VIDA MISTERIOSA E UM MISTÉRIO GLORIOSO	18
1.2 A DEVOÇÃO A SÃO SEBASTIÃO EM GOIÁS	41
<b>2 ESSA TERRA É DO SANTO: SÃO SEBASTIÃO E A CAPELINHA DO MATO GRANDE – GO</b>	<b>56</b>
2.1 A TERRA, O SANTO E A FESTA	57
2.2 A CAPELA, O SANTO E A FESTA	75
<b>3 ELE DESCEU LÁ DO CÉU, NA BANDEIRA ELE ASSENTOU</b>	<b>86</b>
3.1 DESDE QUANDO EU ENTENDI POR GENTE TINHA A TRADIÇÃO: A FOLIA DE SÃO SEBASTIÃO EM SILVÂNIA	86
3.2 ELE DESCEU LÁ DO CÉU, NA BANDEIRA ELE ASSENTOU <sup>2</sup> : A PERSONIFICAÇÃO DO SANTO NA BANDEIRA	101
3.3 SÃO SEBASTIÃO ESTÁ MUITO SATISFEITO <sup>3</sup> : AS DEVOÇÕES PLURAIS EM CAPELINHA DO MATO GRANDE	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>119</b>

---

<sup>2</sup> Cantoria de chegada da bandeira na casa do morador. Capelinha do Mato Grande. 20/01/2017.

<sup>3</sup> Cantoria de chegada da bandeira na casa do morador. Capelinha do Mato Grande. 20/01/2017.

## INTRODUÇÃO

São Sebastião, importante soldado da guarda pretoriana, nasceu em Narbona, em meados do século III e foi martirizado, provavelmente, por volta do ano 304. Embora exista um grande distanciamento entre a data de seu martírio e nossa temporalidade, o correr do tempo não provocou um adormecimento ou um enfraquecimento do seu culto. Os católicos continuam acreditando veementemente na sua existência, em sua intercessão e lhe atribuindo milagres.

O soldado romano era um dos santos católicos mais venerados em Portugal, no momento da colonização, e se tornou igualmente popular no Brasil a partir da ação dos portugueses na *Terra de Santa Cruz*. Dedicaram-lhe desde simples capelas a grandes catedrais. A dedicação desses locais, fez com que, aos poucos, adquirisse um espaço crescente nas manifestações religiosas populares católicas e, ao mesmo tempo, expandisse sua territorialidade, influenciando a consagração, modificação e/ou criação de paisagens, lugares e cidades por todo o país. O que é claramente perceptível no estado de Goiás, onde, dos 246 municípios, 45 estão sob seu padroado (D'ABADIA, 2014), sem a isso se acrescentar as comunidades, capelas e paróquias que lhe são dedicadas ou que promovem sua devoção com benditos, terços, novenas, festas, quermesses e cavalgadas, mesmo sem tê-lo como padroeiro titular.

Portanto, diante da importância do orago para o patrimônio cultural imaterial goiano (com folias, terços cantados, festas, benditos, etc.) e a consequente influência sobre a manutenção, preservação e construção de patrimônios materiais (a exemplo a Igreja de São Sebastião em Silvânia – GO), refletiremos nesta dissertação de mestrado sobre as estruturas, composições e dimensões de manifestações religiosas católicas dedicadas ao orago na zona rural do Estado de Goiás, espaço onde tem um culto intenso e fervoroso. Ao mesmo tempo, nesse contexto, procuraremos compreender como as relações de devotos, camponeses, com a Igreja altera ou ressignifica esse mesmo culto a partir de negociações, intercâmbios, choques, colisões, regulações, etc.

Para tanto, estabeleceu-se um recorte territorial dentro da vasta abrangência do território político administrativo de Goiás, pretendendo com isso dinamizar as atividades de coleta de dados e a partir de micro expandir a interpretação a um contexto macro, ressalvadas as adaptações e particularidades. Os critérios de delimitação do recorte territorial pautaram-se na identidade do pesquisador e sua vinculação com os lugares pesquisados: a comunidade rural da Capelinha do Mato Grande – Leopoldo de Bulhões – (lugar em que sua família se

instalou em 1914 e o pesquisador viveu grande parte de sua vida, tendo os primeiros contatos com a devoção a São Sebastião) e a região da Posse – Silvânia – (lugar de onde a família do pesquisador migrou para se instalar na Capelinha do Mato Grande); e especialmente no fato de, conhecendo as regiões, o pesquisador saber e participar dos festejos em louvor a São Sebastião desde a infância, sempre com a curiosidade para compreender as origens de tão forte devoção.

Delimitado o recorte espacial, percebemos que embora as manifestações religiosas tivessem o mesmo santo na centralidade do culto, tinham ambas particularidades diferentes. Na Capelinha do Mato Grande, os gestos rituais giram em torno de uma capela. Na folia da Posse não há um movimento circular em torno de uma igreja, que se torna o centro das atividades religiosas. Neste caso, a circularidade, ciclicidade e rotatividade era marcada pelo giro de pouso em pouso e só se dirigia à Igreja no último dia, “arremate”, para a entrega da bandeira, enquanto no Mato Grande, todos os dias se vai à Igreja depositar nela a bandeira do padroeiro. Assim, vimos a necessidade de definir para a festa da Capelinha do Mato Grande, devido sua particularidade, um marco temporal, no sentido de entender a origem da devoção, a fase de estruturação e as influências afins (do catolicismo popular, da romanização, etc.) que imbricadas ou contrapostas condicionaram a atual formatação do culto, para então estabelecer o diálogo entre sua estrutura e a estrutura devocional da região da Posse. Definimos, portanto, um recorte temporal que abrangeu o ano de 1915, período anterior à construção da capela do padroeiro, e se estendeu aos dias atuais (2019), momento que a festa ainda acontece.

Definidos os recortes, espacial e temporal, fomos a campo várias vezes entre os anos de 2017 e 2019 com o objetivo de conseguir informações, dados ou conhecimentos acerca do nosso problema: quais são as estruturas, composições e dimensões da devoção a São Sebastião no catolicismo popular em Goiás? Procuramos observar os fatos, os fenômenos culturais, as conversas, narrativas, cantorias, gestualidades, expressões culturais, saberes, silenciamentos, conflitos, choques, ritos, gestos e afetos durante a festa de São Sebastião na Capelinha do Mato Grande e na folia de São Sebastião na região da Posse. Nossa permanência em campo, bem como o acesso aos lugares, atores sociais, agentes e ritos não foi difícil, devido nossa criação ter se dado no meio de alguns dos devotos, inclusive de nosso próprio seio familiar, e por afinidade, ter sido sempre bem acolhido pelos donos da casa, foliões, etc. Reconhecemos que o foi difícil, unicamente, estabelecer um distanciamento do objeto e das relações sociais para uma melhor compreensão, o mais próximo possível, da realidade e dos objetivos levantados em nosso projeto de pesquisa inicial.

Em campo, fizemos muitas entrevistas com os devotos a fim de obter informações sobre a festa, a devoção ao santo, milagres acontecidos na família, motivações da presença naquele evento, etc. Sempre nos apresentávamos como pesquisador do PPPG – TECCER (UEG) e mantínhamos um breve diálogo sobre a possibilidade da contribuição do agente com nossa pesquisa. Não houve nenhuma recusa. Pelo contrário, na região da Posse, na casa de senhor Acrísio, muitas pessoas queriam dar “entrevista para o menino da televisão” e foi difícil acompanhar os ritos de chegada da bandeira e reza do terço porque muitas pessoas queriam contribuir com nossa. Inúmeros foram os pedidos para se tirar uma foto daquela pessoa naquele ângulo, ou de se dar a graça de “um dedinho de prosa”, e com isso percebemos a hospitalidade própria, comum (e não exclusiva, deixamos bem claro) do camponês<sup>4</sup> goiano.

A partir desse contato direto com os atores sociais, percebemos a importância que as narrativas e a história oral tinham para nosso trabalho, pois as “fontes documentais vivas” apontavam-nos caminhos e indícios a outros, além dos aportes teóricos. O ver e o conceber era-lhes interior, próprio, naturalizado. A riqueza e a sabedoria das explicações com causos, risadas e brados diziam muito sobre nossos sujeitos sociais (devotos) e as cosmovisões que tinham sobre Deus, seus santos e a própria vida. Colaboraram com esse processo de coleta de dados duas pessoas, de modo muito eficaz e intenso: dona Maria de Paula Nascimento, 91 anos, e seu Abel Rodrigues Gonçalves, 64 anos.

Maria de Paula Nascimento nasceu na comunidade da Capelinha do Mato Grande, em 04 de novembro de 1927, nela foi batizada, crismada e criada pelos avós maternos, Hermenegildo Peixoto do Nascimento e Anna Rulfina de Moraes. Os pais, João Evangelista de Paula e Luíza Peixoto do Nascimento, casaram-se na Capela de São Sebastião em 26 de maio de 1924 e moravam afastados da comunidade cerca de dois quilômetros. O avô de dona Maria era inspetor de quarteirão, dono de uma vendinha e professor particular. Com status e capital cultural, inseriu-a no universo letrado. Ensinou-a as primeiras letras e com ele, em suas palavras, aprendeu muitas das histórias, causos e coisas que sabe.

O avô de dona Maria instalou-se na comunidade em 1914, mudando da região do Rio dos Patos (Silvânia) para a região do Mato Grande (àquele tempo ainda pertencente à Silvânia). Sua família, Peixoto dos Santos, saíra de Pirenópolis no início do século XIX e instalara-se à margem do rio dos Patos, na antiga Bonfim, dedicando-se a lavoura. Segundo

---

<sup>4</sup> Assim nos referimos às pessoas que nasceram e ainda vivem na zona rural ou nela viveram, no sentido de remeter a palavra “camponês” ao seu radical “campo” e com isso valorizar a identidade de nossos atores sociais. Como camponês que sou, muito me orgulho de minha identidade. Ser camponês, caipira, sertanejo, roceiro, sem indícios pejorativos, é motivo de grande orgulho para nós.

Borges (1981) essa família, possivelmente, teria construído a igreja de São Sebastião na cidade de Silvânia em 1870, em cumprimento de uma promessa.

A avó de dona Maria, por sua vez, a senhora Anna Rulfina Gonçalves, era também moradora do rio dos Patos. Sua família, os Gonçalves de Moraes, também vieram de Pirenópolis e instalaram-se à margem do Rio dos Patos no início do século XIX. Era sua família, no Mato Grande, encarregada de animar e cantar durante os festejos do padroeiro. Ainda hoje, o ramo genealógico que descende de seus irmãos tem fama de grande devoção ao santo guerreiro.

Do lado paterno, dona Maria descende dos de Paula Mesquita, família numerosa que se instalou na região da Posse, em Silvânia, no final do século XVIII.

Em 25 de maio de 1946, dona Maria de Paula Nascimento casou-se com Sebastião Donato do Nascimento, Nego Barroso, neto de escravos, nascido e criado na região do Gueirobal de Silvânia. Grande devoto do santo, na década de 1980, foi ele quem moveu uma ação de reintegração de posse das terras devolutas de São Sebastião e comandou a construção da atual capela. Estes dois, dona Maria e seu Nego Barroso são nossos avós.

A partir desses dados de história de vida, percebemos que a história de dona Maria era marcada pela devoção ao santo e muitos pontos de sua árvore genealógica se remetiam a outros lugares, descendentes, parentes, mantinham a devoção comum: isso nos conduziu à região da Posse, em Silvânia.

Na região da Posse, encontramos o senhor Abel Rodrigues Gonçalves, 64 anos, nascido e criado na região do Rio dos Patos (Silvânia), lugar em que coincidentemente descendiam os avós maternos de dona Maria e cruzando os dados descobrimos ser parentes de seu Abel. O embaixador de folia, folião desde os 08 anos, inseriu-nos nos gestos rituais da comunidade e, o quanto pode, instrui-nos em todos os processos necessários a essa pesquisa. Seu bisavô, Sebastião Vitor, fugido de Paracatu para a região do Rio dos Patos, trouxe consigo no final do século XIX, a folia do Divino Espírito Santo para cidade e inseriu toda sua família no grupo de folia.

Assim, as narrativas dos atores sociais e suas memórias, ajudaram-nos a interpretar os diversos elementos que permeiam o culto e a devoção a São Sebastião em Goiás, além de ajudar-nos a reconstruir um tempo de outrora para compreender o tempo de agora.

Paralela à imersão em campo, cujo objetivo era ver, ouvir, escutar e participar, fizemos uma pesquisa de revisão bibliográfica, consultando aportes teóricos que tratassem de catolicismo e/ou religiosidade popular, camponesa; festa (BRANDÃO, 1985; 1989), religião

versus religiosidade popular (FOLGEMAN, 2015), a personificação do sagrado na bandeira (CHAVES, 2015) e a hagiografia de São Sebastião (VARAZZE, 2003; CARDOSO, 2010, 2017) e percebemos, a partir da consulta à plataforma Sucupira, a ausência e escassez de pesquisas sobre o nosso objeto e recorte espacial.

Depois dos dados coletados, procedeu-se a triangulação e o resultado é o que se segue nesta dissertação de mestrado.

No capítulo 1, procuramos discutir os aspectos históricos e geográficos que envolvem a figura de São Sebastião e os elementos específicos de sua iconografia, para, de tal modo, entendermos os elementos básicos que sustentam e estruturam sua memória e seu culto, e como esse culto se estruturou, expandiu e estabeleceu em Goiás, trazendo os tais dados para a contemporaneidade.

No capítulo 2, refletimos sobre o processo de romanização da comunidade da Capelinha do Mato Grande; a tentativa da Igreja Católica de expropriar os camponeses do culto popular a São Sebastião e os resquícios dos conflitos anteriores nas práticas devocionais atuais, bem como a permanência ou ressignificação de práticas de catolicismo popular anterior à ação “missionária” da Igreja. No mesmo capítulo, analisando a historicidade da capela e da festa, na tentativa de compreender esses conflitos entre a Igreja Oficial e o catolicismo popular, apresentamos as singularidades da mesma festa, seus ritos e seus atores sociais.

No capítulo 3, propriamente um capítulo que pretende mais aproximar religião e religiosidade popular que contrapor ambas, em uma discussão sobre trocas permanentes (não excluídos os conflitos), refletimos sobre memória afetiva, tradição e devoção a São Sebastião na folia da Posse; personificação do santo na bandeira e as devoções plurais que envolvem a fé católica dos atores sociais da Capelinha do Mato Grande.

## 1 MEU SÃO SEBASTIÃO É MEU GUERREIRO FORTE<sup>5</sup>

Neste capítulo, inicialmente discutiremos o conceito de santidade, no intuito de entender a origem do culto católico e o significado religioso, espiritual e político da figura do santo padroeiro a partir de uma contextualização historiográfica e revisão de literatura, para, adiante, nos capítulos seguintes, identificar nas práticas rituais, votivas e/ou cotidianas de devotos de São Sebastião as rupturas, convergências e divergências do enquadramento institucional e oficial da “comunhão dos santos”.

Em seguida, será discutida a hagiografia de São Sebastião, dentro de percurso historiográfico e iconográfico, para a partir disso, compreender como o santo soldado, sem ter vivido ou sobrevivido do campo, se tornou tão venerado nesse espaço geográfico.

### 1.1 SÃO SEBASTIÃO, O SOLDADO SANTO: UMA VIDA MISTERIOSA E UM MISTÉRIO GLORIOSO

A Igreja Católica Apostólica Romana a partir de seu Magistério e sua Tradição, defende que há dentre seus fiéis alguns “eleitos”, daí santos, que vivendo em vida a caridade, a fraternidade e cumprindo os Mandamentos, recebem Dele o prêmio da vida eterna, e por isso, antes mesmo do juízo final já gozam da alegria do “Paraíso”, antecipando o final dos tempos. Mortos para a vida humana e viventes em uma outra dimensão, a celestial e transcendental, servem a Trindade<sup>6</sup> e podem, já que estão próximos a Ele, apresentar-lhes as intenções e as preces que Ele lhes permite conhecer e receber dos “degradados filhos de Eva”, que vivem *gemendo e chorando neste vale de lágrimas*<sup>7</sup>. Assim, o que a Igreja chama de comunhão dos santos, é um estado de graça que dá ao fiel católico morto o privilégio de, estando no céu, advogar em favor dos vivos, intercedendo por eles e mediando as graças que Deus deseja distribuir à terra. Não fazem milagres, mas têm seus meios de consegui-los.

Na religiosidade popular, esse culto adquire um caráter mais intenso e, não raramente, sobrepõe o culto a Santíssima Trindade, a partir de um processo de identificação daquele que reza com aquele a quem se suplica. Outros sim, fatores como a biografia – quem o santo foi, como viveu e morreu –, seu poder intercessório, a memória afetiva ou familiar – a

<sup>5</sup> Bendito de São Sebastião cantado na comunidade da Capelinha do Mato Grande.

<sup>6</sup> A Igreja Católica acredita que há um único Deus em três pessoas: o Pai, o Filho (Jesus Cristo) e o Espírito Santo. Há, dentro da filosofia religiosa católica, a crença de que ambos são indissociáveis e vivem em uma comunhão. Para a Igreja, Jesus, enviado ao mundo como Messias no início da Era Cristã, existia desde a criação do mundo, assim como o Espírito Santo.

<sup>7</sup> Trecho da Salve Rainha, oração popular rezada pelos católicos para saudar a Mãe de Jesus.

herança devocional deixada por um antepassado querido, a graça alcançada em determinada fase da vida, a data de nascimento e o onomástico –, etc., e, sobretudo, a existência humana, em carne e osso, inclusive nas condições de miséria e pecado próprias do homem, corroboram a filiação votiva e a conexão identitária entre ambos, devoto e santo. Logo, a oração votiva se torna um diálogo de igual para igual, pois o devoto às vezes, por vergonha de sua condição subalterna, desviada ou pecaminosa, não tem coragem de suplicar ele mesmo a Deus a graça pela qual peleja, pedindo, portanto, a um par, privilegiado em alguns aspectos, que o faça junto a Deus.

“A reverência aos mártires constitui a raiz do propagado culto aos santos, que, depois, incluiria virgens, bispos, papas, monges e outros homens e mulheres especiais” (CARDOSO, 2010, p. 12). Essa origem se deu nos primeiros anos da Era Cristã em antigas catacumbas, a beira dos túmulos dos citados mártires<sup>8</sup>, que ressignificados (os túmulos) pelos católicos, assim como a própria morte, deram um novo sentido aos ritos de passagem e a concepção de vida além-mundo durante a perseguição embrenhada contra os cristãos pelo Império Romano (64-313). Os “lugares de poluição”, foram transformados “em santuários e centros de peregrinação da vida religiosa” (idem, p. 13), pois os católicos não hesitavam em visitar seus finados, levando flores, oferendas e rezando por suas almas, ao que também aproveitavam para suplicar por suas necessidades.

Desse modo, acreditavam que os mártires, por terem morrido em comunhão com a Igreja e em nome de Cristo, já gozavam a vida eterna e, por isso, tinham a faculdade de alcançar graças àqueles que ali estavam beira-túmulo, onde seu corpo, sepultado, era um elo de conexão com outras dimensões do Sagrado. Assim, realizaram-se os primeiros milagres a partir da “intercessão” de mártires e com a fama corrente de um milagre chegavam mais e mais devotos àquele túmulo. O culto se expandia quase sempre, conforme a graça alcançada, o que dava ao “finado” o status de protetor de determinada área da vida social, familiar ou orgânica. Com a liberdade religiosa dada aos católicos no século IV, esses corpos santos, com milagres testificados pelos populares e pela Igreja, foram trasladados para as primeiras capelas e centros religiosos católicos, dando origem ao culto que temos hoje. Como o mártir era um só, e seu corpo também, não podendo ser dividido e partilhado com todas as igrejas

---

<sup>8</sup> “Ora, entendia-se que, no seu combate pela fé, os mártires divulgavam de modo exemplar a *imitatio Christi*, a imitação do Mestre. No século em que viveu Sebastião, os comentadores cristãos já se remetiam ao Apocalipse de João para proclamar a vindoura vingança dos mártires – aqueles que haviam recebido vestes brancas e clamavam ansiosos pela justiça divina. Afirmar-se-ia daí que o mártir ascendia instantaneamente ao Céu e tinha sua recompensa antecipada, graças a seu testemunho, sua *passio*, análoga à paixão do próprio Cristo: era este quem sofria e triunfava com o santo” (CARDOSO, 2010, p. 14).

que se polarizavam e dedicavam a sua memória, fizeram-se afrescos, ícones e imagens para servir como referências e sinais de sua santidade.

Segundo Mesquita (2015, p. 156-157), isso aconteceu porque:

O local onde as pessoas estavam sepultadas era considerado como uma segunda casa e, por isso, era enfeitado com bonitas pinturas. Depois da metade do século III, constituíram-se os primeiros cemitérios subterrâneos cristãos. A partir de então, conteúdos de caráter bíblico, usados na catequese ou ligados aos sacramentos, passaram a ser representados nas pinturas das catacumbas. Depois que as perseguições aos cristãos terminaram, nasceu o costume “de levar pequenas relíquias dos santos para os altares das igrejas e enfeitar o templo com pinturas ou imagens que lembrassem os primeiros cristãos, mártires da fé”. Assim nasceram as imagens dos santos, como recordações daqueles que nos antecederam na fé.

Uma passagem na vida de Santa Luzia, assassinada em Siracusa (304), exemplifica como esse culto aos mortos era forte nos tempos da Igreja Primitiva e como já se vinculava a figura de um mártir a determinada causa, segundo a fama de santidade e as graças alcançadas pelo devoto. Eutíquia, sua mãe, sofria de uma grave hemorragia interna. Sabendo ambas da fama miraculosa de uma mártir chamada Águeda, foram visitar seu túmulo na Catânia. Lá, após rezarem e Luzia ter uma visão de Santa Águeda, a cura aconteceu. Se foram ao túmulo, foram por causa da grande fama das capacidades miraculosas da mártir assassinada em 05 de fevereiro de 251, a quem acreditava terem arrancado os seios durante o martírio e tê-los tido reestabelecidos depois de uma visita sobrenatural de São Pedro. Logo, tornou-se muito venerada e visitada por mulheres que sofriam de males incuráveis ou doenças propriamente femininas.

Nesse sentido, o trato com a morte envolvido em uma prática natural, cotidiana, mítica e memorial, fez com que os primeiros santos, mártires, abrigados materialmente em locais de veneração – catacumbas – e transcendentalmente nos céus, inaugurassem a capacidade intercessória de homens em prol de homens.

Os túmulos eram “considerados pelos cristãos tardo-antigos como lugares onde a Terra tocava o Céu através do corpo de alguém que morrera ‘amigo de Deus’ e obtivera, por isso, o privilégio de Sua intimidade” (CARDOSO, 2010, p. 13). Se para os pagãos e até mesmo para os judeus eram lugares impuros, por isso construídos em lugares afastados do convívio comum e da vida cidadina, para os cristãos eram lugares sagrado, propícios às celebrações religiosas e à comunhão com os pares. Como havia uma proibição ao culto católico em Roma, clandestinamente, os cristãos se reuniam em espaços como as catacumbas, tidas como impuras pelos romanos e raramente frequentada por eles, ou seja, seriam estes espaços marginais os únicos lugares possíveis onde teriam liberdade de rezar e celebrar suas

atividades litúrgicas. As condições, portanto, obrigaram vivos e mortos, pertencentes a um mesmo corpo místico – a Igreja, no caso – a conviver harmoniosamente.

Os cristãos, ao visitarem os sepulcros mais importantes dos primórdios do cristianismo, passaram a oferecer votos em troca de uma intercessão de caráter individual. Segundo Pietri, tais votos eram expressos por meio de um rito pagão tomado por empréstimo: a oferta simbólica de alimentos junto às sepulturas. Todavia, diz-nos o historiador, o significado havia mudado completamente. O refrigério (*refrigerium*), como era conhecido o rito, não visava às almas dos apóstolos, como seria concebido pelos não-cristãos. Sua tese é a de que se buscava, através das orações dirigidas aos santos, a consolação nas vidas dos próprios peregrinos que ali chegavam trazendo votos e preces por si e pelos seus. Em breve, a Igreja, que já se entendia como mediadora entre as comunidades terrena e celeste, trataria de canalizar momentos específicos para a invocação da intercessão dos apóstolos, designando o dia da festa de São Pedro e São Paulo, originalmente o 29 de junho. Mas a mesma demanda que rogava o auxílio dos apóstolos passaria a convocar outros mártires, cujos corpos jaziam nas galerias subterrâneas da Roma christiana, capital da crescente religião. Os bispos e o clero romanos precisaram então elaborar o primeiro calendário do cristianismo, o já citado *Depositio martyrum*, que indicava a localização de inúmeras sepulturas e a data de aniversário dos martírios ao longo do ano, cristianizando o tempo (CARDOSO, 2010, p. 15).

Os santos por terem se antecipado na convivência com Deus nos céus, tinham a faculdade de mediar o céu e a terra, intercedendo em favor dos vivos e, pelas súplicas feitas a Deus, alterar o fluxo de vida das pessoas. Segundo as habilidades comprovadas, divulgadas e validadas pela comunidade, o culto a determinado santo era então expandido e, logo, o número de devotos e peregrinos acrescia-se, fazendo surgir os santos padroeiros, ou seja, àqueles santos a quem se recomendavam causas específicas ou se tomava como representante e advogado da comunidade, incumbindo-lhe a missão de protegê-la perenemente. Não há dúvidas, a “santidade católica” surgiu em um contexto de religiosidade popular.

A perseguição aos cristãos, comandada pelo Império Romano do século I ao IV, ceifou muitas vidas, dentre elas a de Sebastião, soldado da Guarda Pretoriana, elevado – pelo povo – à honra dos altares e tomado como santo<sup>9</sup> pela Igreja Católica desde os primeiros séculos da Era Cristã. Em seu processo de sagração, titulação ou ainda, se assim podemos dizer, reconhecimento de santidade, o povo – leigos, em sua maioria, recém convertidos, cristãos novos, pobres, viúvas, órfãos, ricos, e pessoas de diversas camadas sociais que não

---

<sup>9</sup> “A reverência aos mártires constitui a raiz do propagado culto aos santos, que, depois, incluiria virgens, bispos, papas, monges e outros homens e mulheres especiais” (CARDOSO, 2010, p. 12). Essa origem se deu nos primeiros anos da Era Cristã em antigas catacumbas, a beira dos túmulos dos mártires<sup>9</sup>, que ressignificados (os túmulos) pelos católicos, assim como a própria morte, deram um novo sentido aos ritos de passagem e a concepção de vida além-mundo. Nesse sentido, os “lugares de poluição”, foram transformados “em santuários e centros de peregrinação da vida religiosa” (idem, p. 13).

compunham as divisões do poder religioso – teve grande participação na divulgação, propulsão das práticas votivas e estruturação de seu culto.

Assim, podemos perguntar-nos:

Quem foi Sebastião? São poucas as fontes que nos permitem identificá-lo. Em um calendário cristão do início do século IV (ca. 336), o *Depositio Martyrum*, encontramos menção passageira à localização de seus restos mortais em uma das catacumbas romanas, na Via Appia, a mesma de que se diz ter abrigado temporariamente os restos dos apóstolos Pedro e Paulo, no século III<sup>2</sup>. O bispo Ambrósio de Milão (339-397) também cita a Sebastião sem delongas, mencionando-o como concidadão milanês. Afora essas insuficientes alusões, o principal testemunho acerca da vida de São Sebastião é a narrativa intitulada *Passio S. Sebastiani*, composta entre 432 e 444 e atribuída muitas vezes (erroneamente) a Ambrósio. Provavelmente foi composta no monastério adjacente à *Ecclesia Apostolorum*, ou “Igreja dos Apóstolos”, ambos construídos posteriormente sobre a catacumba de São Sebastião. As informações contidas na dita paixão de Sebastião do século V formaram a base dos escritos posteriores sobre tal personagem, que teria vivido no século III (CARDOSO, 2010, p. 11).

Diante dessa escassez de documentos, o que se sabe é que ele nasceu em berço católico, ou seja, não era um convertido, como muitos mártires católicos foram, a exemplo de São Longuinho, o soldado que furou o lado direito do peito de Jesus; Santa Cristina, a virgem e mártir, filha do oficial do exército de Tiro, em Toscana; São Cristóvão, o homem de vida desregrada, convertido depois de carregar Jesus nos ombros, em uma travessia pelo rio; e o próprio apóstolo Paulo, influente e importante cidadão romano, judeu, ex-perseguidor dos cristãos. Cristão de nascimento e de morte, Sebastião tornou-se um dos santos mais populares dentro do catolicismo brasileiro.

Em *Legenda Áurea* (2003), o arcebispo de Gênova, Jacopo de Varazze, catequética e didaticamente, ressalta a santidade do mártir e apresenta-o como “escolhido por Deus” desde o nascimento. Esta obra, por sua relevância e caráter de fonte primária, serviu-nos para traçar o perfil biográfico que aqui fazemos do mártir. O próprio nome, ao seu ver, antecipava-lhe o martírio e a honra dos altares, posto que significa “aquele que seguiu a beatitude da cidade celeste e da glória eterna” (idem, p. 177). Ainda, apoiado nas palavras de Santo Agostinho, apresenta Sebastião como “canal da graça” por ter se disposto aos interesses da Igreja e de Cristo tal qual uma “sela” atada ao cavalo (Igreja) que conduz o soldado (Cristo) no combate.

Cardoso (2017) indicia que além do exemplo paterno, a mobilidade e liberdade que a profissão daria a Sebastião ao acessar as prisões e os lugares proibidos à Igreja pesaram em sua escolha. Oportunamente, essas “faculdades”, previstas ou não por ele ao desejar ser soldado, permitiram-lhe acolher, consolar, encorajar e alimentar os cristãos presos e

condenados ao martírio. Ligando este fato às narrativas coletadas por meio de entrevistas feitas a devotos do santo em sua festa na Capelinha do Mato Grande (Leopoldo de Bulhões) e sua folia na região da Posse (Silvânia), percebemos a consonância entre a hagiografia e as razões que o tornaram protetor contra a fome: sua ação, em vida, “de dar de comer a quem tem fome”. Ninguém mais indicado para prover pão em uma mesa, a partir de um “processo intercessório”, do que o soldado que saciou os famintos.

Em uma dessas visitas, Sebastião teria realizado seu primeiro milagre e demonstrado a proximidade com Deus: a cura da mudez da mulher do carcereiro e a anotação de seu discurso de encorajamento aos santos Marcos e Marceliano por um anjo (OLIVEIRA, 2014); e sido descoberto pelos companheiros de ofício. O imperador Diocleciano, logo que soube, chamou-o e indagou sobre a veracidade dos boatos. Ele, o mártir, não hesitou em afirmar sua fé e revelar suas ações, acabando por ser condenado à morte por flechamento. Atado a uma árvore foi dardejado até ficar semelhante a um “ouriço” (VERAZZE, 2003) e ser dado como morto.

Abandonado o corpo no local do suplício, Irene, uma modesta mulher cristã, procurou recolhê-lo às escondidas para dar-lhe digna sepultura. Com espanto, percebeu que ainda haviam sinais vitais. Ajudada por alguns outros cristãos, levou-o para casa e cuidou-lhe das feridas, garantindo que em um curto tempo se reestabelecesse.

Curado e recuperado, Sebastião dirigiu-se ao imperador. Recebido com pavor, novamente foi persuadido em vão a abandonar a fé católica. Espancado com clavas até a morte, teve o corpo lançado na Cloaca Máxima. Depois disso, em sonho, apareceu a Santa Luciana e apontou o local onde haviam jogado seu corpo. Fez um único pedido, que o sepultassem nas catacumbas da Via Ápia, ao lado dos apóstolos Pedro e Paulo. “Embora os anos entre 286 e 288 apareçam mais frequentemente como datação” do martírio, “o mais provável, de acordo com a crítica documental e histórica, é que sua morte tenha ocorrido em 304” (CARDOSO, 2010, p. 12).

Para seu Abelinho<sup>10</sup>, embaixador de folia em Silvânia - Goiás, matar São Sebastião foi o pior erro do imperador e uma das melhores glórias da Igreja: vivo o santo compôs um exército cristão muito maior que o exército romano e morto auxiliou no combate ao Império Romano e, por sua intercessão, contribuiu para que todos os cristãos fossem libertos e a “guerra” cessasse. Assim “*na história mesmo demorou a achar quem queria matar ele. Falava com um, ele ia. Chegava na hora saía. Até que achou um que teve*

---

<sup>10</sup> Abel Rodrigues Gonçalves, 64 anos. Entrevista realizada em 28/04/2019, em Silvânia - Goiás.

*coragem. Matou ele e mesmo depois dele morto, virou santo pelos presos lá. Virou aquela confiança com ele. Transformou ele num mártir”. Desse modo, “ele ajudou em tudo. Ajudou fisicamente e na parte... espiritual. Acabou com o famoso exército romano”, o que lhe torna um “santo forte”.*

Como os cristãos se reuniam nas catacumbas para rezar, o contato com os túmulos dos mártires era comum. Logo, atribuiu-se graças alcançadas pelo contato de devotos com as relíquias sagradas de Sebastião. Mais e mais pessoas começaram a visitá-lo e sua devoção foi se expandido pelo “boca à boca” o que culminou com a aclamação geral de sua santidade. Logo, “tido como exemplo de militar cristão, o mártir foi intitulado Defensor da Igreja e se tornou terceiro padroeiro de Roma, depois de São Pedro e São Paulo, no pontificado de Gregório Magno (c.540-604)” (CARDOSO, 2017, p. 24).

A iconografia o apresenta como um mancebo vigoroso, atado a um tronco, crivado por flechas e, contraditoriamente, de semblante sereno, como se a dor lhe causasse prazer. Embora a cena reproduzida seja cruenta, há ausência de sangue e marcas de tortura, ressaltando sim o vigor, a masculinidade e a fé do mártir. Certamente, “o apelo estético e dramático dessa evocação quiçá é um dos fatores que contribuiram para sua notoriedade ao longo do tempo” (CARDOSO, 2010, p. 11), assim como sua habilidade protetora das guerras que sempre assolaram os povos e no caso dos brasileiros, especialmente entre no final do século XIX e início do século XX (Primeira e Segunda Guerra Mundial) ameaçaram tirar do seio familiar muitos filhos para servir as causas da “pátria”.

É provável que a perseguição aos cristãos na época de Valeriano, por volta de 258, tenha impelido os últimos a trasladarem restos sacros que ainda habitavam necrópoles cristãs para esconderijos e catacumbas. Possivelmente, esse foi o contexto da transferência dos espólios de Pedro e Paulo para a catacumba da Via Appia, onde teriam ficado até cerca de 340. A importância da Via, ligando regiões importantes da península itálica, e a localização “estratégica” das catacumbas viriam a atrair para a Ecclesia, seus arredores e subterrâneos um fluxo crescente de peregrinos. A proximidade temporal entre o martírio de São Sebastião, em 304, e o fim das perseguições, em 313, bem como a afluência de peregrinos à Ecclesia, à sua necrópole subterrânea e aos ilustres mortos do paleocristianismo foram os fatores que de certo mais contribuiram para o crescimento do culto a Sebastião (CARDOSO, 2010, p. 10).

Um dos registros iconográficos mais antigos de São Sebastião compõem sua representação pictórica com outros elementos, mais sacros e menos ligados a questões da carne ou do martírio, enaltecendo os aspectos do mistério glorioso do martírio e a graça da vida eterna.

O mosaico, presente na Igreja de *San Apollinare Nuovo*, em Ravena, inaugurado em 580, apresenta o santo como integrante de “um cortejo de santos igualmente vestidos, reverenciando um Cristo em vestes imperiais” (CARDOSO, 2010, p. 15). De modo geral, essa e outras representações não fazem alusão às flechas do primeiro martírio ou as torturas a que o mártir foi submetido por último, causa verdadeira de sua morte, é nula, ao que parece desconsiderada por ser mais vergonhosa e menos cruel que o flechamento. Em campo, durante nossa pesquisa, percebemos que a verdadeira razão da morte do santo é desconhecida por seus devotos, pois todos afirmam que ele “morreu flechado” a mando do imperador. Isso comprova a influência estética e hagiográfica na percepção que o devoto tem sobre o santo, seu modo de vida e suas faculdades intercessórias. Em campo, na região da Capelinha do Mato Grande (Leopoldo de Bulhões – Goiás) interpelamos uma anciã de 91 anos sobre a alteração de representações iconográficas do santo na capela da qual é padroeiro, ela foi categórica em afirmar “as imagens de hoje são muito moderninhas” e ressaltou “o santo de verdade não é assim tão descancelado”<sup>11</sup>.

Um dos registros iconográficos mais antigos (Ilustração 01) compõe sua representação pictórica dentro de outros elementos, mais sacros e menos ligados a questões da carne ou do martírio, enaltecendo os aspectos do “mistério” glorioso e a graça da vida eterna. O mosaico (ilustração 01), presente na Igreja de *San Apollinare Nuovo*, em Ravena, inaugurado em 580, apresenta-o como integrante de “um cortejo de santos igualmente vestidos, reverenciando um Cristo em vestes imperiais” (CARDOSO, 2010, p. 15), há a presença de barba e seu aspecto não é de um jovem e sim de um homem adulto e possivelmente maduro. O único símbolo referente ao martírio é a coroa que traz nas mãos, em uma alusão às passagens do Apocalipse que se refere àqueles “que foram salvos e alvejados no sangue do Cordeiro”.

---

<sup>11</sup> Entrevista com Maria de Paula Nascimento, 91 anos, em 11/01/2018.

**Ilustração 01:** Mosaico - Antigo ícone do mártir Sebastião

Anônimo, (entre 527 e 565), *São Sebastião*, *Basilica di Sant' Apollinare Nuovo*, Ravenna, mosaico.

**Ilustração 02:** Pintura - Santo Antônio e São Sebastião

Pietro Perugino, *Saint Anthony of Padua and Saint Sebastiano for San Francesco al Prato*, s/d

**Ilustração 03:** Pintura - São Sebastião em trajes nobres



Juan de la Abadía, el viejo; *San Sebastián*, c. 1486, óleo sobre tela.

**Ilustração 04:** Pintura – São João Batista, São Fabiano e São Sebastião



Miguel Ximenes, *São João Batista, São Fabiano e São Sebastião*, 1494, Museu Nacional de Arte da Catalunha (Barcelona, Espanha).

**Ilustração 05:** Pintura – São Sebastião e outros santos



Giovanni di Scheggia, Nossa Senhora na Glória com São Lázaro, São Sebastião, Santa Marta e Santa Maria Madalena, século XVI, Museu Cívico de Fucecchio (Pisa, Itália).

**Ilustração 06:** Pintura – São Sebastião intercedendo por seus devotos



Benozzo Gozzoli, São Sebastião Intercessor, 1464-65. Nave de Santo Agostinho ( San Gimignano, Itália).

**Ilustração 07:** Pintura – São Sebastião e outros santos



Benozzo Gozzoli, Santos Nicolau de Tolentino, Roque, Sebastião e Bernardino de Siena, com devotos desconhecidos, 1481, The Metropolitan Museum of Art (New York, Estados Unidos).

**Ilustração 08:** Pintura – São Sebastião vestido como nobre



Joan Mates, São Sebastião e o Calvário, 1417-1425, Museu Nacional d'Art de Catalunya (Barcelona,

Nesse contexto, diferente das representações pictóricas do paganismo, o cristianismo sempre, ou pelo menos até a Renascença, preocupou-se em representar os santos em situação de sobriedade, neutralidade e seriedade, como requeria o temor comum a Deus, desvinculando-se do erotismo e da beleza do corpo, que remetia à Roma e à Grécia pagãs. Importava que os santos fossem modelos de virtude, santidade, pudor e recato. Entretanto, no Renascimento, os artistas influenciados pelos ideais greco-romanos, revisitaram os modelos de representação do corpo e interferiram na composição pictórica das imagens sacras.

Nesse ínterim, as representações de São Sebastião é uma das raras exceções em que o corpo, o erotismo e a sensualidade foram exaltadas e aceitas pela Igreja. Talvez a transgressão dos padrões de comportamento na representação do santo, a postura erótica e feminizada dada a ele, fizeram-no componente do universo homoafetivo e popularmente padroeiro da comunidade LGBT. Em suma, as poses do santo, na maioria das imagens, têm mais sensualidade e feminilidade, na posição das pernas, no contorcer dos braços, na sobrelanceada arqueada, na boca semicerrada do que de masculinidade.

**Ilustração 09:** Pintura – São Sebastião, Andrea Mantegna



Andrea Mantegna, São Sebastião, c.1459, Museu de História da Arte, Viena, Áustria

**Ilustração 10:** Pintura – São Sebastião atado à coluna



Pietro Perugino, *Saint Sebastian*, 1495, Louvre, Paris

**Ilustração 11:** Pintura – São Sebastião representado como um homem e não um jovem



Andrea Mantegna, *St Sebastian*, c. 1480, Museu do Louvre, Paris.

**Ilustração 12:** Pintura – São Sebastião coroado pelo anjo



Antonio Bazzi Sodoma, São Sebastião, 1525, Galeria Palatina (Firenze, Italia).

**Ilustração 13:** Pintura – O jovem São Sebastião



Franciasco Zaganelli, San Sebastián, 1513, Pinacoteca Nacional (Ferrara, Italia).

**Ilustração 14:** Pintura – São Sebastião jovem



Master of the Saint Lucy Legend , São Sebastião,  
1480-90, Galeria Robert Pintelon, Aalst.

**Ilustração 15:** Pintura – São Sebastião com os santos João Batista e Floriano



Hans Strigel, São Floriano, São João  
Batista e São Sebastião, 1480, Museum  
of Fine Arts (Budapeste, Hungria).

**Ilustração 16:** Pintura – São Sebastião na companhia de Maria, Jesus e São Boaventura



Girolamo di Romano Romanino, Nossa Senhora com menino, São Boaventura e São Sebastião, 1520, Duomo, (Saló, Italia).

**Ilustração 17:** Pintura – Maria com o Menino Jesus, ladeada por Sebastião e Catarina



Neroccio de' Landi, Nossa Senhora com menino. São Sebastião e Santa Catarina de Alexandria, 1485-90, Christian Museum (Esztergom, Hungria).

Em muitos momentos, o mártir foi representado como um cavaleiro cristão (especialmente no tempo das Cruzadas), como um soldado e ao lado de outros santos célebres e importantes da Igreja Católica, sobretudo da Virgem Maria e Jesus Cristo. Por certo, essa vinculação da figura de São Sebastião a outros santos ou a figura de Jesus (Menino ou adulto), indicam a necessidade e a vontade da Igreja ou dos devotos, que encomendavam as obras ou as criavam, em colocá-lo em uma situação de destaque, reverência e predileção na vasta escala de santos católicos.

Em campo, durante nossa pesquisa, percebemos que a verdadeira razão da morte do santo (ilustração 18) é desconhecida pelos devotos e até mesmo questionada com surpresa ou retaliação. Olhares e ironias deixaram bem claro, em nossas entrevistas com os devotos, que eles não acreditam em outra versão da história ou pelo menos têm dúvida, rejeição e aversão “por tentarem mudar a história do santo”<sup>12</sup>. Comumente os devotos entrevistados afirmaram, sem exceção, que ele “morreu flechado” a mando do imperador. Durante a nossa pesquisa não encontramos nenhuma estampa ou imagem que não representasse Sebastião seminú, vestido de vermelho, atado a uma árvore e agonizante.

**Ilustração 18:** Pintura – O verdadeiro martírio de Sebastião



Josse Lieferinxe, Morte de São Sebastião, 1497, Museu de Arte da Filadélfia (Pensilvânia, Estados Unidos).

<sup>12</sup>Palavras de Dona Maria de Paula Nascimento, 91 anos. Em entrevista disse que o povo quer mudar até a história do santo e que como poderia ser verdade se nunca contaram para ela (os pais e os avós). Entrevista em 11/01/2018.

Por certo, o que mais se fez presente nas representações do santo na fase inicial de seu culto não foram as flechas e não tem nenhuma relação com as representações que hoje fazem do varão seminu, um tanto quanto erotizado. O elemento mais forte e presente, sem dúvidas, era a coroa de flores, alusiva ao martírio, muito comum na Arte Paleocristã e na representação dos mártires. “O mártir aparecia quase sempre vestido à militar, consoante a sua *passio*, e sem barba, embora com feições praticamente anciãs – ao contrário da juventude exacerbada com que foi pintado posteriormente” (CARDOSO, 2010, p. 17-18, grifo do autor).

Conforme as reproduções se multiplicavam e popularizavam, a “capacidade de intercessão e operação de milagres era também acrescida ao imaginário social dos fiéis. (CARDOSO, 2010, p. 18). Alcançou a condição de terceiro padroeiro de Roma, ficando logo após São Pedro e de São Paulo na condição de guardião da cidade. Se Pedro era o primeiro papa, primaz e cabeça da Igreja, Paulo era o apóstolo dos gentios, o grande evangelizador e sábio mestre. Estar ao lado das duas figuras mais importantes da santidade católica não era um status qualquer. Ao que tudo indica, essa decisão de Gregório Magno (540-604) fora motivada por uma devoção já consolidada e popularizada no meio católico. Não se daria o padroado de Roma a um santo desconhecido, de vida ou santidade duvidosa. Roma, desde então, passou a ser guardada por três mártires: um pescador papa; um judeu convertido a sábio evangelizador e um soldado santo. Assim, se tinha a proteção da Igreja (Pedro), da Palavra (Paulo) e a defesa da Fé (Sebastião).

Teria sido, na verdade, a proximidade do túmulo de Sebastião com os dos santos apóstolos que o fizeram conhecido e venerado pelos cristãos. Enquanto muitos acorriam a Pedro e Paulo, começaram a notar a presença próxima do túmulo de um outro mártir. A partir da comunicação feita entre fiéis, as indicações de uma vida heroica e das condições de um duplo martírio (com a não menos importante ressurreição) tornaram-no motivo de curiosidade, visita e, posteriormente, veneração. Bastava que o primeiro pedido de intercessão fosse aceito, alcançado e divulgado para que a “voz do povo” o proclamasse santo, como era costume àquele tempo em que a Igreja Católica não “canonizava” seus eleitos.

No século V, o santo já era conhecido e venerado na Espanha e na África. No século VIII, se lhe atribuiu a primeira intervenção miraculosa a uma comunidade urbana, Pávia e começou-se a divulgar seus atributos como protetor contra a peste, enfermidade incontrolável que matou muitas pessoas no decorrer do século. Quem não queria morrer de peste, especialmente aqueles que viviam nos centros urbanos, mais facilmente contamináveis, passaram a invocá-lo com grande afinco. Se hoje São Sebastião é mais cultuado nas áreas

rurais, houve um tempo em que o inverso aconteceu: as cidades acorriam a sua proteção, faziam-lhe procissões, ofereciam-lhe missas, erguiam altares e igrejas em sua honra.

Pávia foi acometida por uma grande peste em 680. Muitas pessoas estavam morrendo. Os médicos não conseguiam conter o surto e o desespero era geral. As pessoas motivadas por um sinal divino resolveram mandar transladar de Roma uma relíquia de São Sebastião, especificamente o braço. Tão logo se fez a entronização da relíquia na cidade, a peste cessou. Entretanto, “tal contexto ainda não remetia a uma especialização ‘anti-pestilencial’ do santo, algo bem posterior em seu entendimento, mas sim à sua condição de mártir privilegiado, cujos despojos haviam se avizinhado aos de São Pedro e São Paulo” (Cardoso, 2010, p. 24).

A partir do século XI, devido ao equívoco de interpretação dos afrescos a Passio de S. Sebastiani, passaram a acreditar e divulgar a morte do santo por flechamento, o que teria influenciado a alteração de sua iconografia, tardiamente, no século XIII, quando as flechas foram incorporadas, juntamente com a túnica, símbolo da santidade e do martírio, pois aqueles que foram eleitos alvejaram suas túnicas no sangue do Cordeiro, no livro do Apocalipse, e a barba loira ou marrom, símbolo de maturidade. Até esse momento, evocava-se a carreira militar do santo, chegando a representá-lo no estilo gótico como um cavaleiro medieval ou um jovem palaciano, sempre barbado (CARDOSO, 2010).

Na transição entre os séculos XV e XVI, São Sebastião se torna um personagem recorrente entre os escultores e pintores renascentistas. Aos poucos, sua iconografia vai tomando a forma pela qual é mais bem identificada nos dias de hoje. O santo é rejuvenescido, passa a figurar sem barba e aparenta beleza e proporções heroicas, remetendo aos legados da cultura greco-romana – tão reportados e ressignificados na Renascença. Também o princípio de que quanto mais precioso o sacrifício maior a misericórdia divina influiu no aperfeiçoamento progressivo da beleza do santo nas telas do Renascimento. Cada vez mais, o santo capitão pretoriano é despido, proporcionando uma boa oportunidade para o desenho do corpo humano em suas minúcias, exercício prezado tanto pelos artistas da época quanto pelos Antigos. As formas e a vitalidade da anatomia dos “belos Sebastiaões”, como diz Sheila Barker, eram concebidas para “enamorar os observadores do Céu e da Terra” (idem, p. 23).

Por fim, culminando no erotismo e na exploração de seu sofrimento, dando-lhe às vezes um semblante de êxtase e gozo diante das flechas que lhe são cravadas no corpo, demonstrando a intersecção entre religiosidade e erotismo. De tal modo:

O Martírio de São Sebastião foi fartamente representado na Renascença européia, de norte a sul, por artistas como Hans Memling, Antonello da Messina, Giovanni Bellini, Sandro Botticelli, Albert Dürer, entre outros. A recorrência da representação do santo, seminu, voluptuoso e andrógino, desde o século XIV foi tolerada pela Igreja, considerando a influência da Antiguidade Clássica e também o fato de que

São Sebastião era padroeiro das pestes, pois simbolizava o triunfo sobre a morte pelas flechadas. Após a Contrarreforma, entretanto, a Igreja logo substituiu São Sebastião por São Roque, figura considerada mais decente e sábia na tarefa de protetor das pestes (SANTOS, 2016, p. 10).

São Roque, peregrino e eremita, de vida ascética, falecido em santa virtude, comumente era representado com as vestes de um peregrino, acompanhado pelo cachorro que lhe lambia as feridas de uma perna e o aspecto sóbrio no porte, como era de se desejar a um “eleito do Senhor”. Nascido em 1225, na cidade de Montpellier, também na França, o santo teve na infância uma educação primorosa. Membro de uma família rica, viu-se em situação de desespero aos vinte e poucos anos depois da morte dos pais. Decidido a despojar-se de suas riquezas e dos desejos mundanos, deu seus bens móveis aos pobres e confiou os imóveis aos cuidados de um tio. Saiu peregrinando, a caminho de Roma, onde desejou encontrar alento para suas dores emocionais e refrigério para a alma.

A caminho de Roma, passando por Toscana, encontrou a cidade de Aguiapendente tomada pela peste. Dedicou-se ao cuidado dos doentes e logo a peste cessou, assim como cessava por todos os lugares que o santo passava, peregrinando e praticando obras de caridade. Entre contaminações pela peste e curas miraculosas, dadas pelo próprio Deus, o santo teria, ao final da vida, ido para uma cabana, no meio do bosque, onde desejou morrer sem dar trabalho a qualquer pessoa que fosse, entretanto diariamente um cachorro levava-lhe alimento, e motivado por um outro religioso, dirigiu-se a França (ilustração 19).

**Ilustração 19:** Pintura – Iconografia popular de São Roque



**Fonte:** Domínio público.

Chegando à França, não foi reconhecido pelo próprio tio, juiz da cidade, que o considerando um espião, mandou prendê-lo. São Roque ficou na prisão por cinco anos, onde morreu e só foi reconhecido pela família depois de morto, quando para dar-lhe sepultura, descobriram um sinal de nascença.

A devoção a sua figura, embora desejado pela Igreja, não se sobrepôs a de São Sebastião, e aqui no Brasil alcançou alguns devotos, o patronato de algumas paróquias, mas teve e tem um culto muito reduzido se comparado ao que prestaram e ainda prestam ao soldado nu. Nem mesmo a tentativa de representá-los juntos, em um mesmo ícone, surtiu tanto efeito. Embora a Igreja dissesse e divulgasse as faculdades de Roque na intercessão contra a peste, Sebastião era e ainda é o mais aclamado.

Segundo Cardoso (2017, p. 24) o ofício atribuído a Sebastião de protetor contra a peste é tardio. Não se remete ao período paleocristão.

Difundiu-se primeiro em Pavia, no norte da Itália, depois que se atribuiu a este santo o fim de uma epidemia que grassara ali e em Roma. Mas este culto anti-pestes, até então bem localizado, só se espalhou com a circulação do mais famoso compêndio de vidas de santos – a *Legenda Áurea*, do dominicano Jacopo de Varazze (c.1260). A obra disseminou a expectativa de proteção de São Sebastião contra a Peste Negra no séc.XIV, quando autoridades de vários lugares fizeram promessas solenes ao santo, como efetivos atos de governo.

**Ilustração 20:** Pintura – São Sebastião com os santos Fabiano e Roque



Anônimo, *São Sebastião, São Fabiano e São Roque*, 1476, Igreja de San Giorgio, Albenga (Savona, Italia).

**Ilustração 21:** Pintura - São Sebastião na companhia de São Roque



Felipe Pablos de San Leocadio, São Roque e São Sebastião, século XVI, Museu de Belas Artes de Valencia (Espanha).

**Ilustração 22:** Pintura – São Sebastião e São Roque adoram Jesus



Bartolomeu Montagna, Cristo entre São Sebastião e São Roque, s/d, Gallerie dell'Accademia (Veneza, Itália).

O jovem seminu ganhou os oratórios das casas grandes do Brasil Colônia, os altares de capelas e ricas igrejas, chegando, no século XVI, a ser eleito padroeiro da cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, no mesmo aspecto é cultuado e venerado em todo o país, tendo cerca de 447 paróquias dedicadas ao seu patrocínio (MEDEIROS, 2014), algumas delas situadas em Goiás.

## 1.2 A DEVOÇÃO A SÃO SEBASTIÃO EM GOIÁS

O florescer do catolicismo em Goiás se deu sob a perspectiva da colonização e ocupação do solo no início do século XVIII, com a identificação e o reconhecimento do território, e a ocupação/apropriação do espaço, fundação dos primeiros núcleos urbanos e a consequente migração de famílias católicas, na década de 1720. Com elas, especialmente com os bandeirantes e os religiosos que acompanhavam as bandeiras, vieram as primeiras imagens sacras e foram escolhidos os primeiros padroeiros do território goiano. Portanto, esses elementos são indissociáveis em nossa análise.

Os bandeirantes saíam pelo sertão em “bandeiras” a procura de ouro, levando consigo, quase sempre, um catolicismo popular, marcado pelo apego aos santos, mesmo que com eles caminhassem os padres, na clara tentativa da Coroa e da Igreja de comandar as ações de apropriação de terras e expansão do poderio político e religioso: a personificação do sagrado em elementos do culto, como imagens, crucifixos e relíquias que adquiriam poder de cura, mediação e devoção maior que o Santíssimo Sacramento, dado e resguardado pelo padre e a Igreja; o imaginário permeado por histórias lendárias e míticas; e o quase absoluto desconhecimento das Sagradas Escrituras e dos dogmas católicos. Por isso, e também não só, ao lado deles, de forma solidária, operava “a burocracia eclesiástica dos servidores de Deus, consagrando, dignificando os que se ocupavam dos negócios terrenos, sobretudo captando a maior parte dos recursos que ficavam na terra para com eles exaltar a grandeza de Deus nas casas e templos de suas ordens” (RIBEIRO, 2006, p. 164). Onde estava o bandeirante, estava a Igreja.

Mesmo não movidos por um arrebatamento missionário a exemplo de João de Brito e Francisco Xavier, esses homens leigos, no sentido de não terem nenhuma pretensão claramente religiosa de catequisar ou expandir o catolicismo, não hesitaram em marcar o território e o espaço com símbolos de seu credo religioso, transformando por eles, e não apenas, a paisagem e o espaço, construindo os primeiros arraiais em volta de capelas e cruzeiros. Declarar-se católico e proclamar a fé católica publicamente, em um momento em

que se representava a Coroa e seus interesses, era algo importante para um bandeirante quanto a própria vida, fosse por conta da validação de seus atos, o sucesso de seus empreendimentos ou a conciliação com as duas principais potências que dominavam o universo em que viviam: a Igreja e a Coroa. Em razão disso, onde um veio de ouro era encontrado, erguia-se um cruzeiro e inaugurava-se um arraial, sempre sob o patrocínio de um santo católico. Assim, foi construído o primeiro altar em Goiás, consagrado a Nossa Senhora do Rosário, com ereção de sua capela e do seu altar-mor no povoado da Barra (SILVA, 1946, p. 67).

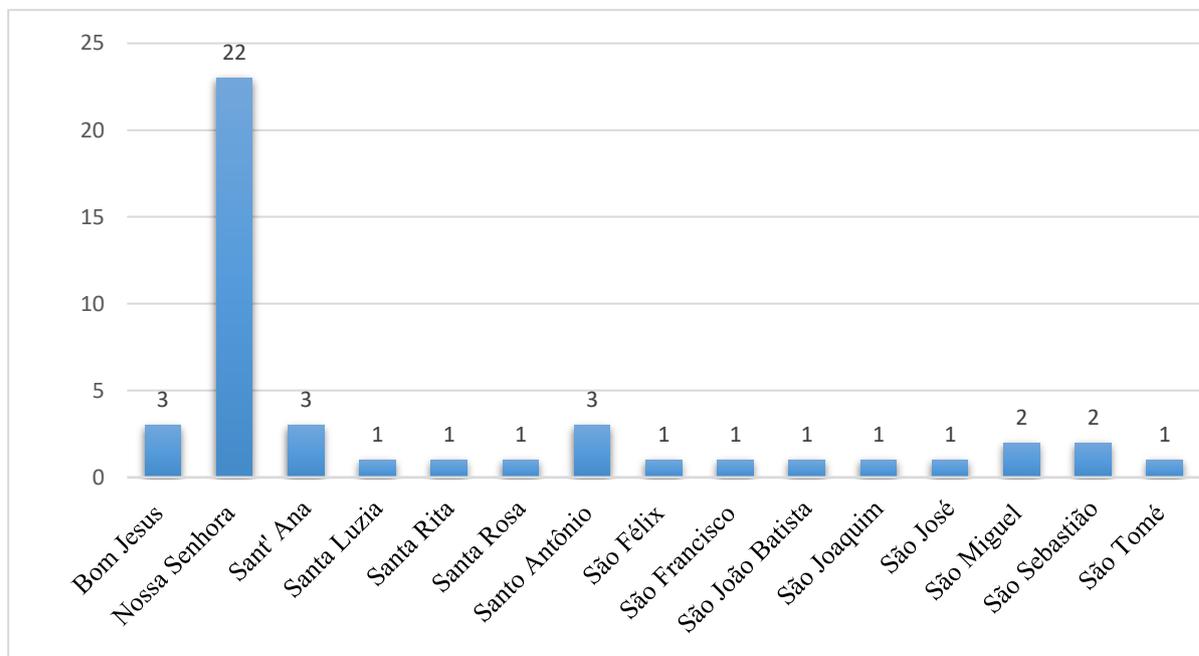
Os critérios e as motivações que permeavam a escolha dos padroeiros de arraiais e igrejas, intrigou-nos logo no início da pesquisa. Primariamente, trazíamos do senso comum que esta se pautava em critério coletivo (devoção comum a um grupo local ou alta popularidade do santo na terra dos migrantes), individual (devoção particular do fundador do arraial ou benfeitor da comunidade) ou litúrgico (santo patrono do dia de fundação do arraial). Corroboravam a hipótese, a atribuição do patronato de Nossa Senhora do Rosário a Pirenópolis (antiga Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte) à data de fundação do arraial, 07 de outubro de 1727, dia da respectiva santa; a influência dos baianos na escolha do Senhor Bom Jesus do Bonfim como padroeiro do arraial do Bonfim (Silvânia), entre outras histórias populares em Goiás que permeiam a definição de seus primeiros padroeiros.

Durante o mapeamento (quadro 01), chamou-nos a atenção o fato de que, mesmo diante do extenso rol de santos no catolicismo, apenas um seleto grupo de “eleitos” patrocinava o vasto território goiano – dividido em freguesias –, e os oragos se repetiam, especialmente os vinculados à Coroa portuguesa (Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Conceição). Em contrapartida, santos como São Sebastião, São Francisco, Santa Luzia e Santa Rita, hoje amplamente cultuados, quase não tinham representatividade patronal.

Esse mapeamento foi feito a partir da catalogação dos primeiros ou principais arraiais goianos do século XVIII (BARBO, 2015), considerando, a data de fundação como critério básico. Posteriormente, procuramos em literatura diversa, especialmente, nos relatos dos viajantes (MATOS, 2004; POHL, 1976; SAINT-HILAIRE, 1975), dados que nos apontassem quais eram os santos padroeiros dos respectivos arraiais e suas igrejas. Então, deparamos com o hiato que existe sobre a temática dos santos padroeiros de Goiás e a carência de dados. A partir do que conseguimos levantar, percebemos que muitos desses arraiais tinha mais de uma igreja, e, na grande maioria, de modo mais evidente nos arraiais maiores, não se dispensava a existência de uma capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário, para culto dos escravos, posto que foi tomada por eles como padroeira. Aqui, ao que nos interessa, apresentamos apenas os santos padroeiros dos arraiais e suas igrejas matrizes, não

apresentando os padroeiros das capelas filiais, por não ser esse o nosso objetivo principal e pelos dados apontarem a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada.

**Ilustração 23:** Gráfico – Padroeiros dos principais arraiais goianos



**Fonte:** BARBO, 2015; MATOS, 2004; POHL, 1976; SAINT-HILAIRE, 1975.

**Organização:** o autor

Entre os quarenta e cinco arraiais pesquisados houve uma variação de doze santos católicos diferentes (São Tomé, São Sebastião, São Miguel Arcanjo, São José, São João Batista, São Francisco de Assis, São Félix de Cantalício, Santo Antônio de Pádua, Santa Rosa, Santa Rita, Santa Luzia e Sant' Ana), onze títulos marianos e dois títulos ligados a Jesus, segunda pessoa da Santíssima Trindade. Ainda dos quarenta e cinco arraiais, vinte e dois eram dedicados a Nossa Senhora, seis deles a Nossa Senhora da Conceição e cinco a Nossa Senhora do Rosário.

No início do cristianismo, os católicos já estabeleciam uma relação direta entre Maria, Mãe de Jesus, e consequentemente Mãe de Deus, com a Igreja, Mãe dos Cristãos. A primeira, Mãe e Filha, a segunda, Esposa Mística de Cristo. Logo, Maria tornou-se padroeira de muitas catedrais e igrejas paroquiais, assim que foi declarada liberdade de culto aos cristãos e o catolicismo vivenciou um período de forte expansão.

“Na Península Hispânica havia, desde tempos remotos, grande devoção mariana, cuja festa principal era a da Maternidade Divina, celebrada a 25 de março” (COSTA, 1957, p. 07). Ainda hoje essa festa é celebrada, não apenas na antiga península, mas no mundo todo,

como Festa da Anunciação do Senhor ou de Nossa Senhora da Anunciação, em que se recorda a aparição do Anjo Gabriel à Maria e a encarnação de Jesus em seu ventre.

Em Portugal, a devoção mariana se fazia presente antes mesmo de sua formação, sendo mais antiga que o próprio reino e remetendo-se ao período anterior a Reconquista. Inclusive, durante a invasão dos árabes, os católicos, abrigados à sombra das ruínas de suas igrejas, continuavam cultuando “Santa Maria” e mantiveram o culto após a Reconquista, quando os oragos foram restabelecidos às atividades litúrgicas coletivas (festas, missas públicas, romarias, etc.) e as igrejas reconstruídas. Evidentemente, “ao separar-se da monarquia leonesa, o Condado Portugalense tinha restauradas duas dioceses – Braga e Coimbra, e ambas a catedrais eram dedicadas a Santa Maria, como o eram também muitos templos e mosteiros” (COSTA, 1957, p. 08). As dioceses criadas em seguida: Porto (1112), Lamego e Viseu (1147), Lisboa (1148), Évora (1166), Algarve (1189) e Guarda (1203) também tinham a Virgem como padroeira.

Desse modo, a devoção mariana era polarizada e divulgada em diferentes espaços, assumindo, às vezes, um caráter coercitivo, em que os “dominados” eram também obrigados reconhecer Maria como “Virgem”, “Mãe” e “Imaculada”. Nesse caso, podemos entender a figura de Maria como um elemento preponderante na cultura portuguesa do período, estritamente relacionado ao patrimônio cultural material e imaterial de sua gente e a identidade religiosa.

À Maria os portugueses confiavam a defesa e a conservação do reino, as necessidades básicas, os empreendimentos e os ofícios. Se aqueles que morriam em campo de batalha nas Cruzadas o faziam pela Pátria e Igreja, o faziam também por ela, Santa Maria, pois os “infieis” lhe eram indiferentes. Por esses e outros motivos, foi declarada padroeira e rainha de Portugal por D. Afonso Henriques, tão logo o reino nascia.

Embora a recitação do rosário seja anterior ao período de formação do Reino Português, sua popularização lhe é contemporânea. No século XII, São Domingos de Gusmão, fundou uma nova ordem religiosa, incumbida de pregar a Palavra e divulgar o Santo Rosário, a Ordem dos Pregadores. Acreditava-se e ainda se acredita que o santo teve uma visão de Nossa Senhora, durante um êxtase, e recebeu dela mesma e do Menino Jesus, o rosário e a missão de propagá-lo como poderosa “arma” do cristão. Se os soldados usavam espadas para se salvar, os católicos deveriam usar o rosário para salvar suas almas e lutar contra as tentações da carne. A atuação da Ordem Dominicana, a divulgação da “aparição” de Nossa Senhora “do Rosário” e as exortações da Igreja acabaram por integrar a recitação do rosário prática cotidiana na vida de muitas famílias. A partir dessa oração diária os fiéis

acreditavam alcançar graças especiais junto a Deus, pelas mãos da Senhora, e penhoravam uma boa morte, pois, apenas com a reza do rosário a alma poderia sem perigo chegar ao céu (ALMEIDA, 1979, p. 167).

Em um período medieval, onde os ritos de passagem, a morte e o pós-morte eram permeados pelo pavor, mistério e medo, salvar sua alma após a pequena “peregrinação” sobre a terra, era o desejo da maioria dos católicos. Desse modo, aos poucos, Nossa Senhora do Rosário fez “esquecer completamente uma das grandes funções tardo-medievais de S. Miguel” (ALMEIDA, 1979, p. 164) e foi relacionada à salvação das almas, cuidando não apenas do presente, mas do “futuro” além-mundo de seus devotos.

Desta formação de mentalidades, originaram-se tradições comuns ainda hoje em dia como colocar um terço nas mãos do defunto, rodeá-lo de velas acesas e recitar, durante seu velório, o terço ou rosário, na indicação de que a Senhora do Rosário se faz presente ali, naquela situação, circunstância e espaço onde a morte continua a ser “assistida”.

A devoção a Nossa Senhora do Rosário era tão grande nos séculos XVII-XVIII, que as irmandades do Rosário substituíram outras irmandades dedicadas ao cuidado com os defuntos e suas almas, como a própria Irmandade das Almas. Pela “magia do contágio” (ALMEIDA, 1979), ou seja, o crescimento do número de devotos, a eficácia no atendimento das preces e a urgência em se preocupar não apenas com a vida, mas também com a morte, fizeram do título mariano o mais comum na época moderna, arrastado claro da Idade Média. Exatamente, período no qual Goiás foi colonizado. Se a devoção era forte em Portugal a ela nessa época, também o foi em Goiás, conforme apontou nosso mapeamento.

A Senhora do Rosário, assim, acudia nas lidas diárias, dava força aos seus devotos para enfrentar as peripécias da vida, sobreviver no *vale de lágrimas* e se preparar melhor para uma santa morte. Era a santa dos vivos e dos mortos. Intervendo em todas as ocasiões. Por certo, sua devoção tinha grande popularidade na religiosidade popular e no seio familiar, afinal, a recitação do rosário e do terço era muito apreciada àquele tempo como meio de sufragar os pecados e alcançar as graças da Mãe de Deus.

A Idade Moderna (séculos XVI – XVIII) logo de início foi confrontada pelo Protestantismo e a ridicularização das práticas devocionais a Maria. A reação católica atçou-se, por conta disso, e incrementou ainda mais o culto e a devoção a Nossa Senhora, oficializando, para tanto, festas como as de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Mercês, do Nome de Maria e outras. A esse tempo também, deixou-se de se referir à Maria como Santa Maria ou Virgem Maria para dar-lhe títulos, conforme as passagens de sua vida, suas virtudes, etc. O papa Clemente VIII (1604-1606), instituiu e propagou “a prática de

coroar, como sinal de realeza, as imagens de Maria e de a proclamar rainha de diversos países (França, Espanha, Portugal)” (ALMEIDA, 1979, p. 229), reforçando a importância da reza diária do rosário e do terço.

Portugal, nesse período, especificamente no século XVII, encarregou-se de divulgar, promover e cultivar a Imaculada Conceição de Maria, antecipando, nisso, a própria Igreja Católica que só reconheceu a veracidade do “mistério” no século XIX. Esse “mistério” era (é) a crença de que Maria teria sido concebida sem pecado original, sem mácula alguma, no ventre de sua mãe, Sant’ Ana, para, assim, se preparar, desde sua própria concepção, para a maternidade do filho de Deus.

No Brasil, a notícia mais remota que se tem da devoção a Nossa Senhora da Conceição, é a de que em 1549, Tomé de Souza trouxe uma imagem da santa para Salvador. De lá, talvez o culto tenha se espalhado por todo o Brasil ou até já existisse. Como vinham muitos portugueses para cá, certamente também traziam consigo essa devoção tão nova e em alta na Corte, afinal, era a santa do Rei e a Padroeira de Portugal.

Em 08 de dezembro de 1640 (dia de Nossa Senhora da Conceição), frei João de São Bernardino frisou em sua pregação o patrocínio da Virgem Maria a restauração do reino português e a reparação da coroa à família Bragança, na presença de Dom João IV, o novo rei. Sete dias antes (01/12/1640), Filipe III havia sido deposto do trono de Portugal. Os meandros e os interstícios da pregação do religioso franciscano e o caminho percorrido desde então até a proclamação da santa como padroeira de Portugal foram objeto de pesquisa do consistente trabalho de Faria (2008).

Frei João aproveitando a comoção geral, o sentimento patriótico que as pessoas respiravam naqueles dias e a presença do rei na cerimônia religiosa, indicou a necessidade de declarar Nossa Senhora da Conceição padroeira da nova monarquia. Novos tempos, novos padroeiros. No caso de Portugal, uma nova padroeira para inaugurar uma nova história. Entendemos o porquê da indicação do religioso, se vasculharmos sua vida e descobrimos a ordem religiosa a que se filia: a Ordem dos Frades Menores ou franciscanos. Desde a Contrarreforma, os religiosos dessa ordem dedicaram-se a propagação da devoção a Imaculada Conceição, se eram devotos, eram também divulgadores e defensores.

Nos dias que se seguiram um movimento velado, micro, mas igualmente organizado, intercambiou cartas entre os religiosos próximos ao rei e divulgou milagres, verídicos, que confirmavam “os sinais positivos para a manutenção do esforço de guerra dos portugueses contra Castela” (FARIA, 2008, p. 3). Nesse ínterim, a contenda de franciscanos e jesuítas com dominicanos se intensificou em relação a veracidade do mistério da Imaculada

Conceição de Maria e acabou por ser dirimida, em partes, com a proclamação da santa como padroeira de Portugal, Algarves e todos os domínios do reino, incluindo o Brasil, em 25 de março de 1646.

Sendo assim, a elevação de Nossa Senhora da Conceição ao status de padroeira do reino foi permeada, influenciada e conduzida por fatores estritamente políticos, interessando os religiosos, jesuítas e franciscanos, o rei, que inaugurava um novo tempo em Portugal, com uma nova padroeira, cujo título era recente, eloquente e polêmico; e a elite econômica portuguesa.

Se Nossa Senhora do Rosário era a santa dos pobres mortais, antiga e medieval, Nossa Senhora da Conceição era a nova devoção, desvinculada da morte, indicando o nascimento, a alegria e a concepção. Era a santa de El Rei. Não era uma santa dos pobres, apenas. Era uma santa nominada, divulgada e resguarda pela elite. Assim, podemos, mesmo que não haja muitos elementos que comprovem, afirmar que de um lado estava um título mariano ligado à religiosidade popular e de outro um título moderno, customizado e adequado às novas exigências do tempo e a mentalidade das pessoas de então, ou, da mentalidade e do pensamento social que nelas “alguém” queria inculcar.

Em suma, a grande devoção a Nossa Senhora em Goiás no século XVIII refletia a devoção mariana portuguesa, os interesses políticos e religiosos do período e a identidade religiosa dos colonizadores, conseqüentemente, amalgamando-se a identidade dos “novos goianos”, fazendo com que a Virgem fosse e ainda seja muito cultuada nas comunidades católicas do Estado. Por não ser esse nosso objeto de pesquisa, apenas nos servimos da análise para perceber como as devoções e os patronatos dos santos católicos evoluíram no decorrer do tempo, então compreendendo a evolução da devoção a São Sebastião, nosso objeto de estudo nessa dissertação de mestrado.

Se comparado o índice da devoção mariana no século XVIII, considerando seu patrocínio oficial aos arraiais goianos do período, e o índice atual do patrocínio da Virgem Maria aos municípios goianos, percebemos o significativo acréscimo e apreço por outros títulos marianos. Títulos não existentes até então, como Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro têm maior popularidade que Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Conceição. Por outro lado, títulos como o de Nossa Senhora da Abadia, já cultuados no período, obtiveram maior popularidade e ainda a têm. Isso acontece porque “os discursos e práticas que sustentam o culto a um padroeiro estão inscritos na história e, por isso, sujeitos a ascensão, estagnação, declínio e reinvenção” (CARDOSO, 2017, p. 22-23).

No tempo-espaço analisado havia quarenta e cinco arraiais principais. Atualmente o Estado de Goiás tem 246 municípios, desmembrados, em sua maioria, desses arraiais. Com a emancipação política, a criação de um novo território e coincidentemente de uma nova paróquia, surge a necessidade de se escolher um padroeiro, que quase sempre não coincide com o padroeiro daquele município ao qual se foi “subordinado”. Logo, é comum que os santos padroeiros se diferenciem, assumindo maior popularidade em um tempo e menor em outro, alinhando-se aos interesses e as necessidades de cada período, e a vontade da Igreja Católica, que de forma direta atua no processo de escolha e reconhecimento de um padroeiro.

O santo padroeiro é “selecionado, ‘escolhido’ – geralmente por uma instituição ou poder, seja este civil ou eclesiástico – e ‘declarado’ em algum discurso que o relaciona ao grupo ou instituição que lhe clama por proteção” (CARDOSO, 2017, p. 22-23). No período colonial, essa escolha era marcada como distintivo social das freguesias. Assim, os usos políticos e religiosos da figura do patrono tornavam-lhe um símbolo identitário do corpo social que representava nos céus.

Para além das devoções pessoais, ou familiares, um santo padroeiro, por vezes, era objeto de uma veneração oficial tida como um ato verdadeiramente governamental, cujo abandono podia significar a ruína de toda uma cidade. Tal culto podia se articular a uma certa “razão de Estado” católica que interessava não só aos clérigos, mas também à governança civil, que sacrificava parte significativa das rendas para manter capelas, imagens e procissões (CARDOSO, 2017, p. 22).

Não é atoa que santos como Santo Antônio de Pádua e São Sebastião ganharam status e privilégios políticos, mantidos e asseverados pelo governo, com saldo e dignidade de pessoas reais, sendo chamados de militares, capitães ou chefes.

Destarte, os santos, muito mais do que se pensa, exerciam uma função política na sociedade colonial e tinham o culto regulado, acompanhado e mantido conforme os interesses administrativos e políticos de um corpo social. Servindo, inclusive, para afrontar ou enaltecer determinada classe.

Em certos casos, porém, o patrono celestial podia também se tornar uma expressão da “honra” de um reino, província, ou – como escreveram os oficiais da câmara do Rio de Janeiro numa carta ao rei, em 1659 – de uma cidade. Ou seja, um símbolo político-religioso capaz de articular narrativas fundadoras de grupos ou instituições. De expressar a sacralidade e as virtudes de uma comunidade ou grupo, merecendo um culto solene como “justo e louvável costume”. E não só para a proteção da coletividade contra os perigos do mundo, das trevas e da natureza. Uma tal veneração podia enunciar a grandeza e a reputação dos poderes instituídos em nome da polis, ou da civitas – a *res publica* (CARDOSO, 2017, p. 22, grifos do autor).

Assim, as festas dos padroeiros das irmandades, paróquias e até modestas capelas eram uma verdadeira ostentação e demonstração de influência e poder. A presença ou ausência de banda durante a procissão, o excesso ou a carência de velas, o exagero ou o regramento de incenso, a quantidade de missas rezadas, as flores do andor, a riqueza das vestes dos santos, a pompa de todo o novenário e a presença de um afamado orador para pregar no Domingo, demonstrava mais que a fé do devoto no santo e sim o quanto sua santidade era querida, forte e, conseqüentemente, seus devotos se doavam em prol de uma “fé” genuína e autêntica. A ação de graças e a gratidão ao padroeiro era expressa em toalhas e presentes para o altar, no douramento das alfaias, na beleza e na procedência da estátua do altar-mor.

São Sebastião foi e é um dos santos mais venerados pelos goianos (D’ABADIA, 2014; OLIVEIRA, 2014). Inúmeras são as igrejas dedicadas a sua proteção, incontáveis são suas representações espalhadas em praças e locais públicos das cidades e não poucos os lares ou famílias conservam algum objeto devocional em sua memória. Na mesma proporção, é o santo com maior expressividade na zona rural do estado e com grande popularidade na prática de folias, terços cantados e outras manifestações da religiosidade popular goiana.

O início desse culto, precisamente, deu-se no século XVIII, ainda nos primeiros anos da colonização, oficialmente nos arraiais de Água Quente (1732) e Lavrinhas (1741) por tê-lo eleito padroeiro do espaço urbano, da igreja matriz e de todo o território. Não descartamos a possibilidade de em outras freguesias e arraiais houvesse altares ou capelas filiais dedicadas a sua proteção, até mesmo oratórios particulares. Se havia uma devoção popular nestes outros lugares, não foi tão significativa a ponto de influenciar na escolha do soldado romano como o orago.

A este tempo, São Sebastião era padroeiro da cidade e Arquidiocese do Rio de Janeiro, território eclesiástico a que Goiás<sup>13</sup> pertencia. Entretanto, como bem recorda Cardoso (2017), em seu trabalho pioneiro sobre a devoção a São Sebastião no Brasil Colônia, durante o período mencionado, o culto ao mártir sofria ameaças de intervenção. Em meados dos Setecentos, o bispo enviou a Roma um pedido para tornar Senhora Sant’Ana a padroeira titular da diocese e, respectivamente, da cidade do Rio de Janeiro. Anterior a isso, já havia se cogitado a possibilidade de troca do orago por São Januário, tudo motivado por questões de força política e ordem social.

---

<sup>13</sup> Enquanto território político Goiás pertencia a São Paulo e religioso a Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Ao que tudo indica o culto a São Sebastião só foi forte no Rio de Janeiro nos primeiros anos do “milagre” que lhe atribuíram durante o confronto dos portugueses com os índios tamoios: o jovem mancebo teria lutado ao lado dos brancos e garantido a vitória sobre índios. Depois disso, o marasmo e a representação social do santo, fizeram-no cair em um quase esquecimento, diferentemente do que muito se pensa. Para Cardoso (2017) a inexpressividade da devoção era tão grande que os viajantes que passaram pelo Rio de Janeiro nem se aprofundaram na descrição de festas, fatos e acontecimentos vinculados ao padroeiro, não estabelecendo nenhuma relação entre o mártir e a cidade, que não fosse a inevitável relação com o patronímico “Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”. Devoções a Santo Antônio e Nossa Senhora eram mais notórias entre os habitantes do que ao santo escolhido para protegê-los por um seletivo grupo de guerreiros, pela Igreja e a Coroa portuguesa.

Isso faz acreditar-nos que o fato de Goiás ter pertencido, em termos pastorais e eclesiásticos, ao Rio de Janeiro por um tempo durante o período colonial não foi o fator que possibilitou o intercâmbio de práticas religiosas e devocionais, e a possível migração ou imposição de um culto religioso a São Sebastião.

A expressividade do patrocínio do santo às freguesias goianas (apenas duas, durante todo o século XVIII) levam-nos a crer sim que sua devoção não era tão popular quanto a dedicada as figuras da Sagrada Família de Nazaré, especialmente a Virgem Maria, Sant’Ana e Jesus, mas comum tanto quanto a de outros santos daquele tempo, não sendo, portanto, ao que queremos dizer, o alvo de um surto religioso e devocional, presente e incidente sobre todo o território.

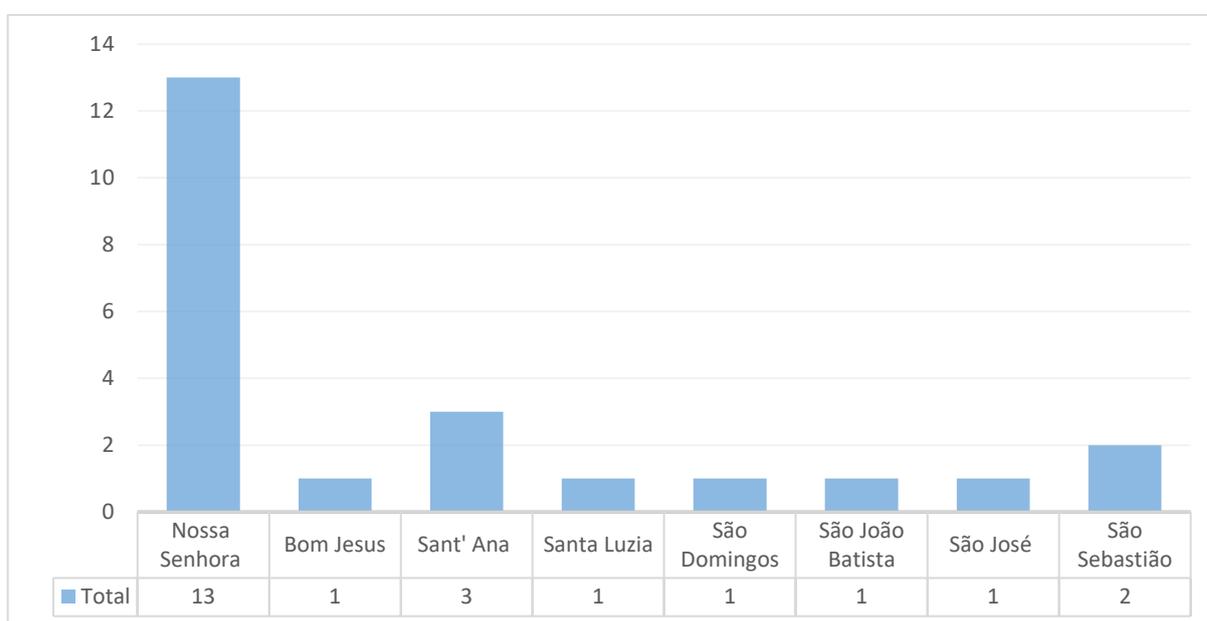
A partir desses apontamentos, em nossa pesquisa, procuramos reconfigurar o cenário da territorialidade dos padroeiros goianos. O mapeamento da segmentação dos municípios e a criação de novas paróquias, permitiram-nos visualizar o crescimento da devoção a São Sebastião no século XIX e ao que maior se apresentou, no início do século XX, fazendo-nos cogitar a possibilidade de que essa devoção seja mais recente do que se imaginava até então e que estivesse não ligada a oficialidade católica (vimos que apenas dois arraiais goianos tinham-no como padroeiro), mas sim a religiosidade popular, os interesses das comunidades religiosas católicas que foram se alterando com a transformação do espaço, o decorrer do tempo.

Em 1870, Goiás possuía 26 municípios e uma gama mais variada de padroeiros, com a supressão de muitos arraiais, extintos e, respectivamente, suas freguesias, capelas filiais e demais centros religiosos; entretanto, a devoção aos oragos não foi extinta e se especializado por todo o território goiano, conforme as pessoas migravam, dando assim origem a novos

focos de devoção, o que muito explicaria a grande incidência de culto a São Sebastião na região do antigo Mato Grosso Goiano.

Se no século XVIII, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Conceição dominavam o patronato das freguesias, no século XIX os títulos que patrocinavam os municípios goianos eram mais diversificados (Gráfico 02). Entretanto, ainda a esse tempo São Sebastião não tinha grande territorialidade, continuando com a ocorrência de dois polos oficiais de devoção, no caso, diferentes dos iniciais arraiais de Água Quente e Lavrinhas.

**Ilustração 24:** Gráfico - Padroeiros dos municípios goianos em 1870



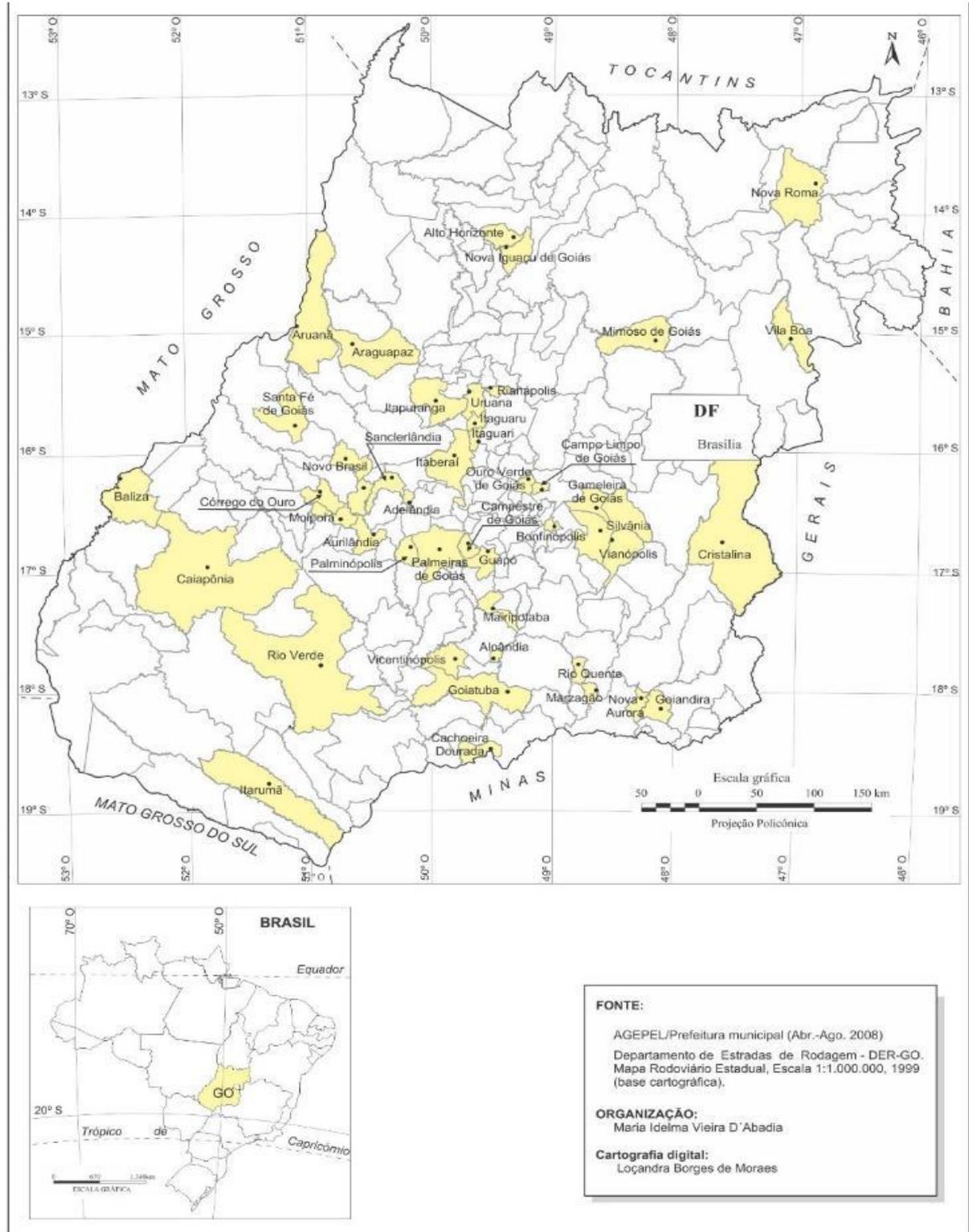
**Fonte:** BOAVENTURA, 2007.

**Organização:** o autor.

Embora os dados levantados para a elaboração do gráfico 02 tenham considerado apenas os municípios existentes em Goiás no ano de 1870, aponta-nos que a representatividade do santo ainda era inexpressiva, frente o patrocínio que adquire hoje, tendo quarenta e cinco dos duzentos e quarenta e seis municípios goianos sobre sua proteção (Mapa 01). Logo, a análise comparativa que pretendemos comparar, se refere ao caráter estritamente oficial do culto, posto que o patrocínio a um território emancipado confere ao santo uma espacialidade e territorialidade significativa, bem como um status mais avançado em termos de culto e devoção. No mesmo sentido, a partir da espacialização do culto e a vinculação com territórios administrativos legitimados, conseguimos visualizar melhor os focos de devoção inicial, posto que a maioria dos municípios goianos hoje existentes se desmembraram de

outros. Enfim, ainda no século XIX, o santo mártir não tinha grande popularidade, ao ponto de patrocinar e proteger territórios independentes e legitimados.

**Ilustração 25:** Mapa: A espacialidade da devoção a São Sebastião em Goiás



Fonte: D'ABADIA, 2010.

Como percebemos, a partir da análise do mapa 01, o século XX foi marcante para a espacialidade da devoção a São Sebastião em Goiás. Nele aconteceu a grande expansão da territorialidade patronal e o santo ganhou maior reconhecimento, saindo da religiosidade popular, do ambiente doméstico para ganhar a honra da oficialidade de padroeiro paroquial e municipal, entretanto isso não o tornou mesmo culto na primeira situação, pelo contrário parece tê-la impulsionado mais, projetando-a em áreas urbanas, fazendo-o deixar de ser um santo rural, para ser um santo cidadão também, ao menos em Goiás, como no caso das grandes festas que se lhe dedica nas cidades de Silvânia e Rio Verde.

Optamos aqui partir de uma oficialidade litúrgica para entender a dimensão das práticas de religiosidade popular que envolvam São Sebastião, atualmente em ambientes domésticos e/ou desvinculados da institucionalização do culto litúrgico, não para desenvolver uma abordagem contraditória ou antagônica, mas sim para evidenciar e aferir, devido a ausência de outras fontes, em que termos se enquadrava a devoção ao orago no tempo da colonização do Estado de Goiás e como ela foi sendo acrescida no decorrer do tempo. Para tanto, entendemos que a oficialidade dos santos padroeiros de arraiais não dimensiona nem representa as devoções da religiosidade popular campesina, entretanto, aponta-nos, em análises seguintes, como essa mesma religiosidade popular influenciou a oficialidade e a escolha de padroeiros para as paróquias nascentes, especialmente aquelas que foram criadas no século XX, e como a oficialidade pode representar os interesses da própria religiosidade popular, afinal o Santuário do Divino Pai Eterno, em Trindade, surgiu em torno de uma devoção popular e um culto doméstico?

No período citado (século XX), houve a modernização das técnicas de cultivo e manejo do solo, a reconfiguração do espaço goiano e da própria economia goiana, voltada, então para a agricultura e a agropecuária, reforçada e potencializada especialmente na região do Mato Grosso Goiano pela chegada da Estrada de Ferro, fator importante para o escoamento da produção.

Nas primeiras décadas, cultivar e manejar o solo, e dedicar-se as atividades pecuaristas figurou como uma grande oportunidade de enriquecimento e sobrevivência para fazendeiros e pequenos posseiros de terra. Se eram grandes os projetos, enormes também eram os riscos, incontáveis as pragas e as pestilências que atingiam as roças e as criações. O homem do campo, sempre procurando referenciais para a resolução de seus problemas começou a acorrer a São Sebastião, santo de reputada fama e grande eficácia na defesa contra a fome e a peste. Se não se produz, não se come (se passa fome) e, do mesmo modo, se a praga (peste) atinge a fonte de renda, também se fica faminto. A mercê da miséria.

Certamente, a este tempo se reforçou o costume de dar ao santo: bezerros, porcos, potros, galinhas e quaisquer tipos de alimentos, em tributo a proteção prestada no ano anterior ou como um paliativo para a contenção de eventuais surtos de pestilência natural.

Com isso, os camponeses, sem muito domínio de técnicas de irrigação, controle de pragas e outras técnicas comuns, como o plantio direto e o uso de sementes transgênicas, recorriam aos santos para que as plantações, o gado e os interesses econômicos da família fossem resguardados. Nesse caso, recorria-se muito a São Sebastião. Comprova essa hipótese a fala do embaixador de folia, Abel Rodrigues Gonçalves<sup>14</sup>:

Antigamente os fazendeiros eram tudo devoto de São Sebastião. São Sebastião evitava negócio de peste, fome, guerra. Se tinha ali. Ia mexer com gado. Tinha aquele tanto de gado. Dava um. Você ia numa fazenda você tinha certeza que tinha um boi ou uma vaca lá. Você ia numa fazendinha pequena ou numa chacinha você tinha um porco. Era garantido. E num era ruim igual os que gabiru que dá hoje. Pegava o melhor que tinha e dava para São Sebastião. Isso aqui é para São Sebastião. Para outro santo não dava. Para São Sebastião tinha. E até hoje aqui em Silvânia, a festa perdeu a força, mas nessa parte aí, você pode vir aí na festa de São Sebastião para você ver o tanto de bezerro no leilão que dá. Agora já passou a vir os gabirus. Naquele tempo não. Era os melhores.

[...]

Aí eu lembro, um cara lá perto de casa que não tinha muita devoção... Um dia amanheceu vinte e duas reses mortas lá. Trovão. Relâmpago. Matou. E.. Era pareado assim com os pastos nossos. E com os nossos lá não teve nada. Quem tem fé vale.

Além disso, o mestre do saber popular, indicou-nos a outra possibilidade para a outra motivação da expansão do culto e da devoção, especialmente em ambientes urbanos que não tinham necessidades tão alinhadas aos interesses dos camponeses: “o povo apegava com São Sebastião por causa das guerras. Tinha muita guerra. Pro filho não ir pra guerra, se apegava com ele”. As guerras a que sr. Abel se refere são em ordem a Guerra do Paraguai (1864 -1870), a Primeira Guerra (1914 -1918) e a Segunda Guerra Mundial (1940-1944).

A partir do relato do senhor Abel, analisando os dados em uma outra perspectiva, percebemos que dentro de nosso recorte espacial a construção das duas igrejas dedicadas ao orago se remetiam a datas muito próximas as guerras: a Igreja de São Sebastião, situada dentro da cidade de Silvânia, foi construída em 1870 e a capela de São Sebastião, situada na região do Mato Grande no mesmo município, em 1920, o que podia indicar sim a relação da intensificação do culto com o medo ou o tributo em louvor ao livramento de situações de conflito.

Borges (1981, p. 79), aponta duas possibilidades para a construção da primeira igreja dedicada ao santo em Silvânia:

---

<sup>14</sup> Entrevista feita em 28/04/2019.

Aí por volta de 1870, José da Costa e Silva, carpinteiro rico, mandou seus escravos levantarem uma igrejinha, que é a capela-mor da igreja de São Sebastião, aumentada no tempo em que foi tesoureiro João Pacheco Amora. – Já os descendentes dos Peixotos contam que um maioral da família prometera uma igreja ao santo guerreiro, para que a gente de casa não fosse mandada para a Guerra do Paraguai.

A última, entretanto, é a mais aceita pelos devotos e silvanienses. Em suma, o mito fundador para as pessoas entrevistadas era o de que o livramento dos filhos de um fazendeiro da guerra teria condicionado, em agradecimento, a construção da igreja, o que comprova, por sua vez, a capacidade do santo em interceder em tais assuntos. O fato comum de dispensa de cadastro reserva ou a não convocação dos filhos de um abastado fazendeiro, transforma-se aos olhos do devoto um milagre e uma comprovação de que o “sagrado” se manifestou na situação em questão. Detalhe: a família não era mineira e sim goiana, procedente da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, instalada na região do Rio dos Patos no início do século XIX.

Além disso, precisamos considerar que a devoção pode não ter se expandido, e ter se feito evidente a partir da oficialização das práticas devocionais populares com a desmembração territorial e a emancipação política de distritos: os santos de devoção popular foram aclamados padroeiros das comunidades católicas nascentes. Na Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, em Leopoldo de Bulhões, por exemplos, as cinco capelas dedicadas a São Sebastião foram construídas em um espaçamento de tempo muito próximo (depois da década 1940), e em todos estes casos considerando a devoção já existente no lugar em que os templos foram levantados.

Agora precisamos entender, como essa devoção ao santo se manifesta no campo, quem são os agentes sociais que a mantém e que cosmovisões compõem acerca do Sagrado.

## **2 *ESSA TERRA É DO SANTO*<sup>15</sup>: SÃO SEBASTIÃO E A CAPELINHA DO MATO GRANDE – GO**

Capelinha do Mato Grande é uma pequena comunidade rural situada à margem da GO 010, entre Leopoldo de Bulhões e Bonfinópolis (Goiás). Seu surgimento, como pequeno aglomerado de casas, aconteceu no início do século XX a partir da doação de uma faixa de terras a São Sebastião na então região do Mato Grande<sup>16</sup>, à época território de Silvânia. Como em outros casos, o lugar se estruturou em torno de uma igreja e da veneração a um santo católico, mantidas ambas, igreja e veneração, por camponeses que não abriram mão de suas práticas e concepções em favor da romanização empreitada na Paróquia Nosso Senhor do Bonfim (Silvânia) no começo do século XX. O choque decorrente do conflito entre a Igreja e o catolicismo popular têm resquícios que se mantêm vivos e latentes ainda na atualidade.

Assim, neste capítulo de dissertação, a partir da análise do contexto de construção da Capela de São Sebastião do Mato Grande (Leopoldo de Bulhões – Goiás), a expropriação do culto dos camponeses ao orago e a tentativa frustrada<sup>17</sup> da Igreja em “romanizá-los”, procuraremos compreender, a seguir, os motivos pelos quais a devoção ao santo ainda perdura nessa comunidade extinta em 1950, reorganizada em 1970 e que atualmente mantém sua festa com grande fartura de comidas, doces e presença de pessoas que não são da comunidade<sup>18</sup>. Nas missas mensais (de fevereiro a dezembro) a Capela São Sebastião conta com um número reduzido de fiéis (entre cinco e no máximo quinze), entretanto em janeiro (11 a 20/01) há uma grande concorrência de público (cerca de quatrocentas e até quinhentas pessoas, dependendo do ano de realização da festa, do dia da semana em se comemora o dia de São Sebastião e a presença ou ausência de chuva), devotos e pessoas dispostas a servir o santo nos serviços na preparação e realização do evento. Portanto, perguntamos, por que essas pessoas vão a

---

<sup>15</sup> Dona Maria de Paula Nascimento, 91 anos, moradora mais antiga da comunidade da Capelinha do Mato Grande, entrevista em 28/04/2019.

<sup>16</sup> Por vezes nos referiremos a comunidade da Capelinha do Mato Grande, em Leopoldo de Bulhões – GO, como Mato Grande (quando nos referirmos à região) ou como Capelinha do Mato Grande (quando nos referirmos ao povoado), entretanto todas as duas nomenclaturas se referem ao mesmo espaço geográfico, acontece que Mato Grande era o nome adotado para se referir ao lugar até a década de 1990.

<sup>17</sup> Consideramos frustrada a tentativa da Igreja em romanizar a comunidade pelo fato de, ao invés de aderir às determinações do clero e alterar os gestos rituais em torno do orago, assim como as práticas religiosas do catolicismo popular, os católicos do lugar abandonarem a capela e conseqüentemente, por razões que desconhecemos e esta pesquisa, devido ao tempo, não nos permitiu identificar com propriedade, consentir com a supressão da festa e do culto a São Sebastião. De fato, no decorrer do tempo, alguns moradores, antes ou depois da demolição da capela, migraram, entretanto muitos, especialmente os pertencentes às famílias Pires da Silva e Nascimento, permaneceram no lugar e ainda tem descendentes que nunca sequer dele mudaram.

<sup>18</sup> O público da festa de São Sebastião é diverso, assim como são diversos os sentimentos e os motivos pelos quais vão. Alguns são ex-moradores ou familiares de moradores, outros são devotos, ainda há aqueles que são os “curiosos” e aqueles que vão à festa pelo que ela é: momento de socialização, diversão, lazer e fartura de comida.

Capelinha do Mato Grande? Quais são as motivações do atual culto a São Sebastião na zona rural? Esperemos encontrar os possíveis apontamentos nas discussões a seguir.

## 2.1 A TERRA, O SANTO E A FESTA

A origem da comunidade Capelinha do Mato Grande esteve diretamente ligada à construção de uma capela e a estruturação de um culto religioso a São Sebastião em meados de 1910, em região homônima, pertencente ao território eclesiástico da Paróquia Nosso Senhor do Bonfim e ao território administrativo do município de Silvânia - Goiás. Àquele tempo, foi a quinta igreja da paróquia, a segunda dedicada a São Sebastião e a primeira construída em zona rural, sendo marco no processo de romanização das comunidades camponesas da antiga Bonfim<sup>19</sup>. Seguiram-na as capelas: São José dos Tavares (Vianópolis), São Geraldo da Caraíba, São João do Engenho Velho e Nossa Senhora Auxiliadora (Leopoldo de Bulhões). De todas, a capela do Mato Grande foi a primeira construída em lugar distante da sede paroquial, na clara tentativa da Igreja em expandir o controle e a atuação pastoral sobre as comunidades rurais, ação incentivada por Dom Eduardo Duarte e Silva e reforçada por Dom Prudêncio Gomes da Silva<sup>20</sup>.

Essa romanização, a que nos referimos, teve início no século XIX dentro da própria Igreja Católica e tinha como objetivo combater os erros, as superstições e os desvios doutrinários. Para tanto, afirmou-se a infalibilidade do papa, reforçou-se os dogmas da Igreja Católica e houve uma maior preocupação com a doutrinação/formação moral dos fiéis. O termo, romanização, remete a Roma, sede da Igreja Católica, ou seja, caracteriza o movimento que fomentou um retorno dos fiéis ao Magistério da Igreja, a Sagrada Tradição e as orientações do papa. Defendia:

- 1) a afirmação da autoridade do papa, a quem era conferida a eficiência da aplicação das novas orientações teológicas e eclesiásticas;
- 2) em consonância ao fortalecimento da figura papal, os olhos e atenções do mundo católico deveriam se voltar para a cidade de Roma, sede da Igreja;
- 3) ajustes nas deliberações do Concílio de Trento (1545-1563);
- 4) a afirmação na crença em um único Deus que revela seus ensinamentos à humanidade por meio dos agentes sociais da Igreja, sobretudo, os clérigos;

<sup>19</sup> Em 1943 o nome de Bonfim foi alterado para Silvânia. A comunidade Capelinha do Mato Grande pertenceu a seu território administrativo até 1948 quando foi incorporado ao recém criado município de Leopoldo de Bulhões. Sua subordinação à Paróquia Nosso Senhor do Bonfim durou até 1949 quando foi criada a Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora de Leopoldo de Bulhões.

<sup>20</sup> Dom Prudêncio assumiu a diocese de Goiás depois de uma fase conturbada. Na virada do século o bispo anterior, Dom Eduardo, entrou em confronto com membros da elite goiana e também teve alguns dissabores com algumas comunidades. Coube, portanto, a aquele “pacificar” o que este havia feito, daí lhe deram a alcunha de “o pacificador”, pois em seu bispado os ânimos se acalmaram e a “dignidade” da Igreja foi reestabelecida.

5) ênfase na hierarquia e na obediência irrestrita dos subalternos e leigos (OLIVEIRA, 2017, p. 166).

A seguir, procuraremos compreender como isso afetou o culto e a festa de São Sebastião, pois entre outras questões a romanização “buscava retomar as determinações tridentinas, sacralizar os locais de culto, moralizar o clero, reforçar a estrutura hierárquica da Igreja e diminuir o poder dos leigos” (SILVA, 2000, p. 72). Assim, uma festa mantida por camponeses em uma região afastada da paróquia, sem presença de padres e com exageros de cortejos, comida e orações não poderia agradar a Igreja e continuar acontecendo.

No bispado de Dom Prudêncio Gomes da Silva, os padres de Bonfim (Silvânia) realizaram desobrigas com mais frequência. O número de registros de casamento e batismo lavrados em um único dia, cujas datas e termos remetem a atos religiosos executados em “bairros<sup>21</sup>” da paróquia, assim como a crescente participação dos fiéis nos ritos sacramentais da zona rural (conforme os relatórios paroquiais das décadas de 1910 e 1920), indicam o quanto a romanização se intensificou no início do século XX, o que colaborou diretamente com a construção da capela de São Sebastião na região do Mato Grande e a expropriação de seu culto do cenário doméstico.

Para atender o vasto território paroquial nessa distribuição dos sacramentos, os padres, especialmente na década de 1920, contaram com o apoio dos missionários redentoristas, em sua maioria europeus, dentre eles Padre Pelágio Sauter que esteve inclusive na comunidade da Capelinha do Mato Grande batizando e casando fiéis em 12 de junho de 1926<sup>22</sup>. Essas “visitas em desobriga do capelão, as passagens rápidas e espaçadas dos padres missionários e as visitas de romaria fechavam o ciclo de momentos em que os camponeses escutavam da Igreja a sua doutrina e recebiam dela algum sacramento” (BRANDÃO, 1985, p. 22). O momento, não raramente, era marcado por tensões e conflitos.

No Mato Grande, segundo dona Maria de Paula Nascimento<sup>23</sup>, o padre permanecia por um ou dois dias para realizar a desobriga. Era buscado na “cidade” (Silvânia)

---

<sup>21</sup> No final do século XIX e início do século XX cita-se com grande frequência bairro do Rio dos Patos, Cabeceira do Rio dos Bois, Caldas, Boa vista, Jurubatuba, Taquaral, Tavares, Mato Grande e Sobradinho.

<sup>22</sup> Na ocasião padre Pelágio Sauter casou Miguel Antônio Monteiro e Antônia Maria do Nascimento, filho de Antônio Camilo Monteiro e Jesuína Ciríaca da Cruz e ela filha de Antônio Eusébio do Nascimento e Maria Joana Batista; e também Miguel Mendes Sobrinho e Olívia Pires da Silva, filho de José Benedito Mendes e Turina Ferreira da Costa. Ela filha de Anna Pires da Silva. Registro Livro de casamentos, nº 07, PNSB, 12/06/1926.

<sup>23</sup> Entrevista realizada em 12/05/2019. Interpelada dona Maria sobre sua participação nos ritos litúrgicos católicos não mostrou sentir-se obrigada a assistir missa dominicalmente, como manda a Igreja Católica, mas pontou sua preocupação em não ter ainda feito a “páscoa”, já estando em meados de maio. Isso mostra que, como no tempo de infância e aprendera com os pais, o essencial é cumprir os preceitos católicos, comungando pela “Páscoa do Senhor” e em “dias de guarda”.

no lombo de uma mula. Anterior a sua vinda os pais, avós ou padrinhos catequizavam as crianças e ensinavam-lhes as principais rezas católicas e observações litúrgicas. O ensino catequético igualmente rigoroso, feito às pressas, ministrado geralmente por pessoas mais velhas e sem muita didática, deixavam as crianças estarecidas. Assim, repreendidas, coagidas e obrigadas a decorar as rezas, às vezes sob ameaças e até agressão física, eram preparadas para o “teste” feito pelo padre. Quem não aprendia, sofria pelo peso da rebeldia ou desatenção. Família nenhuma queria passar “vexame” diante do padre ou ser repreendida publicamente, afinal “os padres não tinham dó”.

Desse modo, ao invés de uma espera saudosa ou animada, na fala da anciã fica evidente que o tempo de espera e permanência do padre era marcado por tensões e medo, medo de Deus, de seus santos e dos castigos divinos frisados e enfatizados pelo religioso em seu discurso oficial e extraoficial (o padre hospedado na casa de João Dias de Carvalho<sup>24</sup>, genro do doador das terras a São Sebastião, sempre recebia os “caipiras<sup>25</sup>” em seu momento livre para dar-lhe encaminhamentos ou atender confissões).

Antes da missa de desobriga, o padre fazia a avaliação, uma espécie de triagem, e distribuía o sacramento. A firmeza no discurso e o uso da autoridade sacerdotal por meio de sermões e repreensões era muito comum. O que dona Maria chama de “chicotadas<sup>26</sup>” era o discurso romanizador, pastoral e teológico, que pretendia aproximar os camponeses da oficialidade litúrgica, mas que na verdade os afastava e fazia ter aos padres uma grande rejeição. “O povo era muito simples e se sentia ofendido”, pois o discurso lhes era incompreensível ou inconveniente, ferindo seus valores morais, religiosos e os costumes herdados de seus antepassados.

Em 1915, após uma desobriga, em um momento em que ainda nem se cogitava construir uma capela, o padre Salomão Pinto Vieira registrou no livro de tombo que o povo do Mato Grande era ignorante, sequer entendia da “sã religião” e só queria saber de bailes e folias sem autorização da Igreja, o que era inadmissível. Talvez isso é o que tenha motivado o processo de romanização da comunidade campesina como em nenhuma outra parte da paróquia. Ressalvamos que o friso “grande público” indicava que, embora “escandalosa”, a devoção era “concorrida por muitos fiéis”, o que não a desmerecia como um todo diante da

---

<sup>24</sup> João Dias de Carvalho era esposo de Zila Gomes dos Santos, filha de Amâncio Gomes dos Santos. Morava próximo ao quadro do santo (praça da capela) e por ser o fabriqueiro da Capela São Sebastião do Mato Grande assumia toda a logística da permanência do padre na comunidade, bem como a prestação de conta de todas as movimentações financeiras da comunidade.

<sup>25</sup> No livro de tombo da paróquia de Silvânia encontramos algumas vezes o uso do termo para se referir aos camponeses, bem como “povo ignorante”.

<sup>26</sup> “Os padres davam muita chicotada na gente. No povo. E o povo era muito simples”. Dona Maria de Paula Nascimento, 91 anos. Entrevista em 18/12/2017.

Igreja. Era, portanto, na perspectiva da regulação, um “celeiro de almas ávidas de conversão”. Destarte, os camponeses eram reconhecidos como católicos, mas não no enquadramento purista e normativo, ou seja, não eram autênticos cristãos. Precisavam de uma moldagem. Os atos futuros de padre Salomão Vieira e seus sucessores objetivaram essa padronização dos atos religiosos da região.

Intrigados com as narrativas de dona Maria sobre a localização temporal das desobrigas, sempre marcadas em seu discurso dentro do enquadramento “festa de janeiro” e “seca” analisamos os livros de casamento e batismo no intervalo de 1920-1930 para coletar dados e identificar precisamente em que meses ou datas específicas, se é que havia, os padres iam ao Mato Grande. Assim, percebemos que essas desobrigas aconteciam em dois meses específicos: janeiro, propriamente no dia 20 de janeiro, e maio/junho, pretensamente meses pelos quais se estendia a Páscoa<sup>27</sup>, confirmando nossa hipótese de que a comunidade era foco de grande atenção do clero, pois em outros lugares não se ia duas vezes por ano. Não bastava aos padres apenas ministrar os sacramentos de desobriga na Páscoa para cumprir o preceito cristão, faziam-se presentes também na festa do padroeiro, obviamente por ser data de grande fluxo de devotos e ser momento propício para discursos, doutrinações e “conversões”.

Em 1915, quando padre Salomão Pinto Vieira, ex-reitor do seminário e orador sacro célebre na Diocese de Goiás, assumiu a paróquia Senhor do Bonfim incumbiu-se de intensificar as práticas de romanização em todas as áreas da paróquia, como já citamos. Isso embora tenha afetado diretamente o “bairro do Matto Grande” e a “folia” de São Sebastião, era o desdobramento de um projeto maior do padre. Pelo que se percebe na análise das notas do eclesiástico no livro de tombo, duas coisas o preocupavam em grande proporção, talvez por terem um mesmo cerne: o catolicismo popular, as irmandades, embora com estatuto e oficialidade da Igreja, emersas em práticas populares de culto e vivência da fé católica e a “ignorância dos caipiras”, especialmente os do Mato Grande, que realizavam festas sem autorização da Igreja e presença de seu ministro legal, o padre.

Suas primeiras anotações no livro de tombo I, demonstram essa grande preocupação com a existência das manifestações populares e o poder dos leigos na gestão dos recursos financeiros da paróquia e na tomada de decisões, que ao seu ver eram estritamente da incumbência do pároco. Pontualmente, no que toca aos leigos que pertenciam às irmandades de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, São Miguel e Almas, Nossa Senhora da

---

<sup>27</sup> A fala de dona Maria aponta que ainda conserva esse costume: julga ser necessário comungar sempre pela Páscoa e as datas obrigatórias, especialmente nos “dias santos”, entretanto não demonstra apreensão ou reconhecimento de que há a necessidade de assistir missa em todos os domingos. Ela diz que “rezando em casa Deus atende” e todos os dias faz suas preces.

Conceição e Santíssimo Sacramento, todas cidadinas, com sede ou na Igreja do Rosário ou na Igreja do Bonfim, frisava a ignorância e a autonomia do povo, em fazer tudo como bem entendesse, usurpando “os direitos legítimos da Igreja” e abstendo-se de suas obrigações religiosas, como a participação obrigatória nas missas dominicais e demais ritos de preceito da fé católica. Eram “irmãos de opa”, não “irmãos de fé”.

Um grande argumento usado por Salomão Vieira era o de que o pároco anterior, Gomes Pereira da Silva, havia estado no comando da paróquia entre 1892 a 1914 e tivera grandes problemas com as irmandades, em especial a de Nossa Senhora do Rosário e seus representantes mesmo sendo caridosos para com ela e corretos em sua postura. Se o padre assim procedeu, o problema estava nas organizações leigas e não na Igreja. A primeira que confrontava os poderes da segunda, desejando com ela equiparar-se.

Em 1873, a mesma irmandade, no tempo de outro padre, havia se envolvido em uma grande contenda com a Igreja de Bonfim e de Goiás: os irmãos venderam, sem anuência do padre e do bispo, uma gleba de terra que pertencia à “santa”. O terreno foi vendido ao parente de um importante membro da irmandade. Tão logo a Igreja tomou conhecimento da “venda ilegal” embargou-a e obrigou os irmãos a desmancharem o negócio, retratarem-se e submeterem-se a autoridade eclesiástica, pagando por todos os prejuízos causados. Este fato também era utilizado para reforçar a teoria de padre Salomão de que as irmandades não podiam ter “liberdade”, se tinham, faziam como fizeram outrora seus antepassados, e porque seus antepassados fizeram tais, também tensionavam fazer, já que estavam mal-acostumados. No livro de acórdão da irmandade tem-se as duas atas: a de venda e a de retratação.

Diante de tanta pressão, as irmandades não resistiram. Ou se autoextinguíram, ou foram extintas pela “Igreja” na pessoa de padre Salomão. Em 1908, os irmãos de São Miguel e Almas<sup>28</sup>, registravam que já lhes era “difícil” conviver com o padre e previam o fim da irmandade, mesmo com o ingresso de treze irmãos naquele mesmo ano. Isso logo aconteceu, nenhuma reunião se realizou dali em diante e as atividades da irmandade cessaram de uma vez por todas.

Em suma, padre Salomão encarregou-se de silenciar as irmandades: para isso destituiu-as de seus bens e de sua própria constituição, antes tentando doutriná-las e agenciar as práticas devocionais por meio de reuniões que não deram certo, posto que os irmãos se recusaram a participar em quase todas as situações. O resultado, além do apagamento das

---

<sup>28</sup> A última reunião desta irmandade data de 1911. No livro de “acórdão”, nas páginas de registro das reuniões de mesa na década de 1910, fica evidente o embate que os leigos estavam travando com o clero naquele tempo. Já não tinham regulação sobre os bens da irmandade e também não provinham de recursos para sustentar-se.

associações leigas, fundadas no século XVIII e XIX, o silenciamento e a supressão do culto a Nossa Senhora do Rosário, Divino Espírito Santo e São Benedito com cavalhadas<sup>29</sup>, folias, juizado, reinado, congadas e império.

Na abertura no livro de tombo, padre Salomão relata, com ânimo exaltado e espanto, o estado “decadente” das irmandades:

Ao tomar posse desta Freguesia lancei primeiramente as atenções para as irmandades. Houve em tempos as seguintes: a de Nossa Senhora do Rosário, erecta na sua Capela (que depois foi ampliada, assoalhada e estucada) na qual eram feitos os enterramentos dos Irmãos, enquanto não havia cemitério próprio; a de S. Miguel e Almas, erecta na Matriz, com seu altar e Imagem de São Miguel; a do S. S. Sacramento, erecta na Matriz; a de São Benedito, erecta na Capela da N. S. do Rosário, com altar e imagem; a da N. S. da Conceição sem altar nem imagem. Todas, menos a última, tinham estatutos aprovados pelo ordinário e pelo governador da Província. O seu estado, *ao entrar na Paroquia era o da maior decadência*. A primeira só existia em nome, porque devido a certas questões levantadas entre um filho de um protector perpetuo, e Monsenhor Gomes, este *venerando Vigário, entendeu e muito bem que as “Irmandades ou são optimas ou não prestam”* (D. Duarte, B. de S. Paulo); e por isso retirou-lhe seu apoio e ela caiu. Pesados dissabores sofreu S. Revma. E ainda hoje, passados quase 20 anos, estão na memória os [ilegível] *que lançam as culpas sobre quem usurpava direitos que só pertencem ao ministro da Igreja*. Também eu a deixei no mesmo estado, visto que os homens serem os mesmos e por entender que não era oportuno ressuscitá-la.

A seguida ainda se conserva, mas quasi sem actividade, tem alguns irmãos mas não cumprem os Estatutos. Tem sido meu veemente desejo levantá-la e reformado os Estatutos que bem precisam de reforma, faser dela o que a Igreja quer que sejam taes solícitos cristãos. Até hoje não me tem sido possível realizar meus desejos, devido a factores que me tem entravado a ação. *Por caridade com vivos não escrevo aqui esses factores. Continua, pois, na mesma*. No dia dois de novembro manda celebrar Missa pelo descanso eterno dos Irmãos defunctos. E a isto se limita a sua actividade.

A terceira, aquela que devia ser a base e o sustentaculo da vida religiosa de seu povo, foi a que encontrei em pior estado. Tem muitos irmãos, mas só para pôr a opa uma vez por anno, precedendo convite. Encontrei a com quatro provedores, e depois de convidados a comparecer, nenhum se me apresentou. De todos os Irmãos nenhum cumpre o preceito pascal (excepto tres); nenhum assiste ao S. Sacrificio, com aquela exceção. Convidei-os publicamente quatro veses para uma reunião; compareceram dez na primeira vez, na segunda quatro, na terceira tres, e não mais compareceram. Quando da prestação de contas, teve a Fabrica da Matriz de pagar os deficiendes a Semana Santa de 1915 que devia ser feita suas expensas, por esta Irmandade tomar conta das despensas e rendimentos do N. S. do Bonfim, foi a custa do próprio vigário. *Desde então, não mais se reuniu nem foi convidada*. E por se terem dado outros factos que me abstenho de escrever, foi pelo vigário considerada dissolvida, recolhendo ao arquivo paroquial todos os livros pertencentes a mesma Irmandade e ao N. S. do Bonfim. Foi considerada dissolvida, mas não foi publicada esta dissolução; estando por mesmo salva a Revma. Auctoridade Deocesana.

Também esa e é meu desejo reorganizá-la; não é possível por ora. Os estatutos são antigos e precisam uns artigos ser eliminados, outros acrescentados e introduzidos; segundo as necessidades e de acordo com as Instruções Pastoraes, outros artigos e §§ novos. Mantendo bem fundadas esperanças de se N. Senhor o permitir e se assim

---

<sup>29</sup> As últimas encenações das cavalhadas aconteceram em 1925, dez anos depois da dissolução da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. A festa do Divino, pelo que alguns moradores de Silvânia afirmaram, durou até meados de 1980, mas sem a majestade comum ao Império de outrora.

me for permitir pelo Revmo. Prelado num prazo não muito longo reabilita-a com católicos fabricantes.

A quarta so tenho conhecimento dela pelos seus estatutos, pelos livros que estão no arquivo paroquial. Parece-me que talvez seja a única mais fácil de ressuscitar segundo o Espírito da Igreja, devido à grande devoção que este povo tem por S. Benedito. *E se até agora nada se tem feito nesse sentido, é porque muitos de seus devotos mais desejam festas e reinados que espírito de conformidade com as leis da Igreja.* Nosso Senhor pelos rogos de S. Benedito nos indicará que for oportuno faser.

A quinta não tem estatutos nem livros, encontrei um folheto onde eram anotadas as contas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. Nunca porém soube de irmão ou irmã. Todas as devoções e festas em louvor da N. S. da Conceição tem sido feitas com esmolas dos fiéis e auxílios da Matris.

O que hei de faser com as Irmandades nestas condições? Irmandades católicas sem católicos? *Formar católicos primeiro.* (Livro de tombo nº 01, da Paróquia Nosso Senhor do Bonfim, p. 04 e 05, grifos nossos)

Em seu registro, o padre valida e justifica os atos dos padres anteriores em relação às irmandades. A culpa não era dos religiosos que queriam apenas, unicamente, resguardar os direitos “que só pertencem ao ministro da Igreja”, mas sim daqueles que se mostraram rebeldes, desordeiros, relapsos e transgressivos. Se não descreve tais comportamentos desviantes e imorais/ilegais é por caridade aos “vivos”, ou seja, os familiares destas pessoas que já haviam morrido. Contiguamente reconhece que o comportamento transgressivo persevera e a rebeldia se mantém evidente nos irmãos.

Por outro lado, além desse descontentamento, descrito como descaso, marasmo, decadência, rebeldia e ignorância, incomodava o padre as festas que os devotos de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário mantinham na comunidade, pois em nada se adequavam ao “espírito de conformidade com as leis da Igreja (sic)”. Estes elementos, reforçados pela conclusão síntese “formar católicos primeiro” mostram sua disposição em travar uma guerra contra o catolicismo popular na paróquia.

Destarte, não satisfeito com as alterações na organização da paróquia dentro dos limites urbanos, embrenhou-se pelas fazendas e regiões mais populosas, procurando aumentar o controle sobre os camponeses e suprir a carência de doutrinação que possuíam. No Mato Grande, esforçou-se para constituir um patrimônio de São Sebastião, expropriar o culto das mãos dos devotos e construir uma capela para abrigá-lo. Como não havia irmandades no lugar, as “folias” eram realizadas nas casas dos próprios moradores que também as comandavam. Isso lhe soava “um escândalo”.

Assim, o patrimônio de São Sebastião foi constituído com a doação de alguns alqueires de terra por Amâncio Gomes dos Santos. Não existem documentos no Cartório de Registro de Imóveis ou no arquivo paroquial de Silvânia que a comprovem a doação. Nossa afirmação se pauta nos relatos de moradores mais antigos. Em um tempo onde a “palavra”

valia mais que o papel e as terras não tinham muito valor em Goiás, certamente o acordo foi feito apenas entre o padre e o fazendeiro, sem a presença de um tabelião e da escrituração do terreno, o que dificulta uma delimitação de data e a motivação dessa doação. O certo é que anterior à doação já existia o culto doméstico a imagem de São Sebastião, bem como a festa, chamada pelos padres de “folia”, “pagode”, tratada como uma verdadeira aberração.

Se a terra foi doada por um devoto, deve ter havido anterior a ela um período de negociação e uma paulatina movimentação da paróquia para a aquisição do terreno, tão logo foi percebida a concorrência anual das pessoas à “folia” de São Sebastião. Embora a doação tenha sido obviamente voluntária e consciente, deve ter sido igualmente motivada e influenciada pela romanização embrenhada em Bonfim nas primeiras décadas do século XX. Afinal, como veremos a seguir, esse era o único meio de, não impedindo os devotos de cultuar o santo, restringir seus comportamentos profanos e inseri-los nas atividades de catequese (doutrinação).

A pequena porção de terras localizava-se na parte sudeste da fazenda Mato Grande, próxima ao córrego Carapina e à estrada que ligava Silvânia a Campininha das Flores, consistia em um “charravascá<sup>30</sup>” plano, cortado ao fundo por um rego d’água, canalizado do córrego do Cortado e próxima a um buritizal. Era uma vegetação estritamente cerratense.

Próximo ao rego, abaixo do “quadro do santo”, já viviam algumas pessoas em pequenas propriedades particulares. Dentre essas famílias estava a de Hermenegildo Peixoto do Nascimento, secretário da Capela de São Sebastião, falecido aos 95 anos, na década de 1940. Casado com Anna Rulfina Gonçalves em 01 de novembro de 1885, era neto de Joaquim Peixoto dos Santos, membro da grande família dos Peixoto do Morro Grande de Pirenópolis, que se estabeleceu na região do Rio dos Patos. Segundo Borges (1981) a família Peixoto teria patrocinado a construção da igreja de São Sebastião de Silvânia em tributo ao livramento dos homens da prole do serviço na Guerra do Paraguai, o que parece já apontar em Hermenegildo uma tendência devocional familiar vinculada a São Sebastião. Estabelecido no lugar em 1914, conforme escritura de aquisição de um terreno nas cercanias do nascente “povoado”, Hermenegildo, junto com a esposa Anna (Sá Aninha), cuidou da organização dos festejos enquanto viveu e exerceu o papel de inspetor de quarteirão. Seus descendentes hoje exercem importante papel na manutenção dos festejos de São Sebastião e são tidos como os “donos da igreja”.

---

<sup>30</sup> Designação dada pela moradora mais antiga do lugar, M.P.N., 91 anos, para a vegetação rasteira própria do cerrado e existente no lugar onde hoje está localizada a comunidade da Capelinha do Mato Grande.

Atualmente a comunidade do Mato Grande (mapa 02) teve seu nome alterado para Capelinha, dista 12 km de Leopoldo de Bulhões, sede do município, e 50 km de Goiânia, capital do Estado de Goiás, tem uma escola que atende as crianças de quatro a dez anos (Educação Infantil e Ensino Fundamental I), um posto de saúde e apenas quatro ruas asfaltadas, benfeitorias realizadas ainda no final do século XX. Os moradores, em sua maioria, trabalham no campo como diaristas ou autônomos, exercendo atividades próprias da agricultura ou agropecuária. Havia, limítrofe a comunidade, uma grande fazenda que empregava grande parte dos homens e algumas mulheres, entretanto, após uma crise econômica do proprietário entre 2017 e 2018 e a falência decretada, a propriedade foi vendida e as pessoas demitidas.

**Ilustração 26:** Imagem de satélite – Projeção em 3D, via satélite, da comunidade da Capelinha do Mato Grande



**Fonte:** Google Maps, 2019.

Nesse contexto de desemprego e como, ao redor da comunidade, o cultivo da soja e a modernização das técnicas de cultivo e manejo do solo tem tomado cada vez mais o lugar do trabalhador braçal, muitas famílias migraram e ainda migram da comunidade para outros lugares, a procura de emprego. Contraditoriamente, enquanto alguns saem outros chegam, fazendo com que haja um grupo fixo de moradores (tidos como os mais antigos) e um grupo

rotativo, especialmente dentre os quais se destacam nordestinos e nortistas<sup>31</sup>. Talvez colabore com isso a localização da comunidade entre as cidades de Bonfinópolis e Leopoldo de Bulhões, distante delas em igual proporção cerca de 12 km, e o baixo custo do preço dos aluguéis das casas, em média R\$150 a R\$ 200,00. Na questão religiosa, o número de evangélicos é maior que o número de católicos, para tanto existem duas igrejas evangélicas (Assembleia de Deus e Igreja Provisão de Deus) e apenas uma igreja católica.

A capela São Sebastião está situada na praça João Evangelista de Paula (Mapa 02). Ao seu redor, assim como em quase todo povoado, com exceção de trechos das ruas 5, 3 e 2, as ruas são cascalhadas. A praça contém uma gameleira muito frondosa e nenhum tipo de paisagismo. Isso resulta, na época da chuva, inclusive no mês de janeiro, a existência de uma grande quantidade de capim.

O documento mais antigo<sup>32</sup> que faz referência ao lugar é a certidão de casamento de Antônio José de Souza e Anna Rosa de Jesus, casados na Matriz de Nosso Senhor do Bonfim (Silvânia – GO), em 28 de agosto de 1895. Ao final dessa certidão o padre registrou que ambos os noivos eram “naturaes” do bairro “Matto Grande” da freguesia de “Bomfim”<sup>33</sup>. O jornal *A Informação Goyana*<sup>34</sup>, um pouco mais tarde, em 1918, fez uma clara referência à região do “Matto Grande” como área de extensa floresta virgem e de solo muito fértil, fama que o lugar ainda carrega dentro do município de Leopoldo de Bulhões. Entretanto, a informação mais remota está em uma telha de estilo colonial que tem uma única inscrição “Fábrica da tia Maria Matto Grande ... 1841”.

O inventário paroquial de 1915<sup>35</sup>, redigido por padre Salomão Pinto Vieira, faz a primeira referência a um patrimônio de São Sebastião:

Em “Matto Grande” – bairro desta parochia existe *uma pequena facha de terras, doada à Fábrica p<sup>a</sup> construção, ali, de uma Capella dedicada a São Sebastião p<sup>a</sup> o que se tem a necessária planta aprovada pela autoridade diocesana e a competente provisão p<sup>a</sup> ereção da Capella*<sup>36</sup>. (grifos nossos)

<sup>31</sup> Os moradores fixos da comunidade, em grande parte, têm ligação familiar ou afetiva com o lugar. No primeiro caso, se enquadram os descendentes dos pioneiros e antigos moradores (Pires da Silva, Nascimento, Fernandes da Cunha e Ferreira da Costa) e no último, aqueles que vivem nele há muitos anos, sem vínculo familiar com os pioneiros, mas que permanecem por outras razões, a qual não nos propomos a discutir agora.

<sup>32</sup> Livro de casamentos, nº 03, página 117v, PNSB, 28/08/1895.

<sup>33</sup> Leopoldo de Bulhões, município ao qual a comunidade da Capelinha do Mato Grande está subordinada, foi emancipado em 02 de setembro de 1948, pertencendo ao território de Silvânia (antiga Bonfim) até essa data. Vale ressaltar que de Silvânia desmembraram-se vinte e três municípios goianos.

Os padres em seus registros paroquiais se referiam as regiões da paróquia como “bairros” e um “bairro” era sempre uma região populosa, com um número considerável de pessoas vivendo em chácaras, pequenas propriedades de terra ou fazendas.

<sup>34</sup> Edição agosto de 1918, p. 204.

<sup>35</sup> Livro de tombo nº 01, da Paróquia Nosso Senhor do Bonfim, doravante PNSB, de Silvânia.

<sup>36</sup> Livro de tombo nº 01, PNSB, página 51(s/d).

Essa *pequena facha de terras* tinha significados diferentes para a igreja e os camponeses. Na religiosidade popular o símbolo sacraliza o espaço, entretanto alguns símbolos não são sinais visíveis, mas divinos, logo sagrados e não perceptíveis. Nesse sentido, a doação de um terreno a um santo ou uma divindade católica torna-o, automaticamente sagrado, mesmo que não se tenha igreja construída ou elementos que remetem ao culto católico. Não é a doação por si que sacraliza o espaço, mas o sentimento, o sentido e a fé do devoto que entregando a um protetor seu tributo já não é mais dono e para tanto não precisou de mediadores, no caso os padres. Assim, a comunidade campesina reconhece na doação a sacralização, enquanto a Igreja só a concebe a partir da inserção de um cruzeiro, o lançamento de uma pedra fundamental, a bênção sacerdotal de consagração e a posterior construção de uma igreja. Aqui falamos um outro espaço, que deixa de ser terreno, e se torna divino, sob a proteção de São Sebastião.

Percebemos isso conversando informalmente com alguns moradores. Na década de 1950 a capela de São Sebastião foi demolida e outra construída apenas na década de 1980. Nesse hiato de tempo a comunidade literalmente deixou de existir, sendo inclusive sua porção de terra fechada dentro do território de um latifundiário da região. Entretanto, mesmo que não houvesse igreja no terreno, nem festa, nem nada que se remetesse ao passado, na memória desses moradores a terra continuava sendo de São Sebastião, por isso foi devolvida a ele por vias judiciais.

Dona Vany do Nascimento<sup>37</sup>, 71 anos, ao ser perguntada sobre a lacuna existente entre a demolição da antiga capela e a construção da nova, recorda que a avó dizia que “depois que tiraram São Sebastião do altar, a capetada invadiu a Capela. Tudo que é garrancho de beira de córrego para aqui”. Assim, no catolicismo popular, a proteção se vincula ao símbolo e se estende dele ao lugar. Os santos controlam o cosmos e interferem na vida das pessoas. O santo, ao mesmo tempo que é bom, também pode ser mau, pois castiga e se zanga quando se sente desrespeitado, mas tudo em consequência das escolhas erradas dos fiéis. Para a avó da moradora, por terem tirado o santo do altar maus agouros e más pessoas se instalaram no lugar, asseverando para nós o patrocínio de São Sebastião sobre aquele território e seu poder em alterar o fluxo de vida das pessoas.

Durante a coleta de dados presenciamos um conflito estritamente relacionado à terra do santo. Uma família fechou em sua propriedade particular cerca de três metros de

---

<sup>37</sup> Primogênita de Dona Maria de Paula Nascimento e Sebastião Donato do Nascimento (Nego Barroso). Nasceu nas cercanias da Capelinha do Mato Grande em 20 de junho de 1947. Sempre viveu na região. Desde o “ressurgir” da comunidade, mora ao lado da capela. Durante muito tempo foi encarregada da limpeza da igreja e da organização das atividades religiosas.

largura por dez metros de comprimento da calçada, logo no início da Rua 3 (mapa 02), ao lado esquerdo para quem desce. A “usura” gerou revolta na família que cuida da capela e descende do fazendeiro que propiciou o ressurgimento da comunidade na década de 1980. Em meio a debates em redes sociais e um caloroso enfrentamento entre os moradores, a situação chegou à Prefeitura Municipal de Leopoldo de Bulhões. O poder executivo enviou um fiscal de posturas à área invadida que não impediu a construção do muro de alvenaria, alegando que antes precisaria encontrar o mapa da comunidade e nele identificar aquela área como pública. A família, tida como defensora dos interesses do santo, procurou auxílio no Ministério Público e a ação tramita na justiça. Nesse contexto, falou-se muito que “a terra é do santo”, “estão roubando a terra do santo”, “São Sebastião não vai deixar barato”, etc. Discursos assim e outros da mesma natureza, reforçam nossa tese de que, embora o território/patrimônio se torne público futuramente e a maioria dos terrenos sejam vendidos a terceiros, no imaginário do devoto camponês os limites territoriais do povoado continuarão demarcando um território sagrado, a divindade continuará sendo a proprietária da terra e as pessoas, inquilinas. Os inquilinos, portanto, não são donos legítimos, mas posseiros e por isso precisam respeitar os limites de uso e a soberania do verdadeiro senhor.

Nesse sentido, no imaginário do devoto camponês, a capela não é (era) o único espaço sagrado do território consagrado à divindade, pois todo o solo compõe uma “terra santa”. Se para a Igreja o templo religioso seria o ambiente divino e sagrado do lugar, para o devoto de São Sebastião, doravante, todo o território, enquanto porção de terra doada a ele, também seria sagrado, tornando-se limiar entre os céus, divinizador do espaço, e a terra, abrigadora do divino no meio dos homens. Por isso, desde a “doação”, quando a terra deixou de ser do homem e se tornou do santo, muitos castigos foram atribuídos a ele (o santo) como sinal do seu poder e descontentamento com as ações dos homens em seu solo santo. Logo, a capela, enquanto resultado de negociações e intercâmbios entre Igreja e camponeses, expandiu o culto, entretanto não o estruturou, pois ele já existia e era mantido por um grupo de camponeses. Não à toa, na década de 1950 a capela caiu. Certamente os padres não conseguiram conscientizar os camponeses de sua necessidade e importância, já que para eles (os camponeses) o santo estava com eles, no dia-a-dia, na lida do campo, nas necessidades cotidianas e até mesmo tidas como banais, como a cura de uma dor ou de uma tosse, e não apenas na igreja.

A estrutura do culto festivo ao orago se assemelhava muito às festas dos santos dos negros (Nossa Senhora do Rosário e São Benedito) com juizados e reisados pomposos, regados à cantoria, batuque, comida, dança e, aos olhos da Madre Igreja, profanações. Talvez

os primeiros moradores do Mato Grande fossem membros das irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e São Benedito e adotando uma outra devoção, por questões que desconhecemos, adaptaram o culto, substituindo a Senhora e o Santo pelo mártir Sebastião. Os Ferreira da Costa, Pires da Silva, Gomes dos Santos, Gomes Gerais, Bicudo, Branco, Nascimento e Fernandes da Cunha foram as primeiras famílias possivelmente a se instalar na região do Mato Grande, ainda no século XIX, ou antes mesmo disso, já que os livros de casamento e batismo da paróquia de Bonfim só registram a procedência interna dos fiéis, dentro do próprio território paroquial, a partir de meados desse século. Diante desse limite, fica difícil precisar se estas famílias eram de ex-escravos, negros, pardos ou brancos, bem como de quais partes do país vieram e conseqüentemente quais possíveis devoções católicas trouxeram consigo.

Em conversa informal com M.P.N.<sup>38</sup> sob a organização espacial da comunidade do Mato Grande (o lugar das primeiras casas e o fluxo de vida no seu tempo de menina), obtivemos a informação de que os primeiros moradores se instalaram próximo à capela. Benedito Bernardo e Virgolina viviam à esquerda; Joviano Pires e Melina no limiar do “quadro do santo”; Pedro Baiano e Maria abaixo, um pouco à direita; o professor José Garcia e a professora Georgeta à direita e José Modesto logo acima. Essa conversa possibilitou-nos visualizar a igreja como centro da povoação, como em outros lugares suscitados em patrimônios de santo, e perceber a forte ligação entre o sagrado e o território ainda presente no imaginário católico camponês. Dona Maria de Paula a todo tempo fez referências a “terra do santo”, o “quadro do santo” para tratar do início da comunidade e marcar sua natureza sagrada.

Assim, em se tratando da festa de São Sebastião no Mato Grande é preciso considerar a relação intrínseca entre o sagrado, a devoção e o lugar. Os dois primeiros elementos, importantes e interligados, intervêm no terceiro, alterando suas características paisagísticas, sociais e históricas. O Mato Grande, sacralizado, guardado e protegido pelo santo, no decorrer de mais de cem anos, vivenciou períodos de silenciamento, destruição e completa extinção. Entretanto, durante esse tempo, a devoção ao orago se manteve informalmente nas casas em rezas de terços, estampas e imagens nos oratórios, hasteamento de mastro e queima da fogueira em fazendas do entorno, etc. e assim o povo do lugar

---

<sup>38</sup> A informante nasceu na comunidade da Capelinha do Mato Grande em 04 de novembro de 1927 e nela vive até os dias atuais. É a esposa do fazendeiro que coordenou o processo de retomada das terras devolutas de São Sebastião no final da década de 1970 e construção da nova capela no início de 1980. Sua família exerce importante papel de controle e manutenção da Festa de São Sebastião e ela, como matriarca, acaba sendo sempre consultada, ouvida e atendida no modo de como se fazer e do que fazer no culto a São Sebastião.

continuou a considerá-lo guardião e dono do lugar, por excelência. Nas imediações da comunidade, na fazenda Alvorada do Mato Grande, propriedade de Nego Barroso, esposo de Dona Maria de Paula, sempre se acendia a fogueira para São Sebastião na véspera do dia 19 para 20 de janeiro e se hasteava o mastro. Em outras propriedades, havia outras manifestações pontuais ou esporádicas diante de algum voto ou ato devocional público.

No relatório anual de 1920<sup>39</sup> padre Salomão Pinto Vieira frisou que haviam sido lançados “os fundamentos de uma Capella Filial no bairro Matto Grande”. Se no relatório de 1915, evidenciava a presença da faixa de terras dedicadas ao santo, nesse registrava o lançamento da pedra fundamental da segunda capela dedicada a São Sebastião<sup>40</sup>, denotando a importância do feito para a história paroquial e sua própria administração. Durante o período de 1915 a 1920 seu olhar esteve cuidadosamente voltado para o Mato Grande. Nos cinco anos que antecederam a construção da capela tratou de se visitar a comunidade no mês de janeiro (época da festa) e concluída sua construção, procurou romanizar o culto do padroeiro, retirando-o da esfera doméstica, popular e leiga em que estava, e inseri-lo dentro de uma esfera o mais próximo possível das determinações canônicas.

A partir de 20 de janeiro de 1921 os documentos oficiais da paróquia se referem ao Mato Grande como “Capela de São Sebastião”. Assim, concluímos que sua construção se deu no curso de 1920 e inauguração pode ter ocorrido durante a festa de 1921, pois anterior a isso não há registro de batizados ou casamentos feitos no lugar. O documento que faz a primeira referência à “Capela do Mato Grande” é a certidão do casamento de Sebastião da Cruz e Benedita Luisa das Dores<sup>41</sup>, celebrado no dia em 20 de janeiro de 1921.

Assumiu o lugar de padre Salomão, padre João Olympio Pitaluga. No relatório do mesmo ano<sup>42</sup>, ele esclarece:

---

<sup>39</sup> Livro de tombo nº 01, PNSB, página 47b e 48, 01/01/1921.

<sup>40</sup> Na cidade de Silvânia já havia uma capela dedicada a São Sebastião, construída por devotos em 1870, em pagamento a uma promessa. O responsável por sua conclusão apenas em 1904 foi Vicente da Silva Porto, conforme recibo guardado no arquivo paroquial.

<sup>41</sup> “Aos vinte dias do mes de janeiro do anno de mil novecentos e vinte e um pelas tres horas da tarde, na Capela de S. Sebastião do Matto Grande, desta freguesia, depois das proclamações canônicas e mais formalidades prescriptas, não aparecendo impedimento algum por palavras de presentes na forma do Ritual, em minha presença e na das testemunhas Antônio Caetano de Sousa e Francisco Aleixo de Siqueira receberam-se em matrimonio Sebastião da Cruz e Benedita Luisa das Dores; ele solteiro com vinte e quatro annos de idade nacido baptizado e morador nesta freguesia filho legitimo de Antonio da Cruz Venancio e Maria Ignacia Corrêa Guimarães, ella com trinta annos de idade nacida baptisada e moradora nesta freguesia, viúva de Joaquim Rosa, filha legitima de Joaquim Luis Ambrosio, falecido e Perciliana Rodrigues de Moraes, falecida. E para constar mandei lavrar este assentamento que assigno. O vigº Pe. Salomão Pinto Vieira”. (Livro de casamentos, nº 6, p. 46 a e b)

<sup>42</sup> Livro de tombo nº 01, PNSB, 31/12/1922.

Não existem capelas na roça, senão uma muito pequena no bairro denominado “Matto Grande”. Esta mesma foi construída, ao que me parece, *illegalmente*. Actualmente estou providenciando para a construção de uma boa e espaçosa Capella no referido bairro (grifo nosso).

Essa ilegalidade da capela não consistia especificamente na impossibilidade de sua construção (havia uma provisão autorizando), mas em seu resultado. Certamente a planta diocesana não foi observada em quesitos arquitetônicos e litúrgicos por padre Salomão. Segundo M.P.N, 91 anos a igrejinha parecia um paiol. Era alta, caiada de branco, com uma porta enorme e grossos esteios, sem janelas e de chão ladrilhado de tijolos. Essa capela “muito pequena” deve ter sido construída de forma aligeirada, logo depois do lançamento da pedra fundamental, com o apoio dos fazendeiros da região e a doação dos fiéis. Talvez padre Salomão já havia começado a ter problemas com os paroquianos de Silvânia e quisesse concluir seu projeto antes de ausentar-se da paróquia. A precariedade dos materiais escolhidos, a ausência de alicerces bem feitos, a simplicidade das paredes de adobe mal amarradas por alguns esteios de aroeira comprometeram a durabilidade do templo anos depois, até ser demolida (segundo alguns) ou vendida (segundo outros) na década de 1950.

Muitas vezes as plantas aprovadas pelo bispo, a seu gosto, requeriam gastos dispendiosos, logo não eram integralmente obedecidas ou nem sequer seguidas. O povo optava por construir aquilo que conseguia, às suas próprias custas, em tributo e devoção aos seus santos padroeiros. Certamente, às custas de uma construção dentro dos moldes legais eclesiásticos eram maiores que o orçamento disponível pela comunidade do Mato Grande. O resultado do esforço e a dádiva oferecida a São Sebastião foi uma capelinha de cerca de quinze metros de comprimento por uns poucos quatro metros de largura, cujos registros inexistem.

Padre Pitaluga, descontente com essa situação da capela, solicitou à cúria diocesana uma nova provisão<sup>43</sup>. Sua preocupação era asseverar o cumprimento das

---

<sup>43</sup> Monsenhor Francisco Ignácio de Sousa, presbytero secular, vigário capitular – sede vacante, desta Diocese de Sant’ Anna de Goyaz. Aos Fieis Christãos saude e paz em Nosso Senhor. Fazemos saber que, atendendo ao que por sua petição nos enviou ao dizer o ver. P. João Olympio Pitaluga, vigário encarregado da Parochia de Nosso Senhor do Bomfim desde bispado de Sant’ Anna de Goyaz, representando os desejos de seus parochianos da sede (sic) referida Parochia: Havemos por bem de conceder licença como pelo presente *Nova Provisão* lhe concedemos para que possa construir um oratório publico ou Capella, cujo orago será São Sebastião, em um dos bairros da mesma sede (sic) determinada na petição, em lugar decente e separado de todo uso domestico para nella se celebrar o Santo Sacrificio da Missa e outros actos de culto, conforme o direito, em beneficio dos fieis, *tudo de acordo com a planta que nos remetteu e que por nós aprovada*, com a clausura porém de que será a dita Capella visitada, logo que estiver prompta, que estiver achado decente, e construída conforme as nossas instruções, fora de usos domésticos, em lugar separado, etc., e com os ornamentos necessários, passará certidão no verso desta para então lhe darmos nova faculdade de benzer a dita Capella. Dada e passada em a Nossa Comarca Ecclesiástica deste Bispado de Sant’ Anna de Goiás, aos desecete dias do mez de janeiro de mil novecentos e vinte e dois. E eu, escrivão da Comarca a escrevi para V. Excia. Revma. ver e assignar. (a) Mons

determinações eclesiásticas e assegurar condições adequadas para a manutenção de culto público a São Sebastião no Mato Grande. Em 1923 ele conseguiu do bispo autorização para celebrar missa pelo menos uma vez por mês na capela, no intuito de catequizar os camponeses e ativar os trabalhos para construção de uma nova capela.

Essa faculdade de celebrar periodicamente a missa além de indiciar a preocupação de padre Pitaluga com a comunidade e sua “catequização”, evidencia a tentativa da Igreja de intensificar seu controle sobre os fiéis do Mato Grande (processo iniciado em 1915, como vimos). Se antes havia uma única missa anual na capela em decorrência da desobriga e da festa de São Sebastião, a partir daquela data a presença rotineira do padre garantiria a obediência à voz do bispo e da Igreja, bem como a representação do sagrado *in persona Christi*. Entretanto, os camponeses não se habituaram a Igreja do Padre e continuaram frequentando-a nos períodos de festa ou quando havia a necessidade da recepção de algum sacramento. Isso colaborou para que aos poucos fosse abandonada, sobretudo depois da morte de Amâncio Gomes dos Santos, o dono do santo.

A nova capela de padre Pitaluga nunca saiu do projeto. Na década de 1930, o benfeitor da capela de São Sebastião morreu durante os preparativos para o dia 20 de janeiro. Sua morte é considerada pela comunidade como um prêmio ou privilégio de São Sebastião em gratidão a devoção lhe atribuída durante anos de benfeitoria. Senhor Amâncio estava na porta da capela, conversando com algumas pessoas que terminavam de ajeitar o “quadro do santo” para o grande dia. Pediu que tudo fosse feito com “esmero”, pois o dia seguinte “seria muito feliz”. Caiu morto, com os pés para fora da soleira da porta e o corpo dentro da capela.

Segundo M.P.N., 91 anos, naquele tempo:

O povo tinha muita devoção a São Sebastião. As crianças vestiam de anjo, punham aquelas asas, punha uma luminária na cabeça. Pegava uma cumbuquinha de limão, colocava na cabeça, botava dentro de um prato, colocava um pavio e acendia. Hoje ninguém veste de anjo. Os devotos também assistia novena com luminária na cabeça.

Do mesmo modo, havia grande fartura de bênçãos, comida e cantoria:

O rei também ia pra casa da rainha. Lá tinha a janta. A rainha dava a janta na casa dela e aí a rainha tinha uma coroa e o rei também. O rei ia com um terno popular. Põe popular aí, porque naquele tempo não tinha terno de rico (risos). Aí ia pra igreja

---

Francisco Ignácio de Sousa vigário Capitular, sede vacante. Provisão pela qual V. Excia. Revma., há por bem dar licença para a construção de uma Capella no lugar denominado “Matto Grande” Parochia de Bomfim, ut supra. Reg. No 1º 4º e prov. as fls. 96 verso. Luiz Pitaluga, escrivão da comarca. (grifos nossos) Livro de tombo nº 01, PNSB, p. 62 e 63, s/d.

e na chegada soltava um bando de fogo. Tinha os cantores que cantava a chegada deles na igreja. E o pessoal dava leilão. Tinha as bandejadas. Tinha leitoa. Dava bandejada de leitoa, de doce. Isso era no dia 19. Naquele tempo era bom. Era gostoso. Não tinha esses rolos. Essas coisas. Dava de tarde, o povo ia tudo pra igreja. O povo era humilde.

Manteve-se até o início da década de 1950 a capela de padre Salomão Pinto Vieira, que ruiu por falta de manutenção e reforma (na versão oficial) ou foi desmanchada para ser vendida por um fazendeiro. Em 1948 um padre ao elencar as capelas filiais de Bonfim se referia a capela de São Sebastião como em processo de “decadência”. Em 1949, começou a ser feita a festa de São Sebastião em Leopoldo de Bulhões e nesse ano não houve missa na Capelinha do Mato Grande. Existiu, desde então, uma competição entre a festa do campo e a da cidade.

Por certo, a tentativa frustrada dos padres em romanizar a festa, a morte do dono do santo, a realização de uma festa concomitante na nova cidade de Leopoldo de Bulhões, o desinteresse dos camponeses pela Igreja do Padre e a migração das famílias com a construção de Goiânia fizeram que a comunidade entrasse em decadência.

Entre 1950 e 1980 a comunidade praticamente deixou de existir, voltando ao status de região do Mato Grande e perdendo a nomenclatura de povoado, usual naquela época. Embora no lugar não se cultuasse mais São Sebastião com sua festa anual, em uma chácara próxima, na chamada região da Trinta e Cinco, um devoto, Sebastião Luiz da Abadia passou a realizá-la em toda sua estrutura, com juízes, reis e cantoria. Alguns dos antigos cantadores, da época de Amâncio, bem como rezadores, principalmente da família dos Bernardo (Gonçalves), incentivaram essa festa. Para os moradores da extinta Mato Grande, ir a essa festa era participar de um momento nostálgico, recordar e reviver os tempos de infância, mesmo que a festa acontecesse em uma paisagem e um espaço distinto daquele ao qual estavam acostumados.

Senhor Sebastião Luiz da Abadia era casado com Benedita Gonçalves, prima de dona Maria de Paula Nascimento. Homem de grande valor e reconhecida devoção, desejoso de manter viva a festa de São Sebastião do Mato Grande transportou-a para sua propriedade particular, onde padre nenhum poderia interferir. Esta festa aconteceu até meados da década de 1980, provavelmente, pouco antes de seu falecimento. Seus filhos são devotos reconhecidos pela comunidade e sempre ajudam na organização das atividades religiosas que envolvam o santo ou sua igreja na Capelinha do Mato Grande.

Não podemos afirmar que o culto a São Sebastião deixou de existir. Pelo contrário, quase todas as famílias da região tinham e ainda tem uma estampa ou uma imagem

de São Sebastião e conservaram sua memória, reconhecendo seu patrocínio sobre a região, por muito tempo.

No final dos anos 1970, Nego Barroso (Sebastião Donato do Nascimento), devoto do santo, influente fazendeiro da região, moveu uma ação judicial em favor da reintegração das terras a São Sebastião, considerando que grande parte delas haviam sido fechadas na propriedade de um outro fazendeiro. Sendo assim, as terras devolutas ao santo, foram redistribuídas entre alguns primeiros moradores, lotes foram vendidos em prol da construção de uma nova capela e ela foi inaugurada em meados da década de 1980, sob bênção do então padre Leônidas Pereira.

Em Mato Grande percebemos o poder exercido pelo clero católico no início do século XX sob a vida religiosa das comunidades camponesas goianas que se mantinham isoladas da sede paroquial, ou como se refere Silva (2000), núcleo urbano principal. Como o território paroquial de Silvânia era extenso e ficava ao encargo de um único pároco, inúmeras foram as ações da Igreja para manter o controle e a fé daqueles que estavam distantes de seus olhos e do Magistério Petrino. A construção da capela de São Sebastião no Mato Grande foi uma dessas ações. Incomodava os padres de Silvânia que em seu território paroquial houvesse uma parcela de fiéis que realizassem a festa (folia) a determinado santo sem o referendo da Igreja e a presença de um padre. Para tanto, houve um período de conscientização e doutrinação dos camponeses da região quanto a necessidade de se construir uma capela para acolher a imagem do santo, saindo da posse dos devotos e sendo regulada pela figura do padre. Entretanto, a construção da capela não alterou o fluxo de vida e a mentalidade camponesa dos devotos de São Sebastião, sempre atrelada a utilidade e praticidade da religiosidade popular, geralmente desvinculada dos regulamentos e regramentos da canonicidade da Igreja. Fato é que os devotos permitiram que a capela fosse destruída, quiçá por omissão, participação ou confrontação com o clero, transportando, posteriormente, o culto do santo para uma área próxima ao povoado (região da Trinta e Cinco), longe dos olhos da Igreja. A festa acontecia nas propriedades do senhor Sebastião Luiz da Abadia, que resguardando sob a tradição da festa do santo, conservou sua estruturação ritual e as práticas votivas até final da década de 1980.

Silva (2000, p. 84) ao discutir a romanização da festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis estabelece uma análise criteriosa acerca das principais ações implementadas pela Igreja Diocesana para concretizar esse objetivo e nos ajuda a entender melhor esse processo. Dentre essas ações, destaca a realização dos giros paroquiais (visitas anuais ou periódicas feitas pelo pároco aos “bairros” da paróquia com o objetivo de pregar o catecismo, celebrar

missas, batizar e casar os que precisassem), a divulgação das cartas pastorais dos bispos e a realização de visitas pastorais por eles, que pessoalmente se encarregavam da observação do cumprimento ou não cumprimento de suas determinações. Essa realidade histórica e pastoral não foi inerente apenas a Pirenópolis. Enquanto ação humana e mobilização do poder do bispo e da Igreja em Goiás, afetou, em menor ou maior proporção toda a diocese.

Sem dúvidas, houve um grande esforço eclesial para dirimir as práticas populares de devoção não romanizadas e instituir a missa como centralidade da fé católica desde o final do século XIX. O processo de romanização entre outras questões procurava “retomar as determinações tridentinas, sacralizar o clero, reforçar a estrutura hierárquica da Igreja e diminuir o poder dos leigos organizados” (SILVA, 2000, p. 71). No Mato Grande com certeza o objetivo da Igreja era o de diminuir o poder dos leigos que mantinham um culto berrante a São Sebastião e sacralizá-lo. O resultado foi a extinção do culto, que muito pouco afetou a devoção dos camponeses. Eles continuaram devotos de São Sebastião e mantiveram o culto doméstico.

## 2.2 A CAPELA, O SANTO E A FESTA

A comunidade da Capelinha do Mato Grande surgiu e ressurgiu em torno da devoção a São Sebastião e de suas duas capelas, ambas construídas em períodos diferentes para abrigar o culto comunitário e sediar as práticas votivas dedicadas ao padroeiro. Os motivos e os agentes sociais envolvidos na construção, bem como os interesses, foram díspares, entretanto o núcleo motivador foi o mesmo: o santo. Logo, a capela ocupou e ainda ocupa um lugar especial nessas atividades festivas e é, para o devoto, um espaço sagrado e privilegiado de conexão com o padroeiro.

A primeira capela, como vimos, ruiu em meados da década de 1950, em consequência do fracasso da romanização iniciada por padre Gomes da Silva Pereira, reforçada e expandida por padre Salomão Pinto Vieira, e a transferência do culto para um lugar mais populoso, civilizado e movimentado, no caso, a nascente cidade de Leopoldo de Bulhões. O fracasso, pelo que percebemos, deve-se, em partes, a rejeição e resistência dos camponeses do Mato Grande em acatar as diretrizes da Igreja e a moralização dos costumes impostas pelos clérigos, especialmente os salesianos de Dom Bosco que assumiram o cuidado da comunidade a partir de 1930, na mesma proporção a emancipação do Distrito de Leopoldo de Bulhões (distante 12 km) e a transferência do culto religioso de São Sebastião para a

cidade recém inaugurada colaboraram também para que a própria Igreja deixasse de manter sua atenção tão voltada para os camponeses do Mato Grande e sua festa.

Destarte, essa transferência do culto teve várias motivações, entre elas: 1) os constantes conflitos entre padres e camponeses por conta da festa de São Sebastião; 2) o enfraquecimento da comunidade após a morte do “dono do santo”, o senhor Amâncio Gomes dos Santos; 3) a comodidade, agilidade e o conforto que os padres teriam em atender os devotos de São Sebastião na cidade, evitando o deslocamento até a zona rural no mês de janeiro; 4) a garantia de uma festa romanizada e de um culto dirimido de manifestações da religiosidade popular; 5) o contentamento dos interesses da comunidade leopoldense, em sua maioria composta por gente migrada do campo ou de regiões com oragos tradicionais na religiosidade popular, que não se identificava com a padroeira Nossa Senhora Auxiliadora<sup>44</sup>, santa dos padres salesianos e por eles escolhida como protetora da cidade.

A segunda e atual igreja de São Sebastião (ilustração 23) está situada em uma praça de terra, sem flores, sem arborização, sem bancos e sem asfalto. De árvore por perto há uma única gameleira, guardada e protegida pela comunidade como símbolo da antiguidade e da história do lugar. A igreja tem um estilo simples, sem torre sineira. Com cerca de quinze metros de comprimento por cinco de largura, é pequena e modesta. Em janeiro, por ser o centro das atividades festivas, torna-se ainda mais pequena. Recobrando-se de um outro colorido, com símbolos e cores específicas da festa, dá a paisagem uma outra composição, não vista fora desse tempo. Momentaneamente, por dez dias, a capela, a praça e o lugar tornam-se uma outra coisa simbolicamente e tem sua sacralidade potencializada.

---

<sup>44</sup> A festa de São Sebastião que não é mais realizada tinha um fluxo de devotos maior que a de Nossa Senhora Auxiliadora e sua arrecadação com doações de prendas e tributos era superior a da padroeira. Atualmente extinta, deu lugar a festa de São Cristóvão, realizada no terceiro domingo de julho, com grande apoio da comunidade gaúcha que a iniciou. Essa é a maior festa religiosa da cidade, contando com grande presença de pessoas de outras cidades, muitas prendas, show e movimentação financeira.

**Ilustração 27:** Forografia – Capela São Sebastião do Mato Grande em período de festa



**Fonte:** Gléria (2018)

A construção da capela simbolizou o reflorescer da comunidade, o reviver da tradição e o reforço da autoridade de São Sebastião sobre o território. Sua permanência e existência, figura como uma dádiva divina e um elo de conexão direta com os céus. Muitos devotos embora a visitem apenas na época da festa, tratam-na como um lugar diferente, um outro lugar, especial. Dobram os joelhos, tiram os chapéus, choram, rezam, alteram a postura corporal e nem sequer entram caso estejam com “roupa inadequada”. Assim, as paredes de alvenaria não marcam apenas uma realidade material concreta, mas definem limites de uma esfera sagrada, sacra e santa. Nela, os camponeses se sentem mais próximos ao santo, a Nossa Senhora, que são pessoas e não seres mágicos. O culto é pessoal, afetivo e amistoso. A capela exerce um poder mnemônico, transportando o devoto a sua juventude, ao que, rememora os avós, os pais e entes queridos já falecidos ou ausentes. Estar na capela, estar diante da imagem de São Sebastião é como posicionar-se frente a um espelho: lembranças, sentimentos, cheiros, preces e feedbacks vem à tona, o que reforça que o culto a São Sebastião está mais ligado a memória, a família, ao culto doméstico do que às atribuições e faculdades celestiais de protetor contra fome, a peste e a guerra.

Portanto, como os moradores de Montes Claros (BRETAS, 2015, p. 63), esses devotos “expressam, de várias maneiras, como sua identidade se estabelece na relação que eles tem com o lugar e o sentimento de pertencimento dá-se em virtude da região ser a mesma habitada por seus pais, avós, bisavós e quase todos possuem um laço familiar comum”, em outros casos, o sentimento de pertencimento se dá por questões afetivas se vincularem a figura do padroeiro, seja por graças alcançadas ou a nostalgia de folias, terços cantados, histórias familiares ou pessoais vividas no passado. Destarte, os devotos vão à comunidade por dois motivos principais: a devoção afetiva a São Sebastião e a memória atrelada ao lugar.

Nesse contexto, a igreja se torna o lugar de memória. “A atomização de uma memória geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo de identidade” (NORA, 1993, p. 18), lembrança e reencontro reforçado, revivido e revivificado com a representatividade estética e iconográfica de São Sebastião em seu altar, no vermelho que inflama toda a igreja em uma outra cor e composição e a própria capela enquanto casa santa e antessala do céu nesta terra de degredados filhos de Eva.

A partir da interpretação da igreja de São Sebastião enquanto lugar de memória, compreendemos o motivo dos inúmeros conflitos envolvendo padres, devotos, santos e festas nas duas últimas décadas, especialmente depois da morte do guardião do santo, o senhor Nego Barroso, que embora não tendo ligação com Amâncio Gomes dos Santos assumiu seu legado, tornando-se procurador dos interesses de São Sebastião na comunidade. Isso não se deu de forma oficial, via provisão do bispo, como outrora fora João Dias de Carvalho, mas informalmente, pois a este fazendeiro sempre se recorria quando se envolvia os interesses do santo e sua Igreja até sua morte em 2004. Embora entre a década de 1990 – 2000 a chave da igreja tenha ficado na posse de outra família não ligada aos Nascimento, a influência da família e do próprio Nego Barroso sobre a capela de São Sebastião era grande, tanto que muitas modificações e adequações na infraestrutura não foram feitas até 2004.

Muitos conflitos aconteceram e ainda acontecem porque os devotos viam/veem as adequações na estrutura física e conseqüentemente litúrgica do templo como desnecessárias quando ferem a memória da comunidade, a história local e a centralidade do culto dedicado ao orago. Os padres, principalmente os que passaram pela comunidade nas duas últimas décadas, viam as adequações como uma necessidade litúrgica e o espaço como um lugar adaptável aos interesses e as atualizações da Igreja. A capela tinha e tem significados diferentes para os agentes sociais que a mantêm: de um lado leigos, em sua maioria

camponeses ou praticantes de um catolicismo popular, e de outro os padres, representantes da Igreja oficial.

Em 2004, ano da morte de seu Nego Barroso, assumiu a paróquia de Leopoldo de Bulhões e conseqüentemente a capela do Mato Grande um padre da região metropolitana, com fama de conservador. Tão logo esteve na comunidade pela primeira vez, solicitou que a imagem de São Sebastião fosse retirada do nicho central, colocada em um espaço lateral e desse lugar a um pequeno crucifixo, doado por ele para este fim. A comunidade resistiu por um tempo, entretanto acabou cedendo a sua determinação.

**Ilustração 28:** Fotografia – Capela São Sebastião alguns anos após sua construção (década de 1990)



**Fonte:** Acervo do autor, 1990.

O oratório de cimento (ilustração 29) ficava no centro do presbitério e nele se mantinha a veneranda imagem de São Sebastião. Ninguém nunca a havia mudado de lugar. De lá saía apenas nas procissões anuais em dezenove de janeiro. Para ele convergiam os olhares e as súplicas dos fiéis. Era o centro da vida da comunidade. Assim como nos cultos domésticos, nos cultos coletivos ele continuava sendo o elemento nuclear, mantendo uma relação direta e pessoal entre si e os devotos (TAVARES, 2013, p. 40).

O padre, achou um desrespeito com Jesus, primaz do culto cristão, o forte apego e o culto supersticioso que as pessoas da comunidade dedicavam ao padroeiro e determinou que

fosse colocado em uma cantoneira lateral (ilustração 29). Desagradou os devotos o “rebaixamento” dado ao santo e muitos “bate-bocas” aconteceram depois das missas. As irmãs Filhas de Nossa Senhora da Providência, percebendo a resistência da comunidade em aceitar a retirada da imagem iniciaram um processo de formação catequética na primeira quinta-feira do mês, no sentido de inculcar na cabeça dos fiéis a centralidade do culto litúrgico católico a Santíssima Trindade, em especial Jesus Sacramentado. Nessa época, as freiras trataram com afincamento a presença de Jesus na Eucaristia e os benefícios que a comunidade teria em manter Jesus custodiado no sacrário. Com essa ação, no século XXI, repetiam-se movimentos, enfrentamentos e entrechoques já travados, em uma maior ou menor conjuntura, com os ancestrais dos devotos no século passado. Em resposta, houve um boicote na doação de prendas a festa de janeiro, uma crescente ausência dos fiéis às missas mensais, o que ainda se mantém, chegando ao ponto do padre não ter a quem celebrar e quem queira assumir os compromissos da festa.

**Ilustração 29:** Fotografia – Capela São Sebastião sem o nicho central do padroeiro



**Fonte:** Gléria (2016)

Tão logo o padre foi transferido, o novo coordenador da comunidade voltou o santo ao seu lugar de origem, atitude encorajada e apoiada pelos devotos, principalmente pela família do senhor Nego Barroso, a qual pertencia e pertence o atual coordenador. Em 2006, o pároco (outro) destituiu a capela de suas características originais, dando-lhe um pouco mais

de altura, janelas mais compridas, vidros coloridos e a cerâmica branca no lugar do piso em “vermelhão”, tudo em comum acordo com a comunidade. Quando propôs a demolição do nicho central de São Sebastião e a fixação de um crucifixo em seu lugar, como outrora havia feito o antecessor, encontrou grande rejeição entre os devotos e reascendeu-se a briga de outrora. Os devotos não aceitaram novamente a troca, justa para o padre, injusta para eles. O desgaste resultante da discórdia e a impossibilidade de encontrar mão de obra que tivesse coragem de destituir o santo de seu lugar, fê-lo concordar com a demolição do antigo nicho de cimento e a construção de um novo nicho embutido na parede.

**Ilustração 30:** Fotografia – Capela São Sebastião no dia 20 de janeiro - Troca das coroas



**Fonte:** Gléria (2018).

Muitos padres passaram pela comunidade desde então, havendo momentos em que o santo foi posto e retirado de seu nicho, não sem antes haver um enfrentamento ou conciliação com os devotos. Apenas em 2017, o novo padre permitiu que o santo fosse colocado definitivamente em seu lugar de origem, onde ainda permanece, ladeado por Santa Terezinha do Menino Jesus (à direita), Santa Luzia (à esquerda), o sacrário também a esquerda (ilustração 30) todos três acrescentados depois da reforma e o Divino Espírito Santo cuja imagem trocada por uma nova foi conservada sobre o nicho do padroeiro.

Procurando entender a razão de uma monja carmelita e uma mártir da Igreja Primitiva estar na composição da esfera litúrgica e iconográfica da capela do Mato Grande, percebemos que a última, virgem e mártir, é muito querida devido suas graças na proteção dos

olhos. As pessoas durante a movimentação da festa de janeiro veem-na e rezam aos seus pés pedindo bênção para os olhos. Entretanto, sua imagem não pertencia à comunidade, que tinha dela apenas uma estampa, atada em um pequeno quadro, doada por uma senhora que se converteu ao protestantismo. A razão, portanto, de estar no lugar onde estava consiste no fato de ser uma imagem inutilizada na matriz de Leopoldo de Bulhões e sem nicho próprio naquela igreja ou devotos para cultuá-la foi levada à capela assim que foi concluída a reforma. O mesmo se deu com a imagem de Santa Terezinha, “santa de olhos bonitos” que muitos devotos não conhecem. O pedido da doação das imagens foi feito pelo coordenador da capela que queria duas imagens proporcionais ao santo e que fossem bem feitas, ou seja, de material e qualidade considerável. Na ausência de imagens de santos da devoção do povo<sup>45</sup> e de dinheiro para comprar imagens novas, acolheu-se as imagens doadas pelo padre.

O Divino Espírito Santo foi inserido no cume do nicho de São Sebastião pelo coordenador da comunidade, um jovem rapaz, devoto da terceira pessoa da Santíssima Trindade e com grande ligação com a cidade de Pirenópolis, cidade goiana que tem uma grande devoção a esta divindade. Desde 2016 não se desvinculam as duas imagens: onde está São Sebastião também está o “Divino”. Para o primeiro são dedicadas todas as preces e cantos, mas ao segundo reconhece-se o valor e a proteção, posto que é para os católicos o distribuídos dos setes dons e “a luz dos corações”. Especialmente as pessoas mais antigas da comunidade reconhecem-se devotas do “Divino” e marcam-no como “Divino” para diferenciá-lo do “Divino Padre Eterno” que é outro. Do mesmo modo que São Sebastião, o “Divino” tem faculdades de proteção contra a fome, a peste e a guerra. Brandão (1989, p. 16) afirma que Ele, o Divino, “ilumina, fortalece, dá os dons e protege coletivamente. Pois no passado a ele se orava contra a peste, a fome e a guerra, e é em boa medida isto o que a memória popular guarda quando o festeja” e assim compreendemos porque há uma relação conexa entre o culto da terceira pessoa da Santíssima Trindade e o padroeiro em uma única festa.

A comunidade, assistida mensalmente pelo padre e constantemente monitorada pela Igreja, continua apresentando traços de religiosidade popular, comuns e presentes no passado, no tempo dos pais, avós, bisavós e tataravós dos atuais moradores. A rainha do ano de 2018, por exemplo, levou nos braços durante toda procissão um quadro do Anjo da

---

<sup>45</sup> Na comunidade da Capelinha do Mato Grande percebe-se uma grande devoção ao Divino Pai Eterno, Divino Espírito Santo, São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida. Excluídos estes não há outros oragos católicos com muita referência de culto. Conversando com pessoas presentes na festa de janeiro entre 2016-2019 percebemos que estes títulos são os que mais se sobressaem e têm grande número de devotos, especialmente Divino Pai Eterno e o padroeiro, São Sebastião.

Guarda, herança de sua tataravó falecida em 1974, Luíza Peixoto do Nascimento, grande devota de São Sebastião. O quadro representava naquela circunstância.

Destarte, percebemos que a transmissão dos preceitos religiosos de geração em geração fomentaram a perpetuação das práticas votivas, o culto doméstico e afetivo a São Sebastião, a reprodução de comportamentos e a visão acerca da capela enquanto casa de São Sebastião. Rodrigues (2016, p. 33) afirma que situações como essa, de perpetuação de tradições e práticas do catolicismo popular, acontecem no seio familiar, durante a infância e a adolescência, consolidar-se as aquisições que concernem às técnicas e às atitudes convenientes à vida cotidiana e na família o devoto ser instruído, inserido e formado sobre os rituais e os mitos específicos da religião, conforme a ideologia de seus pais, seus antepassados e a sociedade a qual pertence.

Desse modo, a capela representa o desejo da comunidade do Mato Grande em reviver suas tradições e vincula-se indissociavelmente a São Sebastião, sendo para ele a tenda, a morada e o trono em meio aos homens, devendo, portanto, conservar as características e as composições adequadas para abrigá-lo. A capela é um outro céu, um solo, um espaço sagrado, com influências e forças místicas, guardiã dos principais símbolos e credos da fé católica. Nela está a centralidade do culto dos devotos da Capelinha do Mato Grande: a imagem de São Sebastião, visitada e venerada diariamente durante os dez dias de festa.

A festa se enquadra naquilo que Brandão (1989) caracteriza como culto religioso nômade, pois não se fixa a um único lugar, sofrendo alterações diárias e anuais, já que de um ano para o outro surgem novos percursos e outras casas são visitadas por São Sebastião e sua corte musical. Seu sentido principal, de juizado, é fazer o santo girar pela comunidade e movimentá-la em preparação para o dia do santo, no caso, vinte de janeiro, distribuindo, assim, dádivas e bênçãos aos seus devotos.

Os juízes são pessoas simples do povo. Exercem o papel de noveneiros e encarregados daquele dia em questão, cuidando, portanto, da distribuição de comida e acolhida aos devotos de São Sebastião, que em sua maioria não são da comunidade e vem de outros lugares, até distantes, para participar das atividades festivas.

A novena do padroeiro começa sempre no dia onze de janeiro de cada ano e é concluída no dia dezenove, sendo o dia vinte o dia da grande festa, centro principal das atividades religiosas, com grande concorrência de devotos: as missas mensais, fora do período de festa, têm entre cinco e dez pessoas, durante a festa chega a ter muito mais de cem pessoas. Os devotos distinguem a festa com dois nomes específicos: à novena chamam de juizado, por ser cada dia da incumbência de um casal, e ao dia vinte chamam de reinado, por ser o dia dos

reis que exercem o papel de festeiros e procuradores do santo. Todos os dias há cortejos, conduzindo os “escolhidos” de suas casas a capela de São Sebastião.

Essa estrutura de culto coletivo adotada pelas antigas irmandades dos santos dos negros parece ter sido adaptada ao culto a São Sebastião, como ainda não encontramos em nenhuma outra parte do estado de Goiás, por Amâncio Gomes dos Santos e outros camponeses no final do século XIX, momento em que as irmandades dos santos negros ainda tinham grande influência em Bonfim (Silvânia) e o culto de seus padroeiros eram repletos de pompa e fartura, o que os devotos do Mato Grande também quiseram dar ao seu padroeiro. Não sabemos, no entanto, se Amâncio Gomes ou algum dos pioneiros do culto ao santo, pertenciam à irmandade de São Benedito ou Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. O único fato evidente é que o benfeito era um homem negro, devoto de um santo branco.

Não há evidências de nenhuma irmandade dedicada a São Sebastião na Paróquia Nosso Senhor do Bonfim, não por via oficiais, pois inexistem estatutos aprovando e dando legalidade a uma irmandade dedicada ao santo, entretanto um trecho de uma antiga cantoria indicia que os devotos se intitulavam irmãos e membros de uma “irmandade” de São Sebastião: “Lá vem São Sebastião procurando sua morada! ai, ai! Vai gritando viva! Viva esta linda irmandade!” (P.L.A, 67 anos), o que pode explicar a bricolagem e o mosaico que é a festa de São Sebastião unindo elementos da festa dos santos negros, da folia e da religiosidade popular.

Embora não seja considerada uma folia, percebe-se nessa “novena” a mesma estrutura comum às folias goianas, onde se vai de um lugar a outro conduzindo a bandeira do orago, fazendo para tanto a “alvorada” e depois a “entrega” da bandeira.

Por fim, evidenciamos que a partir da sufocamento do culto a São Sebastião no Mato Grande, outras comunidades ou festas dedicadas ao orago surgiram em torno figurando a festa do Mato Grande como o centro para o qual convergem essas devoções, posto que foi a pioneira. Com a migração de devotos e a supressão da “festa” para atender as demandas e os interesses religiosos surgiu em volta da antiga igreja do Mato Grande novas igrejas de São Sebastião. Certamente, após a queda da capela, muitos devotos que não podiam mais frequentar a romaria. Surgiram as comunidades de Goiavista (1953), que ainda hoje realiza a festa de São Sebastião no mês de agosto, Bonfinópolis (década de 1950), hoje paróquia e com festa muito concorrida realizada em setembro, - essas localidades distam do povoado da Capelinha cerca de 10 km – e a festa de São Sebastião do Sobradinho, realizada em fazendas da região de Bonfinópolis (1949).

Um movimento importante, dentro desse contexto, é aquele que Eliade (1976) caracteriza como “eterno retorno”. A festa, antes adormecida ressurgiu, em uma nova formatação, e adquire, aos poucos, os ares de romaria. Se quase inexistem católicos na comunidade, exceto aqueles que auxiliam nas atividades da festa, no dia 20 de janeiro aparecem pessoas de várias cidades a procura da bênção do santo.

Neste ano de 2019, os reis escolhidos para a festa de 2020 são de Bonfinópolis e já manifestaram seu interesse em fazer os juizados em localidades distantes da capela, girando com santo e movimentando o espaço em prol da grande festa no dia 20 de janeiro de 2020, fazendo, desse dia uma concentração semelhante a de uma romaria. Se na década de 1950 a devoção a São Sebastião se espalhou por outros motivos, atualmente, ela se espalha outra vez, mas em um outro sentido, o de conduzir os devotos ao centro da fé, que no caso é a Igreja da Capelinha do Mato Grande.

Em contrapartida, o padre anunciou na missa do dia 28 de abril de 2019, a dez fiéis que estavam na missa no dia 28 de abril de 2019, que fecharia a capela de São Sebastião, devido à reduzida participação do povo nas missas mensais e a impossibilidade de realizar a festa, rezar terços e/ou quaisquer outros tipos de prática votiva que envolvesse o padroeiro. Seria o eterno retorno se manifestando novamente na vida da comunidade? Por certo, isso prova que os conflitos do passado, na história da comunidade, ainda permanecem latentes na atualidade.

### 3 ELE DESCEU LÁ DO CÉU, NA BANDEIRA ELE ASSENTOU

Neste capítulo, pretendemos aproximar religião e religiosidade popular que contrapor ambas, em uma discussão sobre trocas permanentes (não excluídos os conflitos), refletimos sobre memória afetiva, tradição e devoção a São Sebastião na folia da Posse; personificação do santo na bandeira e as devoções plurais que envolvem a fé católica dos atores sociais da Capelinha do Mato Grande.

#### 3.1 DESDE QUANDO EU ENTENDI POR GENTE TINHA A TRADIÇÃO: A FOLIA DE SÃO SEBASTIÃO EM SILVÂNIA<sup>46</sup>

Em meados do século XVIII, alguns faiscadores de ouro, bateando as águas avermelhadas de um riacho, encravado no sopé de uma planície do arraial de Santa Cruz, encontraram uma significativa quantidade de ouro e fixaram-se no local. Tão logo, construíram uma capelinha de pau-a-pique na “praça” dos ranchos, dedicaram-na ao Senhor Bom Jesus do Bonfim e tomando emprestado o nome do padroeiro, nomearam o arraial.

A data efetiva da fundação do arraial é incerta; A maioria dos apontamentos se baseia na informação do cônego Luís Antônio da Silva e Sousa de que o “pequeno arraial de – descoberto pouco mais ou menos no ano de 1774, tem a capela do Senhor do Bom Fim, filial de Santa Cruz” (SILVA e SOUSA, 1812, grifo nosso, apud BORGES, 1981, p. 127). Muitos teimaram em traduzir o *pouco mais ou menos* como um incisivo *foi no ano de 1774*. Embora a afirmação seja clara ao não apresentar uma precisão de datas – talvez por àquela época (1812) já existirem discordâncias sobre o assunto – todos os relatos acerca de Bonfim no século XIX, não se preocuparam em indicar algum tipo de imprecisão quando usavam o ano de 1774 para tratar como a data “oficial” de fundação do arraial.

Entre tantas incertezas, o que há de certo é que o ouro encontrado nas lavras de Bonfim embora fosse de boa qualidade era pouco na quantidade e incapaz de atender a desenfreada sanha do homem pela riqueza. O aumento do número de garimpeiros e migrantes, a modernização das técnicas de extração e outros fatores colaboraram para que, em questão de pouco tempo, se esgotasse tanto que não o encontravam mais sem longo e dispendioso esforço. Lavras foram abertas em pontos próximos ao arraial e logo ganharam o espaço

---

<sup>46</sup> Depoimento de J. M., 63 anos, folião de São Sebastião da região da Posse, em Silvânia. Entrevista feita em 15/06/2018.

urbano, resultando na extinção da antiga Rua de Santa Luzia e quase na demolição da Igreja do Senhor do Bonfim.

Mesmo com a decadência na exploração do ouro, muitas famílias insistiram em permanecer no arraial e se dedicar a outras atividades, como a agricultura e a pecuária. Outras tantas migraram para ele, pois viam-no como um lugar com grande potencial: escola de instrução primária, localização privilegiada na região do Mato Grosso Goiano, solo fértil, abundância de água, etc. Grande parte dessas famílias provinham de Minas Gerais, principalmente de Paracatu do Príncipe (Cotrim de Carvalho, Pereira dos Santos), São Paulo e de arraiais goianos, como Meia Ponte (Rodrigues de Moraes, Gonçalves, Peixoto dos Santos, Albernaz, Nascimento, Lopes da Silva), Santa Luzia (Affonso do Rego, Bueno, Damásio de Souza, Espíndola, Cunha Telles, Mendonça, Meireles, Costa, Amaral, Neiva) e Santa Cruz (Rodrigues do Nascimento, Souza, Silva, Mendes do Vale, Araújo, Nascimento, Monteiro da Silva), o que claramente se percebe ao se analisar os registros dos primeiros livros de casamento da paróquia, com data de 1833. Nesses registros havia-se uma preocupação em anotar o lugar de origem dos nubentes. Consideramos também que grande parte dessas anotações já apresentavam os nubentes como naturais de Bonfim.

Esses livros de casamento, somados aos livros de batismo, termos de compromisso das irmandades e atas, documentos importantes e raros da historicidade de Bonfim e dos Guayazes, estão precariamente armazenados em um armário na secretaria paroquial, pois a paróquia não tem recursos próprios para a criação de um museu ou acervo paroquial ou uma infraestrutura adequada para preservá-los das intempéries do tempo. E Silvânia, embora tenha muito o que preservar, ainda não possui um centro de documentação, como outras cidades históricas. Em suma, os documentos dessa cidade, como tantos outros em Goiás, correm o risco de logo não mais existirem ou caso ainda existam, não serem mais passíveis de pesquisa para levantamento de dados.

Mesmo diante dessa precariedade no arquivamento da documentação, percebemos que houve e ainda há uma preocupação da Igreja Católica e dos responsáveis diretos em mantê-la conservada e cuidada, pois não falta um único livro desde 1833 e todos estão totalmente legíveis, sem rasuras, rasgos e prejuízos que não sejam aqueles causados pela ação do tempo.

A localização privilegiada de Bonfim se dava principalmente pelo fato de estar encravado na rota comercial que ligava São Paulo, Vila Boa e Meia Ponte e ser um dos principais pontos de parada dos viajantes, tropeiros, boiadeiros e comerciantes durante a cansativa viagem que permitia a entrada em Goiás pelo sul goiano. Essa rota antes por uma

estrada que passava por Santa Cruz, foi encurtada em grande quantidade de quilômetros com a criação do arraial de Bonfim e facilitou consideravelmente o escoamento de mercadorias. Curado (2013, p. 65), em seu estudo sobre o transporte beijado em Goiás, constatou a existência de muitos “registros antigos de caminhos e rotas que marcaram a busca de gado e de lugares ideais para a agricultura, evidenciando a riqueza do chão, nas imediações de Bonfim de Goiás”.

Em meados do século XIX, período em que as igrejas dos santos padroeiros e algumas capelas filiais da Capitania de Goiás foram demolidas, ampliadas ou reconstruídas devido ao crescimento populacional dos arraiais e das vilas, a Igreja do Bonfim adquiriu a forma que conserva até os dias atuais, com paredes de adobe e taipa de pilão erguidas em sistema de gaiolas, capela mor, nave assoalhada e duas capelas laterais com piso em mezanela.

Até a década de 1820, a igreja monopolizou o culto religioso e a vida social do lugar. A ela acorriam todos que desejavam batizar, crismar, casar ou sepultar os seus. No mesmo período, conforme os interesses de grupos de fiéis, a devoção coletiva e a incapacidade da matriz em atender as funções religiosas, construíram-se capelas filiais: Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, construída próxima à igreja do Bonfim, pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a Irmandade de São Benedito; Nossa Senhora da Piedade de Suçupara (Bela Vista de Goiás) e Nossa Senhora da Conceição de Campinha das Flores.

O pouco que se sabe das manifestações e atividades religiosas da Matriz do Bonfim se remete, no máximo, ao início do século XX. Registradas nos escassos e raros documentos existentes (o primeiro livro de tomo foi escrito em 1915), na história oral, nas memórias de moradores mais antigos da cidade, estão silenciadas, esquecidas diante de uma política de pesquisa e registro.

As fontes primárias de pesquisa permitiram-nos frugalmente perceber que as manifestações religiosas de Bonfim eram as mesmas comuns às paróquias mais antigas de Goiás, como a festa do Divino Espírito Santo, juizado de São Benedito, reisado de Nossa Senhora do Rosário, festa de São Sebastião, festa da Santa Cruz, procissão do Encontro, Setenário das Dores e procissão de Corpus Christi, e a partir de meados do século XX a festa de Santa Teresinha do Menino Jesus.

O que nos interessa saber é que o padroeiro tinha um culto muito forte e significativo, com pompa e honra digna das festas patronais das antigas cidades goianas. Em primeiro de janeiro realizava-se a tradicional e concorrida festa. Nesse dia as famílias da

região se encontravam para suplicar a bênção do Senhor Bom Jesus do Bonfim para o ano que começava e agradecer pelo ano que havia se passado. Era também a “missa do Ano Bom”. Haviam leilões, missa cantada, e pelos registros dos livros de tombo, ao menos até a década de 1940, era uma das festas mais concorridas e queridas pelo povo.

No mês de maio, mês de Maria, os jardins dos casarões, casinhas, casebres e ranchos ofereciam as melhores flores para enfeitar os altares laterais e o altar mor do Senhor do Bonfim, mantendo a sutil e tradicional competição entre as mulheres, que procuravam no decorrer dos trinta e um dias do mês enfeitar melhor este ou aquele altar. O costume de enfeitar os altares sobreviveu até meados do século XX e foi sepultado com as senhorinhas bonfinenses que teimavam em manter viva uma memória religiosa, familiar e votiva.

Em campo, intrigou-nos o silenciamento das tradições religiosas em uma cidade com percurso histórico e catolicismo conservador tão forte como o que havia em Silvânia até a década 1940-1950, destoando de outras cidades antigas do estado de Goiás, como Pirenópolis, cidade de Goiás, Santa Cruz, Corumbá, etc., onde (sub) existem atividades religiosas barrocas. Também chamou-nos a atenção a substituição do culto patronal do Senhor do Bonfim pelo de São Sebastião, ao que para o primeiro nem se faz festa, enquanto o segundo tem a maior festa da cidade, realizada sempre no mês de julho.

Conversando com alguns moradores da cidade e, especialmente, pessoas diretamente ligadas a movimentos e pastorais da paróquia, evidenciamos uma constante referência discursiva a “Cristo Ressuscitado” e a “Páscoa” enquanto centralidade da fé católica e a necessidade da igreja adequar a linguagem religiosa ao popular, sendo já desusadas atividades paralitúrgicas anteriores ao Concílio Vaticano II<sup>47</sup>. Com isso entendemos que, questões de ordem cultural, social, política e pastoral e a atuação dos religiosos de vida consagrada<sup>48</sup>, posto o papel de liderança, catequização e doutrinação que exercem, alteraram os gestos rituais da comunidade de Silvânia foram no decorrer do tempo.

A partir da década de 1830, a Matriz do Bonfim dividiu as atividades religiosas com a igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída pela irmandade de Nossa Senhora do

---

<sup>47</sup> O Concílio Vaticano II aconteceu entre 1964-1970 na Igreja Católica Apostólica Romana e lhe deu uma nova configuração dentro do contexto moderno. Os leigos adquiriram um espaço maior e uma oportunidade de atuarem e se engajarem nas atividades pastorais. Foi a partir dele que as missas pelo mundo todo começaram a ser rezadas em língua vernácula e o padre a se portar de frente para o povo, pois até então ele rezava a missa de costas para a assembleia. Um dos pontos fortes do Concílio Vaticano II foi o rompimento com a visão barroca de dor e sofrimento no culto católico, pois a centralidade de todo o culto canonicamente tornou-se a Páscoa, não que já não o fosse antes, e conseqüentemente na ressurreição de Jesus Cristo.

<sup>48</sup> Em conversa informal, uma senhora atribuiu às comunidades religiosas de vida consagrada que atuam na paróquia a extinção da Festa do Divino, a supressão dos rituais da semana santa e a “motivação” do desinteresse da comunidade por esses costumes, inclusive o culto ao padroeiro, Senhor do Bonfim.

Rosário em uma praça não muito distante. Ainda assim, permaneceu como o principal local das celebrações de batismo, crisma, casamento e das festas ao menos até a construção da nova e atual Igreja do Rosário (1950). Desde então, a igreja do Rosário, um tanto moderna e maior, foi ocupando o lugar de matriz da Paróquia do Senhor Bom Jesus do Bonfim, chegando ao ponto de, atualmente, a ex-matriz do Bonfim, expropriada de seus privilégios, ter uma única missa semanal, no sábado à noite, comprovando ainda mais o silenciamento da figura do padroeiro.

Destarte, o sentido original da igreja do Bonfim foi ressignificado, transmutado em meados do século XX, diante da necessidade estrutural da paróquia que se via em situação de oferecer um espaço mais amplo para o atendimento dos fiéis. Embora a igreja abrigasse o orago a quem a paróquia era dedicada, questões de ordem superior à devoção resultaram no processo de transferência da sede paroquial. Ao invés de se construir uma nova igreja matriz para o padroeiro, preservando a antiga, como em Trindade, Goianápolis, Senador Canedo e outras cidades de Goiás, em Silvânia construiu-se uma nova igreja dedicada a um orago diferente.

Sob a própria igreja do Rosário (a antiga) paira mistério e dúvida. Demolida na década de 1930, não há esclarecimentos no livro de tombo da paróquia sobre seu estado de conservação ou as motivações de sua demolição, o que é uma verdadeira incógnita. Há apenas, na década de 1940, registros de uma intensa movimentação do clero no intuito de construir uma nova igreja dedicada a santa, por insistência de seus devotos, sobretudo de influentes mulheres da cidade. Essa igreja, também dedicada à Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, foi demolida em data muito próxima a demolição de outras duas igrejas dedicadas a mesma invocação mariana em cidades históricas: uma na cidade de Goiás e outra em Pirenópolis. Isso parece ser muito mais que uma simples coincidência. Parece ser uma tentativa da modernização em apagar resquícios de um Brasil atrasado e escravocrata ligado aos santos padroeiros dos negros.

Em pesquisa de campo, pudemos perceber que as missas da Igreja do Bonfim, celebradas aos sábados, às 19h, tem menos pessoas que as missas dominicais celebradas na Igreja do Rosário. Sobre esse quantitativo e fluxo de fiéis obviamente pesam questões que vão além da filiação votiva e devocional do fiel católico à determinado orago, como a adequação e disponibilidade de horário das celebrações religiosas. Enquanto na primeira igreja há quase sempre um número reduzido de fiéis, composto em sua maioria por idosos, na última há um número maior de jovens e adultos.

Em meio a desabamentos, constantes ameaças de demolição, reformas precárias e o conseqüentemente abandono pelos fiéis e pelo próprio clero, essa igreja, dedicada ao santo padroeiro da paróquia e da cidade, ainda se mantém como “lugar de memória” para muitas pessoas da comunidade, que nela fazem questão de ir rezar e cumprir suas obrigações religiosas. Em um momento em que observávamos o altar de Nossa Senhora das Dores ia embora uma senhora que já havia feito suas orações diante do sacrário. Ela não saiu sem antes dizer ao sacristão *“Eu me sinto tão bem aqui. Se deixar venho toda hora”*. Entretanto para outros, inegavelmente, a igreja não passa de um “lugar de história” e o padroeiro um simples elo do passado, pois:

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam ela; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares e simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura e projeções (NORA, 1993, p. 9).

Assim, “[...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento; fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para – o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais” (NORA, 1993, p. 22).

Nesse contexto, a devoção a São Sebastião substituiu o culto ao padroeiro, de forma não oficial, mas popular. Em termos legais e eclesiásticos o padroeiro é o Senhor do Bonfim.

A festa começa logo depois da festa do Divino Pai Eterno, em Trindade e tem dois desdobramentos: uma programação religiosa para o espaço urbano e outra para a zona rural. A “festa da Igreja” dura dez dias, contando diariamente com a reza do terço, missa, leilões, etc., e tem grande participação de pessoas, sobretudo no último final de semana. A outra, mantida por mestres do saber popular, foliões, camponeses, empresários, agricultores e outros agentes sociais, estende-se pelo mês de junho, dura em média seis dias e não é tão concorrida.

Em campo, acompanhamos a folia de “Seu” Zé Carreiro, na região da Posse<sup>49</sup> e identificamos claramente que “a religiosidade popular tem por essência a prioridade da vida coletiva e a festa envolve toda a comunidade” (TAVARES, 2013, p. 42). Os foliões, em sua maioria, chegaram à casa do “pouso” a cavalo e foram muito bem recebidos e tratados. Nos bastidores do preparo da comida, ornamentação da casa, limpeza e preparado do ambiente,

---

<sup>49</sup> O pouso aconteceu na casa do Sr. Acrísio, em 16 de junho de 2018.

ficou nítido que o sentimento de coletividade, pertencimento e solidariedade são muito fortes nesses momentos festivos.

Segundo um folião na ocasião havia mais de sessenta cavaleiros envolvidos na atividade religiosa. Isso afirmou, não sem antes frisar que muitos estavam ali por conta do “baile”, da “farrá” e pouquíssimos se interessavam pela cantoria e a reza, o que pudemos comprovar durante a chegada da bandeira e a reza do terço. Praticamente, inexistiam jovens nesses momentos de reza e sacralidade. Mas o que é a festa senão cantoria, reza, lazer e diversão? Vários são os motivos pelos quais as pessoas vão a ela e cada qual a vivencia de um modo.

Não há muitos elementos que diferem a folia de São Sebastião de Silvânia das demais folias goianas e brasileiras. Merece destaque a fartura de comida, bênçãos, cantorias e rezas, e, de modo particular, a presença do barulhento clavinote (ilustração 31).

**Ilustração 31:** Fotografia – Membro da família do anfitrião preparando clavinote



**Fonte:** o autor.

A arma de fogo artesanal, composta por um cano de ferro e um pedaço de madeira acoplado (coronha), é disparada durante a chegada da bandeira do orago na casa do “pouso”, em uma competição de tiros, liderada por dois grupos: o da família anfitriã e o dos foliões (ilustração 32). A cada tiro dado se deve obter uma resposta igual ou superior, o que depende da quantidade de pólvora colocada no cano e a força empregada no disparo do gatilho. A cada contemplação dos mistérios do terço, também se soltam fartos tiros, de um e outro lado.

Atualmente, por questões de segurança, os homens envolvidos na atividade usam um equipamento para evitar prejuízos auditivos.

**Ilustração 32:** Fotografia – Foliões de São Sebastião com os clavinotes preparados



**Fonte:** o autor.

Uma observação importante a se fazer é que a bandeira de São Sebastião, antes do início da cantoria e de ingressar na casa do morador, é levada primeiro aos foliões e familiares do anfitrião encarregados de disparar os tiros, em um ato de reforço dos laços de unidade e comunhão com o grupo religioso.

Os foliões mais velhos ainda conservam o costume de “pousar” junto com a bandeira, resguardando-a e protegendo-a, como verdadeiros guardiões que são ou ao menos acreditam ser. Assim, suas camas são estendidas no meio do capim braquiária, debaixo de árvores ou dormem em redes. Explicou-nos V.M., 64 anos, que eles preferem dormir junto com a bandeira por uma questão de praticidade e comodidade. Como muitos moram longe e o baile vai até quase amanhecer, fica “puxado” ir para casa e voltar logo cedo para “alvorar” a bandeira e seguir viagem. Quem não tem carro, como ele, dorme ali no chão mesmo. Frisa “vida de folião é assim mesmo”.

No último sábado da festa, encerramento da novena, os foliões dirigem-se a Igreja de São Sebastião e fazem a entrega da folia (ilustração 33) e das outras trinta e uma bandeiras, utilizadas no período de “giro”. Antes, achávamos que se tratava da ocorrência de trinta e duas folias concomitantes, mas entendemos, a partir da explicação dos próprios foliões, que a maioria dessas bandeiras não giram com cantoria. São entregues a uma família de devotos que sai de casa em casa pedindo donativos para o santo, sem o acompanhamento de instrumentos musicais e a caracterização própria de uma folia, como os pousos, as catiras, etc. Torna-se,

portanto, mais um meio de movimentar e convidar os moradores da região para a festa do padroeiro, angariando também fundos para ele e suas obras.

**Ilustração 33:** Fotografia: Entrega das bandeiras de São Sebastião no encerramento da festa



**Fonte:** o autor.

Assim, percebemos que no caso de Silvânia, recebe o culto de santo padroeiro um outro santo, diferente do orago oficial, o que se explica por conta da transformação da mentalidade das pessoas, os movimentos da religiosidade popular, as necessidades dos devotos e as memórias afetivas.

Em nosso tempo de infância, vivenciávamos a cada janeiro a entrega de um bezerro a São Sebastião por nosso avô. Ele, um octogenário devoto, mesmo sem antecipação ou pedido, deixava resguardado o melhor bezerro para dar ao santo, quando viesse bater a sua porta. Não hesitava também em dar-lhe algumas sacas de café, arroz ou demais alimentos colhidos no ano anterior. Tudo era um modesto agradecimento, como em uma situação de compadrio, em que se oferece ao santo uma oferenda em troca de uma bênção.

Lembrança semelhante tem senhor Abel<sup>50</sup>, 64 anos:

Minha mãe mesmo... Fui criado com uma fazendeira. Minha mãe hora que nascia um bezerro ou uma bezerra bonito, bão ela falava “Isso aqui é de São Sebastião”. Não era pedir não. Já era separado. Essa fé era pra evitar peste no gado, dar aquelas doenças que ninguém entendia, sabia o que que era. Então eles apegava antigamente, os fazendeiros, apegava muito com o São Sebastião, a oração do São Sebastião, e com o salmo 91. E aí, sempre não tinha nada na fazenda não. [...] Minha mãe era

<sup>50</sup> Entrevista feita em 28/04/2019.

devota demais de São Sebastião. Nessa festa aí ela trazia a família tudo. Ela tinha cinco filhas. E minha mãe legítima morreu no meu parto. Aí essa era tia. Irmã do meu pai. Ela que me criou. Uma fazendeira bem. Então ela fazia todo mundo vir para a festa. Tinha que vir. Vinha de carro de boi. A Cavallo.

Assim, podemos entender que os santos de devoção familiar ficam inscritos na história coletiva e nas práticas de culto, e como teias de significado, são passadas, como uma herança cultural e religiosa, por gerações. “À medida que novos integrantes vão nascendo, eles vão sendo apresentados a religião que domina o seio familiar e, conseqüentemente inseridos na celebração que a família realiza, fato que reflete o envolvimento de todos nos diferentes momentos (antes, durante e depois) que exigem o esforço e o trabalho coletivo” (RODRIGUES, 2016, p. 34). Cada família, tendo seus santos de maior apego, reúnem-se em datas especiais para festejá-los e os que crescem participam dessas práticas. Muitos, nem todos, conservam-nas e as mantêm.

Além desses sinais materiais e concretos, mantidos a partir de reuniões e gestos coletivos/afetivos, ainda existem sinais que ficam impregnados na memória dos descendentes de forma implícita, como uma carga genética que não pode ser vista, adquirida voluntariamente, mas absorvida pela experiência e a vivência, onde elementos do culto religioso de alguém mais velho e querido passa a integrar sua própria mentalidade e seu universo sagrado.

Assim, é plausível considerar que a imersão na prática religiosa se dá durante a infância, momento em que as crianças acabam desenvolvendo a satisfação de compartilhar da mesma crença de seus familiares, participando das festividades e outros ritos de demonstração da fé ao acompanharem seus genitores. Por outro lado, outras crianças vivenciam intrinsecamente o fazer a festa por pertencerem a famílias que realizam celebrações festivas em honra a alguma santidade (RODRIGUES, 2016, p. 33).

A afetividade, portanto, influencia a percepção do valor que o santo tem para o devoto. Desse modo, a estátua, a bandeira, o hino, os gestos rituais, a festividade, a cantoria e outros elementos estabelecem uma conexão com as lembranças, resgata imagens, pessoas, lugares e tempos passados. A devoção, então, vai se formando/reforçando até chegar ao ponto de uma tradição, como a que mantém muitos foliões devotos de São Sebastião, que o cultuam e servem por conta de suas memórias afetivas. O culto ao santo torna-se, assim, uma herança familiar.

São Sebastião, por exemplo, foi muito cultuado no século XIX e XX, período em que nasceram e viveram os avós ou bisavós de muitas pessoas, hoje devotas do santo. Em um

outro tempo que não é este, a convivência familiar era maior, conforme os relatos nostálgicos das pessoas: os familiares se viam mais e as crianças cresciam junto. Obviamente, não querendo reproduzir uma visão utópica e pessimista do presente, consideramos que essa é uma das justificativas para que ainda existam foliões, congos e agentes da religiosidade popular.

“O imaginário do sertanejo é deveras permeado por figuras místico-míticas que exercem profunda influência na formação do seu ethos social” (PONTES, 2014, p. 155), essas representações “influenciam individual e socialmente – mesmo sem ter necessariamente consciência de tal poder – uma miríade de ‘devotos’, no sentido *latu*, no cotidiano representativo de sua terra/identidade: os sertões” (idem, p. 155), aqui entendido por nós não como um lugar inóspito ou distante, agreste, mas o ambiente rural onde o sertanejo vivencia experiências e (re)constrói sua identidade.

O envolvimento do sertanejo com esses componentes sobrenaturais e etéreos, entrelaça-se a diversos outros: eclesiais, culturais, religiosos, políticos, sociais que nem sempre se relacionam harmoniosamente ou convergem em sentido “conceitual, fenomenal ou institucionalmente ou divergem e até se digladiam ao entrar em questão domínios de territorialidades religiosa, cujo líderes e/ ou portadores dos ‘vínculos sobrenaturais’ ditam cânones a serem seguidos” (PONTES, 2014, p. 155), como bem exemplifica as ações da romanização em Goiás, comandada pelos bispos e o clero entre o final do século XIX e meados do século XX, que acabou gerando grande atrito com os “donos de santos”, leigos, irmandades de leigos e manifestações populares religiosas, sobretudo as sertanejas.

A influência da crença nesses elementos místico-míticos e nos mitos fundadores, quaisquer que sejam, mesmo que a comprovada santidade ou miraculosidade de um santo, tornam-se elementos simbólicos de determinada família, símbolo também identitário de uma comunidade ou núcleo familiar. Existem para isso exercícios didáticos, como as estórias e os causos, a exemplo dos castigos de Santo Antônio e São Benedito aos seus devotos, e a imersão nas práticas votivas religiosas, onde a criança ou o iniciante experiencia os sentimentos, emoções e devoções que tornam uma coletividade amalgamada. Logo, de geração em geração, a devoção aos santos e as divindades – Divino Pai Eterno, Divino Espírito Santo, Senhor dos Passos, Bom Jesus da Lapa – é transmitida como um legado familiar e cultural, implícita e cotidianamente. Portanto, estes elementos religiosos se tornam indissociáveis das memórias familiares. Atualiza-se e revive-se estas memórias em práticas cotidianas – benzimentos, esconjurações, invocações, preces, conservação de oratórios de devocionais em casa, etc. – e na realização de festas organizadas anualmente, em datas

significativas para a família, podendo ser o dia do santo, o aniversário da matriarca ou patriarca, o marco de algum feito miraculoso, etc.

Nesse sentido, à medida que os novos integrantes vão nascendo, são apresentados à religião, às devoções familiares e, conseqüentemente, inseridos nas práticas que a família realiza. No meio rural, em Goiás, é muito comum o giro de folias de Santos Reis, São Sebastião. Divino Espírito Santo, etc. Durante essas atividades religiosas não raramente encontra-se crianças e jovens, em número reduzido, apreendendo com os mais velhos a composição dos versos, a organização espacial e a estruturação dos giros, o compasso da catira (ilustração 34). Assim, estranhamente, em um ambiente afetado pela modernidade e a tecnologia, ainda continuam existindo pessoas que se interessam por manter as tradições do grupo social a que se sentem pertencentes. O que sempre existiu, claro, não sendo particular a este tempo, e por certo sempre existirá, enquanto houver patrimônio imaterial e memórias afetivas que incentivem sua manutenção. Por este e outros motivos, muitos foliões aprenderam o ofício com os pais, avós, tios ou primos. Canalizaram a devoção ao santo a partir de uma memória familiar, afetiva, ligada a uma pessoa que lhe serviu e ainda serve como referência de vida ou a uma fase da vida (o tempo de criança, a adolescência, etc.).

**Ilustração 34:** Fotografia – Encontro de gerações em catira na folia de São Sebastião de Silvânia



**Fonte:** o autor.

Nessa lógica de transmissão familiar, encontramos um conjunto cultural que é passado de geração a geração e que podemos chamar de ‘tradição’: a permanência de alguns traços codificados da cultura expressa uma estrutura mais profunda que se reproduz ao longo dos anos na vida cotidiana, através dos gestos, das expressões linguísticas ou das formas não verbais de comunicação, das técnicas, enfim, de um conjunto amplo formado essencialmente pelos conhecimentos sobre o meio ambiente, as representações simbólicas ligadas a ele, os usos do espaço, as formas artísticas, um vocabulário próprio, as expressões religiosas, etc. (CAVIGNAC, 2007, p. 78).

Em junho de 2018, acompanhamos a folia de São Sebastião na região da Posse, em Silvânia – Goiás, como apresentado brevemente no capítulo I. Na ocasião, era notório o envolvimento dos familiares dos anfitriões que davam o pouso ao santo. Filhos, netos, bisnetos, compadres, irmãos, cunhados, genros, noras, primos se envolveram para organizar a festa e garantir que tudo saísse conforme o planejado. Além dos laços sanguíneos e afetivos, e a própria obrigação que o pertencimento a um seio familiar causa, essas pessoas estavam lá por outro elo de coesão: São Sebastião.

A equipe da cozinha, com uma ou outra composição diferente, prepara a janta todos os anos. Ajudam os donos da casa sem cobrar nada. Interpelados acerca do motivo pelo qual faziam aquilo, alegaram que Deus os abençoaria, se tratava de uma boa vontade do coração e como parentes do dono da casa tinha essa obrigação.

Questionados os devotos, sobre o sentido daquela devoção a São Sebastião, pouquíssimas foram as referências aos atributos de protetor contra a fome, a peste e a guerra, entretanto, surpreendente foi a quantia de referências a uma figura referencial de devoção, geralmente falecida. Dessa maneira, o culto ao santo adquire uma tônica memorial: ao se cultuar o santo, se venera e se honra o testemunho do devoto falecido, dando, o vivo, continuidade ao legado do finado. No meio rural goiano, a representação do patriarca, da matriarca e os antepassados falecidos e carregada de grande respeito, veneração e admiração. Não admira-nos que essa memória afetiva e o sentimento de devoção como rememoração de um falecido sejam tão presentes e tão fortes, especialmente quando o santo que desperta essas memórias é o mártir São Sebastião.

O folião, V. M., 64 anos, é tocador de reco-reco na folia de São Sebastião da Posse. Perguntado sobre sua integração ao movimento festivo, alegou que o compõe desde que “se entende por gente”, como referência a uma temporalidade imensurável um pertencimento inquestionável. Cresceu na folia. É folião nato. A participação faz parte de sua vida. Em tempos de giro, abandona suas atividades do campo, a roça, o que estiver fazendo para compor a companhia de São Sebastião. Recordou, inclusive, que seu finado pai falava que folião nenhum pode negar o pedido do “santo” para girar. Se chamado para uma folia e

tendo o dom, não poderia homem algum dar não como resposta, pois o castigo seria certo e por sete anos se deveria girar com a bandeira em desgravo. A partir da recomposição de suas memórias genealógicas (CAVIGNAC, 2007), senhor V. M., 64 anos, deu-nos o indício de sua devoção: a fé foi apreendida do avô, a quem muito admirava, e do pai, embora severo, um nobre homem, quando ainda era criança e foi inserido no grupo de foliões. Inicialmente, exerceu a função de auxiliar, carregando instrumentos musicais. Com a prática, foi aprendendo a tocar, fazer algumas vozes e logo foi admitido/iniciado com um folião, estado no qual permanece há mais de cinquenta anos, em perfeita sintonia com suas crenças e memórias.

Como rezador das Almas, durante a Quaresma, o folião sai pela região da Posse, à noite, cantando pelas almas benditas, junto com alguns poucos companheiros. O movimento protestante tem convertido muitas famílias e até mesmo foliões. Com a secularização e a conversão, ao seu ver, as práticas memoriais de culto e veneração aos antepassados têm se perdido, por isso, seu papel e dos outros rezadores é tão importante. Em suas palavras, muitos familiares só lembram e se lembram dos familiares enquanto estão vivos. Mas para ele, e os outros, a lembrança pode ser resgatada a partir da oração e das devoções que os falecidos tinham. Ao que se reza aqui na terra, se alegra os falecidos onde estão e se lhe aliviam as duras penas, caso estejam padecendo no purgatório. Logo, o culto devocional aos santos é um modo de manter a memória dos falecidos viva e também de perpetuar as práticas familiares, ou seja, suas tradições.

Em julho de 2018, acompanhamos a entrega da folia de São Sebastião em Silvânia. O evento aconteceu na Igreja de São Sebastião, construída no século XIX, por uma família devota em cumprimento de uma promessa. Havia muitos rapazes, vestidos à moda sertaneja: botina, camisa de manga comprida, cinto e chapéu. Havia também adultos e idosos. Pessoas de todas as idades, na verdade, com propósitos diferentes. Em geral, não haviam muitos moradores da cidade. O grupo presente na entrega da folia era quase necessariamente o mesmo que acompanhara bandeira o dia todo.

**Ilustração 35:** Fotografia - Entrega da folia de São Sebastião em Silvânia – GO

**Fonte:** o autor.

O momento foi marcado por muita emoção, sobretudo na ocasião em que o embaixador convidou os foliões a reverenciarem São Sebastião (ilustração 35), agradecendo de modo particular pela vida de todos que participaram do festejo naquele ano e pela vida dos que participaram no ano anterior, inclusive os que haviam falecido. As lágrimas, as expressões, as cabeças baixas e os sorrisos, os abraços, mostravam claramente o quanto a devoção ao santo dava ao grupo um sentimento de pertencimento e fraternidade.

A bandeira, transfigurada em outra coisa, personificava naquele momento o próprio santo. “Alvorada”, na manhã seguinte na casa do pouso, invocada a divindade e proclamada a bênção a partir dos cantos, passou a presentificar naquela flâmula vermelha e na simples estampa de pano, o próprio São Sebastião. Digno de reverência e veneração, o santo, em símbolo e conteúdo, reportava nos presentes memórias afetivas, lembranças e agradecimentos: a lembrança de pessoas falecidas; os tempos de outrora; os dias de fartura e irmandade vivenciados durante o curto período de giro; a beleza e a riqueza da fé, notada em cada pouso, em cada gesto, etc. Por certo, foram estas lembranças, reativadas e resgatadas pela composição do cenário musical e religioso em torno de São Sebastião, o santo da devoção familiar e da memória afetiva, muito mais que patrono contra a fome, a peste e a guerra, que conduziram cada um a uma vivência diferente daquele momento.

### 3.2 – *ELE DESCEU LÁ DO CÉU, NA BANDEIRA ELE ASSENTOU*<sup>51</sup>: A PERSONIFICAÇÃO DO SANTO NA BANDEIRA

Na folia, a bandeira direciona os gestos rituais e encabeça as práticas, os atos devocionais, as performances, as composições de versos, resulta em sentimentos, emoções, lembranças, lágrimas. Beijada (ilustração 36), tocada, perfumada, abraçada, sentida, para os devotos não simboliza o santo, mas é ele próprio. Sua presença se manifesta no pedaço de tecido, que a partir da invocação do embaixador, e por isso mesmo embaixador, aquele que representa o santo, traz dádivas e bênçãos pelos lugares por onde passa. A bandeira é o santo, embora o santo não seja a bandeira. Sua finalidade, portanto, no rito coletivo é muito mais que didática, iconográfica ou litúrgica: é ela que garante, assegura a presença divina no meio dos homens.

**Ilustração 36:** Fotografia – Entrega da folia de São Sebastião na Igreja de Silvânia



**Fonte:** o autor.

Quando os devotos conduzem-na casa adentro, pelo quintal, levam-na aos quatro cantos da casa, passeiam com ela pelos currais, fazem-na ser beijada por doentes ou crianças,

---

<sup>51</sup> Cantoria de chegada da bandeira na casa do morador. Capelinha do Mato Grande. 20/01/2017.

não a creem uma flâmula de pano, customizada por mãos humanas, mas a creem como, de fato é, dentro do catolicismo popular: a própria santidade representada.

“Quando ajoelham na bandeira eles não apenas acreditam estar diante do santo, mas efetivamente percebem o santo, presente em sua imagem. Não há mais distância entre a forma e o conteúdo veiculado, entre o ato de simbolizar e o que é simbolizado” (CHAVES, 2009, p. 223). Nesse sentido, o significado e o significante (o santo) imbricados, fundidos em um só elemento estão ali não para serem explicados, mas venerados pelo que são e representam para aqueles que lhe são devotos. Entretanto, nem sempre a bandeira é o santo e é tratada com a mesma veneração.

Inicialmente foi nos difícil compreender o porquê da bandeira de São Sebastião ser tratada diferentemente em momentos distintos dentro de uma mesma festa, ou seja, como essa personificação do santo se fazia e desfazia no processo ritual próprio da folia. Intrigava o fato de a mesma bandeira venerada pelos devotos ser enrolada e guardada dentro do carro depois da “cantoria” e em determinadas situações ser tratada apenas como um pedaço de pano. A seriedade dos foliões durante a composição dos versos, a chegada e/ou entrega da bandeira, dava lugar nos momentos entre uma casa e outra ou um pouso e outro, a alegria, risos, brincadeiras, como se o santo, outrora personificado na bandeira, já não estivesse mais nela. Por fim concluímos nestes momentos ele realmente não estava.

Deuzanira Francisco<sup>52</sup>, rainha da festa de São Sebastião da Capelinha do Mato Grande, edição 2019, esposa de Neném Tavares, célebre embaixador e rei da festa 2020, esclarece que a performance dos foliões, a composição dos versos, a cantoria e intencionalidade dos embaixadores é o que a concretiza essa personificação do santo: “Tudo gira em torno da bandeira. Enquanto o embaixador não canta e não invoca o santo, a bandeira é só pano. Um pedaço de pano. Por isso que toda vez eles fazem a alvorada, aquela cantoria”.

Assim, entendemos por que, geralmente, as cantorias de entronização da bandeira ou sua própria “alvorada” tem versos que sempre remetem às portas do céu que se abrem e o véu que aparece. O céu é o lugar, na crença católica, que os santos, os anjos, Deus e a Maria habitam, se as portas se abrem é para que alguém saia e se aparece um véu, é porque isso prova que, de fato, aquele lugar é sagrado, santo, protegido. O véu no catolicismo é o símbolo da pureza, a santidade e, se não fosse por meio do véu, como o santo desceria à terra? É este seu canal. É o elo que lhe permite descer à terra, já que santos não possuem asas. Afinal, é neste momento de invocação que as “portas do céu” se abrem, o santo “assenta na bandeira” e

---

<sup>52</sup> Entrevista feita em 20/01/2018.

a ela se funde. “O símbolo, nessa perspectiva, não se refere, sendo um meio de acesso, e, sim, traz em si, presente sua significação. Entre a aparência sensória e a ideia, a relação não é de analogia, e sim de co-presença, fusão e identificação” (CHAVES, 2009, p. 225). Os foliões, nesse processo, não despretensiosamente nomeados de embaixadores, são os encarregados de clamar o santo e trazê-lo para o meio do povo.

Para uma melhor compreensão desses aspectos analisamos a cantoria de chegada e entrega da bandeira na casa de dona Maria de Paula Nascimento, na festa de São Sebastião da Capelinha do Mato do Mato Grande, em 20 de janeiro de 2018. Dividimos a cantoria em partes e destacamos os termos (pronomes pessoais, verbos, etc) que evidenciam a personificação do santo na bandeira, ou seja, a referência a ele como um componente real, presente, vivo e atuante nos gestos rituais desenvolvidos.

**Ilustração 37:** Quadro - Cantoria de chegada e entrega da bandeira na Capelinha do Mato Grande

Momento	Cantoria	Elementos que indicam a personificação do santo na bandeira
Chegada da bandeira na casa da moradora	<p>A porta do céu abriu  A porta do céu abriu  E a pa-, e apareceu um véu  E a pa-, e apareceu um véu.</p> <p>O Senhor São Sebastião  O Senhor São Sebastião  Quem vem des-  Que <b>vem des- cendo</b> do céu ai  Que vem des-  Que <b>vem des- cendo</b> do céu ai</p>	<p>O verbo no gerúndio indica uma ação que está ocorrendo no momento da fala. Este trecho de invocação marca o momento em que o santo desce dos céus. Ele não desceu, mas “vem descendo”, enquanto os embaixadores cantam e invocam-no.</p> <p>O substantivo céu marca o lugar de onde o santo vem e o verbo descer indica sua superioridade à dimensão terrestre: ele está em um posto mais alto, superior, entretanto se digna “descer” ao encontro dos seus devotos. Isso enaltece sua santidade e caridade, por vir em favor dos que o invocaram. Na mesma medida Deus lhe permite a vinda, pois se sua anuência a “porta do céu” não se abriria. É ele que determina quem entra e quem sai.</p>
Saudação ao arco	<p>Deus vos salve o belo arco  Deus vos salve o belo arco  Muito bem. Muito bem preparado, ai  Muito bem. Muito bem preparado, ai</p> <p>Para esperar São Sebastião.  <b>Para esperar São Sebastião</b></p>	<p>Reconhece-se a beleza do arco preparado pela família anfitriã e sua finalidade “esperar São Sebastião que chegou acompanhado”. Utiliza-se o verbo no pretérito perfeito do indicativo para indicar que a</p>

	<p><b>Que chegou, que chegou acompanhado</b> Que chegou, que chegou, acompanhado.</p>	<p>ação do santo de “chegar” teve seu início e seu fim no passado, ou seja, pouco tempo antes, no momento da saudação.</p>
<p>Saudação à dona da casa e pedido do santo à família</p>	<p>Ô minha nobre senhora Ô minha nobre senhora Como é, como é que tem passado? Como é, como é que tem passado?</p> <p>Com certeza passou bem Com certeza passou bem Porque Deus, Porque Deus tá do seu lado Porque Deus, Porque Deus tá do seu lado.</p> <p><b>O senhor São Sebastião, O senhor São Sebastião Tá fazendo, Tá fazendo o seu pedido Tá fazendo, Tá fazendo o seu pedido ahh</b></p> <p><b>Pode desatar essa fita. Pode desatar essa fita. ahhh Com o seu neto querido ... ooohh Com o seu neto querido ...aahhh</b></p>	<p>Solicita-se que a dona da casa desate a fita que intercepta a passagem da bandeira. O pedido não é feito em nome do grupo de foliões, mas é feito pelo próprio santo: “São Sebastião tá pedindo para desatar essa fita”. Nesse sentido, os embaixadores são os tradutores do santo. Traduzem para a esfera real as determinações do Sagrado, pautando-se claro nos costumes e tradições do grupo. Embora se saiba que o santo não lhes sussurra ao ouvido as palavras de pedido, conhecem e sabem que as fitas no caminho não agradam o santo e precisam ser retiradas. E sabem também, na mesma pedida, que elas só serão retiradas se o santo pedir, não se eles pedirem, pois eles “nada podem. Quem pode é o santo”.</p>
<p>Pedido para entrar na residência da dona da casa</p>	<p>Oh Minha, nobre senhora Oh Minha, nobre senhora Pedimo, é pedir muito a licença ai Pedimo, é pedir muito a licença ai .</p> <p><b>São Sebastião tá querendo São Sebastião tá querendo Entrar em sua residência Entrar em sua residência</b></p> <p>Oh Minha, nobre senhora Oh Minha, nobre senhora Com a tua. Com a tua permissão ai Com a tua . Com a tua permissão ai .</p> <p><b>Para nós poder chegar Para nós poder chegar Recebe, recebe São Sebastião Recebe. Recebe São Sebastião aiii.</b></p>	<p>O santo pede para entrar na residência. A locução verbal deixa isso bem claro.</p> <p>O verbo “receber” no presente do indicativo, no modo imperativo, solicita que a dona da casa receba “São Sebastião”. Não se usa o termo santo, nem bandeira e sim o nome próprio da santidade.</p> <p>A família no verso “Recebe São Sebastião” recebe a bandeira beijando-a com reverência e coloca-a a sua frente, como é tradição, dando-lhe a dignidade própria ao momento.</p>
<p>Entronização da bandeira na casa da moradora</p>	<p><b>São Sebas-tião, vem chegando São Sebas-tião, vem chegando Ele entrou, Ele entrou pra casa adentro Ele entrou Ele entrou pra casa adentro ai</b></p> <p>Para chegar, para chegar lá no altar para chegar, para chegar lá no altar Onde tá, onde tá o sacramento Onde tá , onde tá o sacramento.</p> <p>Deus vos salve o belo altar Deus vos salve o belo altar E também, e também todas as imagem-ah</p>	<p>Os verbos marcam a ação da dona da casa caminhando com o santo, casa adentro “vem chegando” e depois a conclusão de sua entronização “ele entrou”. O pronome pessoal ele, e não ela, para indicar a bandeira, marca bem que quem entrou foi o santo.</p> <p>A dona da casa “recebeu” o santo que “veio vindo de viagem”. Não se diz que foi</p>

	<p>E também, e também todas as imagem-ah .</p> <p><b>Recebeu recebeu São Sebastião</b>  <b>Recebeu recebeu São Sebastião</b>  <b>Que vem vindo, que vem vindo de viaje-ah</b>  <b>Que vem vindo, que vem vindo de viagem-ah</b></p>	<p>carregado ou conduzido. A referência induz que ele caminhou como um viajante humano, real.</p>
<p>Elogio ao recato e cuidado da família com a bandeira</p>	<p><b>O senhor São Sebastião</b>  <b>O senhor São Sebastião</b>  <b>Está muito, está muito satisfeito</b>  <b>Está muito, está muito satisfeito ai</b></p> <p><b>Ao entrar em sua residência</b>  <b>Ao entrar em sua residência</b>  <b>Encontrou, encontrou muito respeito</b>  <b>Encontrou, encontrou muito respeito</b></p> <p><b>Veio sagrar sua residência</b>  <b>Veio sagrar sua residência</b>  <b>E achou, achou muito respeito</b>  <b>E achou, achou muito respeito</b></p>	<p>O santo “está muito satisfeito” porque “encontrou muito respeito” na casa da moradora.</p>
<p>Versos de entrega da bandeira.  Reconhecimento da missão do santo.</p>	<p><b>O senhor São Sebastião</b>  <b>O senhor São Sebastião</b>  <b>Andou na, andou na comunidade-ahh</b>  <b>Andou na, andou na comunidade-ahh.</b></p> <p>Levando a, levando a santa bênção  Levando a, levando a santa bênção  Para toda, para toda humanidade  Para toda, para toda humanidade.</p>	<p>O santo “andou na comunidade” e levou a ela sua bênção. O verbo indicia que ele caminhou e, de fato, para os foliões terá caminhado levando “a santa bênção para toda humanidade”.</p>
<p>Obs. As estrofes foram repetidas duas vezes, em igual composição. Por isso não achamos bom reproduzir a repetição.</p>		

Neste sentido, a bandeira está longe de simbolizar uma alegoria ou uma representação do santo, é, para os agentes sociais que mantêm seu culto e dele participam, a pessoa do santo, pois “A imagem do santo, que todos sabem ser de material perecível, não é reduzida, por isso, à condição de uma figura simbólica. É de gesso, de barro ou de madeira, mas é nesses elementos que a santidade efetivamente se manifesta, de modo a ser vista e tocada” (FERNANDES, 1990, p. 116).

No decorrer do processo de construção de nossa dissertação de mestrado pudemos perceber como essa “relação santo/ bandeira se apresenta nos diversos planos de construção do ritual da Folia” (CHAVES, 2009, p. 226), valendo-nos, para tanto, do percurso metodológico traçado por Chaves (idem) em sua tese de doutorado. Embora as constatações que ele faz sejam específicas ao espaço geográfico do norte de Minas Gerais, aplica-se, com adaptações, às folias de São Sebastião da região da Estrada de Ferro, pois nelas também,

Anunciado a cada nova chegada de casa, nas *entradas* do canto, o santo, presentificado, passa a ser o eixo através do qual se constrói uma visita de folia. Diante dele os foliões cantam, os devotos rezam, assumindo posturas mais formais e solenes. Segundo os foliões, a bandeira é a *guia* da folia, andando na frente do grupo, sendo a primeira a entrar e a sair de uma casa. Durante o canto, ela permanece no centro da roda, direcionada para o interior da casa. Assim que a folia canta os versos [...] chamando os donos da casa para beijarem a bandeira, os foliões executam determinado gesto, abaixando discretamente o corpo. Em sinal de reverência (CHAVES, 2009, p. 226).

Nesse contexto, entendemos o motivo pelo qual, em muitos momentos do giro, a bandeira é recebida pelas famílias e encabeça cantos de memória a falecidos. Estes versos nostálgicos, feitos a pedido dos donos da casa, enaltecem a figura do falecido, resgatam situações e lembranças (ilustração 38). Não raramente despertam lágrimas e soluços. O santo (na bandeira) representa, portanto, a consolação de Deus, a visita Dele a família enlutada ou da família que devotamente conserva a figura de seus falecidos e os conecta aos gestos de folia. Às vezes o mesmo embaixador que canta resgatando a lembrança do falecido, conforta o familiar e solicita, em nome do santo, que “alegre seu coração” e seque as lágrimas: “São Sebastião tá pedindo... Que alegre o vosso coração<sup>53</sup>”.

**Ilustração 38:** Fotografia - Pesquisador suplica pela alma de seu avô



**Fonte:** Carvalho (2019).

<sup>53</sup> Cantoria em saudação a memória de Nego Barroso, na casa de sua viúva Maria de Paula Nascimento, em 20/01/2018.

Na Capelinha do Mato Grande, em janeiro de 2018, um neto de Nego Barroso solicitou aos foliões que cantassem em memória do avô. A cantoria do embaixador Toninho gerou muita comoção. Ajoelhado com a bandeira apoiada no chão, o jovem chorou proficuamente. A cada verso, as lágrimas se tornavam mais profícuas. A alfares da bandeira e a família aproximaram-se para confortá-lo e não conseguiam fazê-lo parar de chorar. A cantoria se arrastava, estendia. O procurador do santo afirmava “São Sebastião manda dizer... ele tá bem cuidado”, “recebeu a santa bênção”, mas as palavras não faziam o jovem parar de chorar e levantar-se. Então os embaixadores pediram que o rapaz parasse de chorar, alegrasse seu coração, era dia de festa e “São Sebastião” lhe pedia que recobrasse seu sorriso.

Quem comanda e solicita a saudação aos falecidos é o dono da casa. Segundo seu Abelinho, os foliões só têm autonomia sobre a bandeira antes de entrar na soleira da porta do morador. Entregue a bandeira ao dono da casa, é ele, o anfitrião, que direciona os gestos rituais. Seus gestos, atos, expressão facial, pedidos é que comandam a composição dos versos. Assim, quando quer que se cante para algum falecido, é necessário que ajoelhe e coloque a bandeira no chão ou pelo menos o madeiro que a sustenta. Enquanto permanecer ajoelhado os foliões cantarão pelo finado. Por isso, no caso da Capelinha do Mato Grande, pediu-se que o jovem alegrasse o coração: se ele não parasse se chorar e não levantasse do chão com a bandeira a cantoria não podia “mudar de rumo”.

Em outra situação, no Mato Grande, na casa da viúva de seu Nego Barroso, os foliões cantaram pela alma do anfitrião e de seu filho sem que a matriarca colocasse a bandeira no chão. Essa composição dos versos, um “agrado” do grupo de foliões, demonstra a consideração tanto pelos falecidos, que eram devotos, quanto pela família que recebia o santo. (ilustração 39)

**Ilustração 39:** Quadro – Saudação a memória do falecido na Capelinha do Mato Grande<sup>54</sup>

Versos	Observações
Recebeu São Sebastião Recebeu São Sebastião E alegrou, alegrou “o seu sentido” E alegrou, alegrou “o seu sentido”  Alembrou, alembrou de uma pessoa Alembrou, alembrou de uma Que há tempo foi o “falecido-ah” Que há tempo foi o “falecido-ah”  Essa pessoa que falo	Assim que a viúva recebeu a bandeira de São Sebastião, o folião percebeu que seu semblante mudou. Mostrou-se mais alegre. Interpretando o sinal, compôs o verso, afirmando que ela havia se “alemrado de uma pessoa”. Por certo, se ela não estava se lembrando, na ocasião resgatou as lembranças e se preparou para os versos seguintes. Em seguida, nominou-se a pessoa “o companheiro” e ressaltou-se o que o vinculava àquela bandeira e àquela folia “era um grande devoto desse santo padroeiro”. Neste verso os familiares de Nego

<sup>54</sup> Cantoria da folia de São Sebastião na Capelinha do Mato Grande, casa de Maria de Paula Nascimento, em 20/01/2017

<p>Esta pessoa que falo Era o, era o seu companheiro Era o, era o seu companheiro. ahhh</p> <p>Era um grande devoto Era um grande devoto Desse santo, desse santo padroeiro.</p> <p>Oh, Minha nobre senhora Oh, Minha nossa senhora É nobre, é de nobre geração É de nobre, é de nobre geração</p> <p>É uma grande devota É uma grande devota E é firme, é firme na religião E é firme, firme na religião aí</p> <p>Ao ouvir o meu cantar Em ouvir meu cantar E já veio no seu sentido E já veio no seu sentido .</p> <p>Alembrou do seu esposo Alembrou do seu esposo E também do, e também do seu filho querido E também do, e também do filho querido ai</p>	<p>Barroso começaram a chorar. Por fim, enaltece-se a procedência da viúva, lembrando-a de sua família, seus pais e antepassados que também eram devotos do santo “é de nobre geração”; reconhece-se sua postura de devoção e firmeza na religião e acrescenta-se um outro ente falecido, o filho.</p>
---	--

Quando morre algum folião, a bandeira, se for pedido da família, vai visitá-lo e são compostos versos em sua memória. O santo, presente no momento de dor e passagem, simboliza muito mais que um sinal de homenagem, simboliza o próprio sagrado que “vem” para consolar e acolher a alma do fiel devoto. O gesto ritual, chamado de despedida, é marcado por muita comoção. Nas palavras de Abelinho,

Quando morre um folião e a família dele pede que quer a cantoria, nós vamos no velório. [...] É bonito e triste. Faz o povo chorar muito. Eu mesmo fiz uma despedida, que a gente canta isso fazendo uma despedida do companheiro. Eu fiz a despedida de um companheiro meu que a gente era muito amigo. Ele era dono da folia de São Sebastião lá na região do Quilombo, ele que carregava a bandeira. E na minha folia aqui eu punha ele para ser o recolhedor da esmola. O da capanginha. Então nós éramos muito amigos. Amigo demais da conta. Fora de folia. O dia que ele faleceu, o irmão dele pediu pra cantar e pediu que queria que fosse eu. Eu fui, levei meus companheiros. A gente canta. Usa os instrumentos tudo. É pedido da família, né? A gente não canta também se a família não pedir. Só se é pedido da família. Aí a gente leva acordeon, cavaquinho, viola, caixa. Leva tudo. A gente faz. Eu levei. A sala lá era pequena. Gente demais. E a mãe dele ficou aqui ó, pareada comigo aqui. *Eu batendo a viola e cantando e o braço da viola lá de enquanto encostava, e ela chorava tanto que a minha viola estremecia aqui no meu peito.* E muito amigo meu. Mas eu cantei. *Mas minha camisa aqui ficou molhadinha de lágrima. Cantando e chorando.*

Assim, entende-se que a bandeira “ao criar a realidade da presença do santo, redireciona a atenção dos foliões e devotos para o aqui e agora, conduzindo-os para o que se apresenta diante deles” (CHAVES, 2009, p. 229). Inserida ritualmente dentro de contextos cotidianos, remete-se a fatos (milagres), mortes, conquistas, ausências, para fazer recordar a força do próprio santo e sua presença inegável no meio das pessoas. Isto demonstra o quanto os grupos sociais que mantêm as tradições de folia se preocupam com o bem-estar da família e como visitantes asseguram a comensalidade, a gentileza, o cuidado e a solidariedade, própria do compadrio.

### 3.3 – *SÃO SEBASTIÃO ESTÁ MUITO SATISFEITO*<sup>55</sup>: AS DEVOÇÕES PLURAIS EM CAPELINHA DO MATO GRANDE

Em muitas circunstâncias parece que o substantivo religiosidade ao ser acompanhado do adjetivo popular adquire, para alguns, o sentido pejorativo, nominando práticas religiosas rudimentares, supersticiosas e/ ou ultrapassadas. Esses preconceitos devem-se ao fato de haver uma postura religiosa normativa, padronizada e regulada pela Igreja Oficial e seus agentes, e a religiosidade popular, devido sua autonomia e liberdade em razão das convenções sociais coletivas que obedece e não dos estatutos eclesiásticos, assumir, às vezes, uma postura transgressiva e até mesmo marginal. Marginal aqui descrito como o enquadramento do que está alheio a oficialidade e a hegemonia simbólica, sendo-lhe um paralelo, mas que não o desconsidera e sim o segue lado a lado, influenciando-se, modificando-se em determinados percursos como a margem que circunda o rio. Ela não é integralmente, mas o mantém, acompanha e dele não se desvincula.

Neste sentido, pretendemos contribuir, sobretudo, no estudo da dimensão prática da religião, sem descuidar os vínculos desta com a dimensão dogmática e institucional, que gera inclusões, exclusões, marginalidades e conflitos, mas na que se articula uma diversidade de atores sociais, inseridos em diferentes níveis da sociedade (FOGELMAN, 2015, p. 17, tradução nossa).

Destarte, precisamos evitar a contraposição entre religiosidade popular e religião “oficial”, posto que a primeira não é composta apenas de práticas e a segunda apenas de dogmas. Acreditamos, que ambas se vinculem e interdependam-se, pois as tendências, gestos e ritos tem valores originais comuns, ao que não desconsideramos os conflitos, choques e

---

<sup>55</sup> Cantoria de chegada da bandeira na casa do morador. Capelinha do Mato Grande. 20/01/2017.

colisões de valores, princípios e cosmovisões, como vimos no capítulo II, na romanização da comunidade da Capelinha do Mato Grande.

Portanto,

Considerando então que a religião é uma instituição em movimento e mudança (inclusive em seus aspectos rituais e dogmáticos), não dou por satisfeito que haja diferença entre religião e religiosidade [...]. Tampouco pretendo restringir a expressão religiosidade a seu uso necessariamente combinado com o adjetivo *popular* (FOGELMAN, 2015, p. 12, tradução nossa).

Pois toda e qualquer manifestação religiosa parte do “povo”, é “popular”, mesmo que direcionada pela Igreja. Sem povo haveria Igreja? Haveria oficialidade? Não foi o culto aos santos uma aceitação da Igreja oficial de práticas populares?

O que aqui defendemos é a análise de expressões e saberes, costumes e ritos populares como um desdobramento contínuo e multifacetado da religião, não como uma oposição beligerante às suas práticas oficiais. Poderia até ser em algum caso uma releitura, adaptação dos ritos oficiais, mas assim alinhar-se-á às convenções da religião a que se remete e não procurará substituir os ritos oficiais, como vimos em Capelinha do Mato Grande.

Deste modo,

Considero que a religião católica pode ser vista como um complexo conjunto de ideias e práticas ritualizadas historicamente (instituídas largamente pela Igreja, porém também por influência do poder político secular) que expressa a construção de uma ordem social, as representações do mundo e do sobrenatural que, em boa medida, é compartilhada pelos diferentes atores sociais. Eles, a sua vez, produzem variantes que podem ser relativamente incorporadas na religião “oficial” através de certos mecanismos e negociações. Por isso, assinalo a importância das relações fluídas e circulações e intercâmbios entre o que creem e produzem os diversos atores sociais, através de uma rede dentro de uma estrutura comum católica, mediada por hierarquias e distâncias sociais e de poder (certo) porém em contato permanente (FOLGEMAN, 2015, p. 16, tradução nossa).

Na Capelinha do Mato Grande muitas famílias batizam seus filhos “em casa” e na “fogueira”. O rito, comandado por um agente da comunidade, de fé católica professa e notório saber, só tem validade se os padrinhos da criança forem católicos e os gestos rituais seguirem a estrutura dogmática católica de batizar “em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”, derramando sobre a cabeça do batizando água benta, benzida pelo padre em alguma ocasião. Assim, os termos “compadre” e “comadre” são muito presentes na comunidade, bem como madrinha e padrinho. Há uma forte relação de compadrio e quando se verifica, percebe-se que essa relação não raramente está ligada a um destes batizados.

O batismo na fogueira é realizado na véspera do dia 24 de junho, ao redor de uma fogueira acesa em homenagem a São João Batista. Há gestos rituais que envolvem os pais e os padrinhos: colocar os pés sobre brasas tiradas da fogueira, rodeá-la três vezes, carregando nos braços a criança, se for pequena, ou acompanhando-a se for maior, e rezar as orações que são comandadas pelo dirigente, que por sua vez, faz as preces devidas, assegura que nada fuja dos preceitos tradicionais do rito, providenciando para tanto água benta (benzida pelo padre), um ramo verde, um prato e, por fim, batiza a pessoa a exemplo do padre, dizendo as palavras iguais ao rito. Sempre há a observação: o rito não substitui o batismo na Igreja. Tão logo possa a família procurar o padre para legalizar sua situação e oficializar o batismo.

Este tipo de batismo, acredita a comunidade, serve para livrar a pessoa da morte no fogo e assegura-lhe a bênção de São João Batista. Dona Maria de Paula batizou uma única filha na fogueira: “A Mércia queimava á toa. Queimava demais. Aí nós batizamos ela na fogueira. Ela parou de queimar daquele tanto” e acredita na eficácia do batismo, entretanto, diferentemente de muitas pessoas da comunidade, mais novas que ela, inclusive, discorda que todos possam recebê-lo: “o povo batiza demais na fogueira. Isso não é pra batizar á toa. Só batiza na fogueira quem queima demais”. Com isso, aponta e critica o fato de muitas pessoas da comunidade aproveitarem-se do batismo para conseguir “padrinhos bons” para os filhos ou os próprios afilhados valerem-se da oportunidade de ter novos padrinhos em benefício próprio.

Além do batismo na fogueira, a comunidade também batiza as crianças em casa, para purificá-las do pecado original e caso morram, por um motivo ou outro, tornem-se anjinhos de Deus e não sejam encaminhadas ao limbo. Quase todas as pessoas que se auto intitulam católicas receberam esse tipo de batismo. Geralmente ele é feito assim que a criança nasce, antes de suas primeiras aparas de unha serem cortadas ou ainda nos primeiros meses depois do nascimento. Na comunidade, nenhuma criança dita católica, entra na quaresma sem ser batizada.

O rito é simples. Antes de sua execução, faz-se o benzimento da criança de quebranto e mau olhado. A madrinha com uma toalha branca nos braços recebe a criança e a segura. O padrinho, ao lado, empunha uma vela acesa. Os pais permanecem ao lado dos futuros compadres. O dirigente, e no caso do Mato Grande, existem muitos, jovens, derrama sobre a cabeça da criança água benta e diz as palavras “Eu te batizo (Maria, Ana, Joaquim, José, Jesus ou Maria) em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém”. Depois todos juntos rezam a oração do pai-nosso, a ave-maria e o credo.

Anterior ao gesto ritual há sempre uma negociação em relação ao nome de batismo que a criança irá receber. No Mato Grande, as crianças só são batizadas em casa com o nome de um dos integrantes da Sagrada Família: Amado Jesus (Manoel), José, Joaquim, Ana e Maria. Na maioria dos casos o nome Maria é o mais adotado no batismo de meninas e Manoel de meninos.

Este ano acompanhamos o batismo em casa de uma menina. Seu nome era Helena, entretanto a família batizou-a como Maria, desejando que com este nome ela recebesse uma maior proteção e carinho da Virgem Maria. Durante o rito, referiu-se a criança como Maria, especialmente na hora de derramar-lhe sobre a cabeça a água benta. Após a conclusão do gesto ritual, o dirigente sentenciou: “procurem um padre logo para batizar ela na Igreja. Não deixem passar da hora”.

A fala do dirigente deixou bem clara sua submissão à autoridade da Igreja e o reconhecimento de suas práticas oficiais, como necessária a inserção do membro na vida pública da comunidade. Sem o batismo da Igreja a pessoa não se casa, não crisma, não é considerada membro. Logo, é necessário oficializar.

Em 2016, o padre proibiu o coordenador da Capela São Sebastião de realizar esse tipo de batizados. Como ministro extraordinário da Sagrada Comunhão e dirigente da Pastoral do Batismo, batizar crianças em casa, ao ver do padre, era um grande contratemunho. O coordenador, continuou a ser procurado pelas famílias com crianças recém-nascidas. Sua solução foi não batizar, mas ensinar a própria família a fazer o batismo. Assim, conseguiu manter a harmonia com a oficialidade e continuar mantendo suas práticas de devoção e crença, sem ferir a Igreja, a qual devia obediência, e o desejo daqueles que lhe eram próximos e desejavam-lhe “uma caridade”.

Além do batismo em casa, a comunidade ainda tem o costume de benzer-se de quebranto, mau olhado, espinhela caída e outros males, alguns adquiridos por questões de saúde (carregar muito peso de uma vez só, tomar sol demais na cabeça, etc.) e outros colocados por um desafeto (inveja, olho ruim, praga, etc). Claramente, ninguém se declara benzedor, mas tem “aqueles que benzem”. Mapeamos na comunidade seis pessoas que benzem e nem todas elas se assumem como “benzedor” ou “benzedeira”, devido o sentido pejorativo que a palavra tem no lugar.

Segundo dona Maria, que não é benzedeira, mas sabe benzer de vento virado, bicheira e outros males, “benzedor nenhuma vai pra frente”, sua sina de fazer o bem e afrontar as forças ocultas, gera-lhe em contrapartida miséria, pobreza, fome e desgraça. Talvez, por esse motivo, de vergonha e temor de ter uma vida estigmatizada pela comunidade, muitos dos

atores sociais escondam seus saberes e só os manifestem a quem tenham determinada confiança. Afinal, “o povo vê ruim quando fala que fulano é benzedor, benzedeira. Garra a colocar apelido. Quando é fé trata a pessoa de Fulano Benzedor, Rezador<sup>56</sup>”.

Durante os ritos de benzeção, a maioria dos atores sociais, que não querem ser nominados benzedores e em respeito por isso não o faremos, usam ervas do quintal: guiné, mané turé, poejo, arruda, artimijo, losma, alecrim. Plantas fortes, com capacidades medicinais e aromáticas, na maioria dos casos. Se murcham durante a benzeção é sinal de sobrecarga do benzido, e se o que benze abre a boca logo depois, vezes seguidas, comprova tal hipótese. Em alguns casos, a pessoa que benze toma café amargo para recobrar a força e faz orações em favor da pessoa benzida e de seu anjo da guarda. Acredita-se, neste caso que quem benzeu atraiu para si as mazelas que recaíam sobre o outro. Por isso, para dona Vany do Nascimento, 71 anos, “para benzer a pessoa precisa estar bem preparada<sup>57</sup>”.

Os atores sociais do Mato Grande têm duas normas em relação às benzeções: não benzem em dia de domingo, ressalvada alguma necessidade extrema, e depois das 18h de cada dia, ou em alguns casos, depois que “o sol se põe”. No primeiro caso por ser dia de descanso, meditação e prece, e também por não ser um dia tão forte para as rezas de benzimento. E no último caso por já ser noite e depois da hora de Nossa Senhora não ser mais permitido “trabalhar”. Além disso, não se aceita nenhum regalo, tributo ou agradecimento.

Para uma melhor compreensão destes aspectos em campo, na Capelinha do Mato Grande, utilizamos da história oral para perceber como religião e as práticas religiosas dos camponeses dialogam, entendendo que as “narrativas são fontes do conhecimento sócio-histórico e cultural (GONZAGA, 2017, p. 97) e a partir dela (história oral) podemos reconstituir “situações individuais, coletivas e de gerações passadas, elevando-as a objetos de pesquisa” (idem, p. 97).

As histórias do sagrado são contadas em rodas de conversa, em momentos de festa, velório, reunião, lazer e nas atividades cotidianas da comunidade da Capelinha do Mato Grande. Expressões faciais, risos, silenciamento, ênfase, sussurro, cerramento das sobrancelhas endossam essas mensagens, que foram ouvidas ao sopé de fogueiras, a beira dos fogões de lenha, nos mutirões e treições de outrora, contadas por avós, bisavós, compadres, padrinhos. Isso explica o vasto repertório da comunidade: histórias de milagre, assombração, morte, delação, castigo, etc.

---

<sup>56</sup> Entrevista com dona Maria de Paula Nascimento, em 17/04/2017.

<sup>57</sup> Vany do Nascimento, 71 anos, filha de Maria de Paula do Nascimento e seu Nego Barroso. Entrevista em 28/04/2019.

Devido ao nosso tempo de pesquisa, preferimos dentre os atores sociais, eleger dona Maria de Paula Nascimento, 91 anos, como a “fonte documental” das histórias do Mato Grande. Nascida na comunidade em 04 de novembro de 1927, foi batizada na Capela de São Sebastião do Mato Grande em 28 de abril de 1928, com o nome de batismo Maria Benedita, sugerido pelo padre e não acatado pela família. Criada na comunidade pelos avós Hermenegildo Peixoto do Nascimento e Anna Rulfina Gonçalves, em uma pequena chácara limítrofe a rua principal que ligava o povoado do Mato Grande a Cabeceira do Rio dos Bois, sendo também caminho dos boiadeiros e tropeiros, muitas vezes, da janela de sua casa viu o movimentar-se da comunidade, a capela, a festa, os devotos que chegavam em carros de bois. Aos pés dos avós, aprendeu os ritos católicos de iniciação da vida cristã e também grande parte do repertório que hoje tem.

Relata que a casa dos avós era sempre cheia de pessoas, por três motivos: o avô era inspetor de quarteirão, professor particular e dono da venda que havia no lugar. Logo, a presença de transeuntes era comum. Muitos iam apenas para bater papo com “Sô Menegildo”, outros iam pedir benzimento “meu avô benzia de dor de dente. Jogava cinza no chão e ia benzendo, escrevendo na cinza. Benzia até o dente furar”, solicitar a escrita de alguma carta ou saber o santo do dia, conforme o almanaque, para nomear os recém-nascidos. A avó, “Sá Aninha” era parteira, assistente. Altas horas da noite era comum alguém bater na porta solicitando ajuda no parto. A avó sempre ia, embora o avô resmungasse e ficasse até dias enfezado.

Com a avó, dona Maria aprendeu os afazeres domésticos, as preces, os saberes femininos próprios do sertão goiano. Suas histórias são didáticas e discorrem sobre o imaginário popular, a mentalidade e a memória coletiva de seu povo. São comuns as histórias que falam da “andança” de Nosso Senhor ou Nossa Senhora pelo mundo, que miticamente explicam o surgimento de plantas ou ensinam sobre a hospitalidade, solidariedade, etc:

Nossa Senhora andava com o menino Jesus. Chegou numa casa e pediu pra dar banho nele. Na hora de jogar água fora, perguntou onde jogava. A mulher mandou jogar onde ela panhava as flor, aonde Nossa Sra jogou a água nasceu umas plantas, pé de poejo, uma planta muito bonita, nasceu.

O menino da mulher estava muito ruim, não ia passar de dia, nasceu neste instante , a mulher grudou na senhora que ela viajava, pra saber se ela sabia de algum remédio bom, pra dar para o menino dela que tava doente tava que tava ruim, ela disse para que arrancasse a planta e fizesse um chá, um xarope. A mãe do menino pegou dois ramos, fez o chá, o menino sarou.de primeiro tinha muito exemplo.

Ou instruem sobre dogmas cristãos, didaticamente:

Eu não sei , diz que eles estavam andando e tinha uma mulher cheia de menino, pobrezinha, tava batendo roupa dia de domingo , batendo roupa lá no “rapado” e o meninos brincando, na “régua”, diz que ele excomungou a mulher, foram andando ele mais São Pedro, chegaram mis a frente onde tinham umas mangueiras, tinha umas mulher da vida , numas redes, balangando e tocando violão , aí ele foi e abençoou as mulher,; ai são Pedro falou assim ‘ Uai porque que aquela mulher La pobrezinha , trabalhando você excomungou ela, e agora essas mulher aqui da vida tocando violão e se divertindo aí cê abençoou elas. Diz que ele puxou a camisa e falou assim: espia Pedro minhas costas como é que ta, diz que as costas dele tava vermelhinha da mulher bater a roupa...

Essa questão de “guardar dias santos” é muito frisada por dona Maria. Em sua opinião “o povo de hoje não guarda nada, não guarda dia de domingo nem dia santo, não guarda nada, e não a dia que chega” e para ilustrar, além da história da andança de Pedro e Jesus pelo mundo, em um dia de domingo, lembra de seu tempo de “moça”: “o povo antigamente guardava tudo , tinha respeito. Na quinta e sexta da paixão, a gente tinha até vergonha de sair. [...]De quarta adiante, num penteava o cabelo, num lavava os trem. Na quinta feira, fazia comida pra comer na sexta pra não mexer com panela. Tinha exemplo” e cita “os exemplos” (ilustração 40):

**Ilustração 40:** Quadro – Histórias de Dona Maria de Paula Nascimento

“Exemplos”	Ensinamentos
<p>“Teve ano que deu enxame de marimbondo caçununga. O Antônio Romão resolveu carrear os bois no dia de Santo Antônio. Deu enxame nos boi do carro e os boi disparou, estourou com carro , com café. Perdeu tudo. O carro pulou os “cocans” das rodas e saiu arrastando mesa, e café ... .acabou tudo. Aí o povo, eles inventou um moda ‘Antônio Batista, Bateu com o joelho no chão, dia de Santo Antônio não farreio mais não”...</p>	<p>Guarda dos dias santos e castigo divino.</p>
<p>Diz que São Benedito é vingativo. O Joaquim Gomes foi derrubar roça no dia de São Benedito com o filho dele, Benedito. Eles estavam derrubando roça. Um pau caiu por cima do outro, e o galho do pau caiu em cima do filho dele e rebentou a cabeça dele.</p>	<p>Guarda dos dias santos e castigo divino.</p>
<p>“De primeiro o povo matava muito... Não sei se é nesses terrenos verde aí, ou é na beira do rio dos boi. Eu sei que o vaqueiro estava campeando o</p>	<p>A justiça divina.</p>

gado, na seca, no meio do cerrado, e o cerrado estava tudo baixinho, diz que tinha um pé de melancia, mas que bonito! Aí ele pegou a melancia e levou e quando partiu a melancia era puro sangue. Mataram e enterraram alguém lá”.	
“Um homem matou o "Anselmo" e jogou dentro de uma gruta. Eram dois irmãos, e jogou dentro de uma gruta, de uma mata, e aí disseram ‘quem é testemunha morreu. Quero ver quem descobre. Tamo só nós dois , você não vai contar pra ninguém, nem eu. quero ver se descobrem que matou Anselmo. Testemunha nossa só esses papagaios questão no pau. Só eles que ta vendo, ninguém vai descobrir’. Diz que quando eles estavam na Trindade, na festa de Trindade, no meio do povo, os papagaios veio baixinho, olhou um para o outro e disseram “olha testemunha do Anselmo aí”. Diz que tinha gente, polícia pegaram eles na hora, “óia a testemunha do anselmo aí ó”.	A justiça divina.

E por fim, conclui: “é como eu falo pra você de primeiro tinha exemplo, hoje não tem mais”, “pra você ver, de primeiro todo mundo guardava os dias santos tudo que tiver, e ninguém passava fome não, todo mundo tinha seu jeito de comer , agora hoje é essa zona danada”. Os exemplos a que se refere são as histórias contadas pelos avós, pelos pais, padrinhos que serviam para ensinar, catequisar e instruir na vida religiosa, social e política daquele tempo. Ao seu ver, todas as histórias ouvidas por ela e reproduzidas são verídicas, de fato aconteceram, pois são “exemplos” de um outro tempo e deveriam ser seguidos pelos de hoje em dia, mas como sentença “eles não seguem”.

Assim, percebemos que na comunidade da Capelinha do Mato Grande existem muitas expressões e saberes populares mantidos pelos atores sociais que nela vivem e relacionam-se estritamente as questões do catolicismo popular em um dialogo permanente com as práticas oficiais da Igreja Oficial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os portugueses, quando vieram de Portugal para o Brasil, trouxeram consigo um catolicismo caracterizado pelo forte apego aos santos, a quem atribuíam forças sobrenaturais (MACEDO, 2008). Esse catolicismo altamente sincrético, híbrido, endossado por elementos da cultura local brasileira, originou o que hoje entendemos por piedade ou catolicismo popular. Nessa cosmovisão do sagrado, investigamos a devoção de São Sebastião, para compreender as estruturas e as práticas que envolvem e mantêm seu culto em Goiás, especificamente nos municípios de Leopoldo de Bulhões e Silvânia. Para tanto, fizemos pesquisa de campo, com observação participante, coletamos dados em diversas fontes documentais e triangulamos os dados, sempre no sentido de conectar, ou melhor, identificar a conexão que sempre remete o orago às práticas de devoção e catolicismo popular.

Assim, percebemos a partir da reconstrução histórica da comunidade da Capelinha do Mato Grande e a relação mantida com seu padroeiro frente à supressão, a restauração, de sua festa, que o catolicismo popular, com ou sem regulação da Igreja, tem seus meios de conservar os ritos, as tradições, as preces e quaisquer coisas que interessem a manutenção, preservação e divulgação de uma memória coletiva. No mesmo sentido, percebemos, que, como na região anterior, os devotos de São Sebastião de Silvânia, exclusivamente aqueles que participam de sua folia na região da Posse, fomentam e frequentam as atividades religiosas há anos devido uma devoção muito vinculada ao catolicismo popular, à tradição, à memória coletiva e afetividade, que o santo gera, quando se personifica na bandeira, realiza milagres e converte opiniões pessoais nas narrativas sobre seus feitos, sua vida e seu martírio.

Nesse contexto, compreendemos que embora a devoção a São Sebastião tenha chegado em Goiás no início do século XVIII, permaneceu inexpressiva, se comparada a devoção mariana e a outros santos, no século XIX. O santo só ganhou evidência nas primeiras décadas do século XX, ocasião em que o recorte territorial passou por um processo de modernização das técnicas de cultivo e manejo do solo, escoamento da produção e potencialização das atividades econômicas ligadas à agricultura ou agropecuária e foi antecipado ou permeado por períodos de guerra. Assim, acreditamos, que inicialmente, a razão pela qual se invocava e cultuava o santo era estritamente ligada a necessidade do tempo: a defesa da fome, peste (as pragas nas plantações, as doenças na criações, a secas constantes, nada mais ocasionam que fome a partir de uma “peste” e o temor dos goianos de guerras. Entretanto, esse mesmo fator não tem sido o principal motivador do culto que hoje se dedica ao orago, considerando o uso de agrotóxicos para a contenção de pragas, o uso de

medicamentos para a eliminação ou tratamento de doenças, etc. e a última grande guerra ter acontecido entre 1940-1944, embora existam muitos conflitos políticos, ideológicos, armados e bélicos.

Assim, concluímos que existe uma filiação patronal afetiva, relacionada a questões famílias, hereditárias, no sentido didático de pais, avós, bisavós, tios, primos e irmãos e a memória afetiva, aqui entendida no sentido psicológico de lembrança seja a cura de uma doença, o alcance de um milagre, a aquisição de um bem, a relação com a atividade profissional escolhida, o nome do santo que a pessoa homenageia, ou outra questão que lide diretamente com marcas emocionais e boas impressões acerca do santo. Logo, é essa memória e não apenas a razão de existir do santo ou sua ocupação celestial que o faz ser tão querido. O significado, a vinculação afetiva e a afinidade adquirida geram similitudes, equivalências de vida e uma cumplicidade, santo-devoto, em que há mais uma relação de amizade e credibilidade do que de temor, como no período medieval.

Ao que também assumimos a existência de muitas lacunas nesta pesquisa, posto que ainda seja um relatório parcial de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. O culto a Nossa Senhora, no Porto, na época moderna: perspectiva antropológica. *Revista de História*, v, 2, p. 159-173, 1979.
- ARAGÃO, Gilbraz. A religiosidade popular e a fé cristã. *Revista de Teologia e Ciências da Religião da Unicap*, Recife, ano I, v. 1, p.38-64, jan., 2002.
- BARBO, Lenora de Castro. *Cartografia histórica: território, caminhos e povoados em Goiás: 1722-1889*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19927>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- BORGES, Humberto Crispim. *História de Silvânia*. Goiânia: Cerne, 1981.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memórias do sagrado: estudos de religião e ritual*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura popular na rua*. Campinas: Papyrus, 1989.
- BRETAS, Isabela de Faria. *A festa caçada da rainha no Estado de Goiás: um diálogo entre lugar e identidade*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5260>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- CARDOSO, Vinicius Miranda. *Emblema sagitado: os jesuítas e o patrocínio de São Sebastião no Rio de Janeiro, sécs. XVI-XVII*. 2010. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2283?mode=full>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- CARDOSO, Vinicius Miranda. *O padroeiro principal da terra: poderes locais e o culto político religioso a São Sebastião no Rio de Janeiro, c.1680-c.1760*. 2017. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- CAVIGNAC, Julie Antoine. Os filhos de Tereza: narrativas e religiosidade na Boa Vista dos Negros/ RN. *Revista Tomo*, Aracajú, n. 11, p. 77-102, jul./dez., 2007. Disponível: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/448>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- CHAVES, Wagner Neves Diniz. *O santo não é a bandeira e a bandeira não é o santo: práticas de presentificação do santo nas folias de Reis e São José*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- COSTA, Avelino. *A Virgem Maria padroeira de Portugal na idade média*. Lisboa, 1957.
- COSTA, Bruno Abreu. Santos e santidade: o período medieval. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, v. 12, p. 483-494, 2012. Disponível em: <https://digitalis->

dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39440/1/Santos%20e%20santidade%20o%20periodo%20medieval.pdf. Acesso em: 10 ago. 2018.

D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. *Diversidade e identidade religiosa: uma leitura especial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade – GO*. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

DIAS, Geraldo Coelho. A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos. *História*, Lisboa, v. 4, p. 227-256, 1987. Disponível: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5816/5474>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FARIA, João André de Araújo. O “Monumento Eterno” da restauração de Portugal (1640-1668): a aclamação da Virgem da Imaculada Conceição como a Padroeira de Portugal. *In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH*, 13, 2008, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro, p. 1-7, 2008. Disponível em: [http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213103076\\_ARQUIVO\\_EnsaioANPUH-RJ2008.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213103076_ARQUIVO_EnsaioANPUH-RJ2008.pdf). Acesso em: 10 ago. 2018.

FERNANDES, Ruben César. *O peso da cruz*. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, p. 94-121, 1990.

FOGELMAN, Patrícia Alejandra. La religión como objeto de análisis: sobre el concepto y tres vías de abordaje histórico. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 7, n. 21, jan./abr., 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/25837>. Acesso em: 10 ago. 2018.

GONZAGA, Agnaldo Divino. *Milagre e castigo: mito e memória nas folias de reis de Itaguari – GO*. 2017. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7642>. Acesso em: 10 ago. 2018.

LÔBO, Vicente de Paulo Gustavo. Localização e cronologia. *O Silvaniense*, n. 13, p. 7, nov. 1986

MACEDO, Emiliano Unzer. Religiosidade popular brasileira colonial: um retrato sincrético. *Revista Ágora*, Vitória, n. 7, p. 1-20, jul./dez., 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1918>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MATOS, José Raimundo da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.

MEDEIROS, Hélio Pacheco de. *Os processos comunicacionais na festa de São Sebastião – Bairro do Alecrim – Natal/RN*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal,

2014. Disponível em:

[https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13836/1/ProcessosComunicacionaisFesta\\_Medeiros\\_2014.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13836/1/ProcessosComunicacionaisFesta_Medeiros_2014.pdf). Acesso em: 10 ago. 2018.

MESQUITA, Fábio de Azevedo. A veneração aos santos no catolicismo popular brasileiro: uma aproximação histórico-teológica. *REVELETEO - Revista Eletrônica Espaço Teológico*, São Paulo, v. 9, n. 15, p. 155-174, jan./jun., 2015. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo/article/view/23768>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias de Goiás 1736 – 1808*. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo: Projeto História, 1993.

OLIVEIRA, Frederico Salomé de. “*Aquela vida véia dali num é a vida daqui*”: as influências da igreja católica e as consequências da modernidade e urbanização na religiosidade dos antigos moradores do povoado Canela, em Palmas-TO. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista de Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2017.

Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151308>. Acesso em: 10 ago. 2018.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. 2. ed. Brasília: Paralelo 15, 2000.

PESSOA, Jardim Moraes de. *Cotidiano e história: para falar de camponeses ocupantes*. Goiânia: UFG, 2013.

POHL, John. *Viagem no Interior do Brasil*. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

PONTES, Emilio Tarlis Mendes. Fé e pragmatismo no sertão. *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 02, p. 155-158, mai./ago., 2014. Disponível em:

<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/935>. Acesso em: 10 ago. 2018.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, Cislene Dias. *Festa, fé e tradição: aspectos de uma devoção familiar no espaço-tempo da modernidade*. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016. Disponível em:

<http://www.geografiaufmt.com.br/index.php/pt-br/biblioteca-dissertacoes/send/30-dissertacoes/275-fe-festa-e-tradicao-aspectos-de-uma-devocao-familiar-no-espaco-tempo-da-modernidade>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

SANTOS, Alexandre. Tensionamento entre religião, erotismo e arte: o Martírio de São Sebastião. *Porto Arte*, Porto Alegre, v. 21, n. 35, p. 7-18, mai., 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PortoArte/article/view/73708/41479>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SILVA, José Trindade da Fonseca e. *Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948.

SILVA, Mônica Martins da. *A Festa do Divino: romanização, patrimônio e tradição em Pirenópolis (1890-1988)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História das Ciências Agrárias), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências Agrárias, Goiânia, 2000. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/SILVA\\_\\_M\\_nica\\_Martins\\_da.\\_2000.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/SILVA__M_nica_Martins_da._2000.pdf). Acesso em: 10 ago. 2018.

TAVARES, Thiago Rodrigues. A religião vivida: expressões populares de religiosidade. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 10, n.2, p. 35-47, jul./dez., 2013. Disponível em: <https://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2014/07/10-2-4.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

VARAZZE, Jacopo de, Arcebispo de Gênova. *Legenda áurea: vidas de santos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

## **Imagens**

GLÈRIA, Isabelle Christinny Caetano. 2017; 2018.

NASCIMENTO, Samuel Carvalho. 2018.